



O papel da Faixa e Rota Chinesa na
estratégia de resiliência autoritária do
Partido Comunista Chinês

Gabriella Barros

U Minho | 2021



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Gabriella Campos Martins de Barros

**O papel da Faixa e Rota Chinesa na
estratégia de resiliência autoritária do
Partido Comunista Chinês**

abril de 2021



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Gabriella Campos Martins de Barros

**O papel da Faixa e Rota Chinesa na
estratégia de resiliência autoritária do
Partido Comunista Chinês**

Dissertação de Mestrado
Mestrado de Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Laura C. Ferreira-Pereira
Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado toda a força necessária para concluir este mestrado. À Nossa Senhora de Nazaré, rainha da Amazônia, que iluminou o meu caminho no outro lado do oceano. Após superar tantos desafios suscitados pelo COVID-19, é uma vitória finalizar mais uma fase com saúde e ao lado de meus entes queridos. Em pouco mais de um ano foram 349 mil vítimas do Coronavírus no Brasil. Entre eles, pais, filhos, avós, amigos, entes queridos de tantas pessoas. Sou uma privilegiada por estar em fase de conclusão do meu mestrado.

Agradeço de todo o coração à pessoa que mais admiro, a minha mãe, Silvana, por todo o apoio que me deu durante todo o mestrado, me ter proporcionado a oportunidade de morar no estrangeiro e finalizar mais um ciclo de estudos. Muito obrigada por acreditar e investir tanto em mim. Da mesma forma, lhe agradeço por compreender os momentos de frustração e de desânimo. Ao meu pai, Marcelus, que sempre me motivou e apoiou todas as minhas escolhas. Obrigada pelo incentivo, sem nunca duvidar da minha capacidade. Ao meu namorado, Rafael, por todo o amor e força que me deu durante esse período, além de ter sido incansável ao meu lado, sempre buscando aprender mais sobre a temática e me inspirar a escrever. Aos meus familiares que estiveram comigo nesta jornada, em especial a minha avó, Antonieta, que tem superado este momento delicado do COVID-19 e goza de saúde no auge dos seus 96 anos.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Laura Ferreira-Pereira e Professor Doutor Paulo Duarte, que estiveram comigo durante todo o percurso de elaboração e execução da investigação, incentivando-me e inspirando-me a realizar um trabalho de excelência. Ao Doutor Paulo agradeço por me ter introduzido a temática da política chinesa e ter sido um grande professor. Ambos são modelos de profissionalismo e dedicação. Agradeço imenso pela oportunidade de aprender, bem como pela experiência enriquecedora que foi executar este estudo.

Um agradecimento especial aos Professores Bruce Dickson e Li Xing, grandes sinólogos que se disponibilizaram de bom grado a ser entrevistados e a fornecer informações muito valiosas para este estudo.

Agradeço aos meus amigos que me motivaram a finalizar os meus estudos. Em especial a minha amiga-irmã Monique por sempre me oferecer um ombro amigo e palavras de grande incentivo. Agradeço a todos os que de alguma forma me ajudaram neste percurso. A experiência foi enriquecedora para além da vida profissional e acadêmica. Viver este período em Portugal fez-me crescer como ser humano.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O papel da Faixa e Rota Chinesa na estratégia de resiliência autoritária do Partido Comunista Chinês

Resumo

Embora haja cada vez mais estudos acerca da Faixa e Rota chinesa (FRC), são escassos, porém, aqueles que examinam a relação causa-efeito entre a permanência do PCC no poder e a sustentação/legitimação proporcionadas pela FRC, para o feito. Além disso, o facto de a China preservar o sistema de partido único, num contexto em que outros regimes autoritários (já) colapsaram (como atesta o caso da União Soviética, por exemplo), é, por si só, estimulante do ponto de vista académico. Dito por outras palavras, procurar compreender os métodos que legitimam a permanência do Partido no poder, justificando assim a continuidade de um autoritarismo (embora de características chinesas), é uma das mais-valias deste estudo. Refira-se, a este respeito, que a longevidade do PCC (desde há décadas no poder) proporciona, por si só, um estudo de caso, em virtude do mérito da governação e visão de longo prazo do sistema. Em concreto, procurar-se-á examinar as componentes e dimensões da FRC – de que é exemplo a atenção que a China consagra ao *soft power* – com vista à construção de uma narrativa legitimadora do PCC perante a audiência doméstica e a comunidade internacional. A presente investigação tem por base a seguinte pergunta orientadora: Qual tem sido o papel da FRC na estratégia de resiliência autoritária do PCC sob a presidência de Xi Jinping? No que ao escopo temporal concerne, a investigação abrange o período de 2013 (ano de lançamento da FRC) até 2019, ano em que surgiram em Hong Kong os protestos contra a Lei de Extradicação. A análise – de natureza qualitativa – será realizada através do recurso a fontes primárias (documentos oficiais, relatórios, jornais e entrevistas por nós efetuadas a académicos de grande relevância), assim como fontes secundárias (principalmente monografias e artigos científicos dos autores mais conceituados na temática). No que respeita às lentes conceituais, o Institucionalismo Histórico contribuirá para um olhar crítico com vista a uma compreensão profunda da relação entre o aparelho institucional do PCC e a sociedade chinesa.

Palavras-chaves: China. Resiliência. Partido Comunista Chinês. Faixa e Rota Chinesa. Institucionalismo Histórico.

The Belt and Road's role on the authoritarian resilience strategy of the Chinese Communist Party.

Abstract

Despite the existence of an increasing number of studies about the Belt and Road Initiative (BRI), only few examine the cause-effect relationship between the CCP's permanence in power and support/legitimation provided by the BRI. Furthermore, the fact that China preserves the one-party system, in a context in which other authoritarian regimes have (already) collapsed (as the case of the Soviet Union, for example), is, in itself, stimulating from an academic point of view. In other words, the attempt to understand the methods that legitimize the Party's permanence in power, thus justifying the continuation of authoritarianism (although with Chinese characteristics), is one of the advantages of this study. In this regard, it should be noted that the CCP's longevity (in power for decades) provides itself a case study, due to the merit of governance and the long-term view of the system. In particular, we will try to examine the components and dimensions of the BRI - an example of which is the attention that China pays to soft power - with a view to building a legitimate narrative of the PCC before the domestic audience and the international community. The present investigation is based on the following guiding question: What has been the role of the BRI in the CCP's authoritarian resilience strategy under the presidency of Xi Jinping? As far as the temporal scope is concerned, the investigation covers the period from 2013 (year in which the BRI was launched) until 2019, the year when protests against the Extradition Law emerged in Hong Kong. The analysis - of a qualitative nature - will be carried out using primary sources (official documents, reports, newspapers and interviews conducted by us with academics of great relevance), as well as secondary sources (mainly monographs and scientific articles by the most respected authors on the topic). With regard to the conceptual lens, the Historical Institutionalism will contribute to a critical look towards a deep understanding of the relationship between the institutional apparatus of the CCP and the Chinese society.

Key-words: China. Resilience Chinese Communist Party. Belt and Road Initiative. Historical Institutionalism.

Índice

Lista de Acrónimos.....	8
Lista de Tabelas.....	9
Introdução.....	10
1. O autoritarismo resiliente na estratégia do Partido Comunista Chinês.....	17
1.1. O conceito de resiliência autoritária.....	17
1.1.1. <i>A Legitimação autoritária do Partido Comunista Chinês.....</i>	19
1.1.2. <i>A Repressão do Partido Comunista Chinês.....</i>	22
1.1.3. <i>A cooptação do Partido Comunista Chinês.....</i>	25
1.2. O nacionalismo.....	26
1.2.1. <i>O Sonho Chinês.....</i>	28
1.2.2. <i>O Confucionismo.....</i>	29
1.3. O aparelho institucional do Partido Comunista Chinês.....	31
Conclusão Parcial.....	35
2. As reformas institucionais chinesas na era de Xi Jinping.....	36
2.1. A liderança de Xi Jinping e as reformas institucionais (2013-2019).....	36
2.1.1. <i>A campanha anticorrupção.....</i>	40
2.1.2. <i>O Sistema de Crédito Social.....</i>	43
2.1.3. <i>A Constituição do Partido Comunista Chinês.....</i>	46
2.2. O protagonismo chinês na Cena Internacional.....	48
Conclusão Parcial.....	51
3. O Papel da 'Faixa e Rota' na estratégia de resiliência autoritária do Partido Comunista Chinês.....	52
3.1. A Iniciativa Faixa e Rota.....	52
3.2. O impacto doméstico gerado pela Faixa e Rota Chinesa.....	57
3.3. Mobilização a nível provincial da Faixa e Rota Chinesa.....	59
3.4. Protestos em Hong Kong e a ameaça a legitimação do Partido.....	64
Conclusão Parcial.....	69
4. Conclusão	70
Bibliografia.....	74
ANEXOS.....	87
Anexo 1- Entrevista com o Professor Xing Li.....	87
Anexo 2 - Entrevista com o Professor Bruce Dickson.....	96

Anexo 3 - Mapa de Exportações em Potências.....100

Lista de Acrónimos

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

BAII – Banco Asiático Investimento em Infraestrutura

CCDI – Comité Central de Disciplina e Inspeção

CNP - Congresso Nacional do Povo

CNPCC - Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês

ELP - Exército de Libertação Popular

FRC - Faixa e Rota Chinesa

MERICS - Mercator Institute of China Studies

OMC - Organização Mundial do Comércio

PCC - Partido Comunista Chinês

RAGT - Região Autónoma de Guangxi Zhuang

RAT – Região Autónoma do Tibete

RPC - República Popular da China

SCS - Sistema de Crédito Social

ZLCs – Zonas de Livre Comércio

Lista de Tabelas

Tabela 1: Posições de chefia assumidas por Xi Jinping	37
Tabela 2: Integração institucional do Partido com o Estado.....	39

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo averiguar o papel fundamental da Faixa e Rota China (FRC) na estratégia de resiliência autoritária do PCC, e por consequência, na legitimação do poder do aparelho institucional do Partido. E a partir desse objetivo principal, chegar a conclusão sobre o que consiste a estratégia de resiliência autoritária do PCC, a fim de compreender a perduração do Partido ao longo do tempo.

Embora haja cada vez mais estudos acerca da FRC (Gaspar, 2018; Guo et. al, 2019; Zuokui, 2019), são escassos, porém, aqueles que examinam o contributo de sustentação/legitimação da FRC para a permanência do PCC no poder (à exceção de Andornino, 2017; He, 2019; e Ye, 2019). Além disso, o facto de a China preservar o sistema de partido único, num contexto em que outros regimes autoritários (já) colapsaram (como atesta o caso da União Soviética, por exemplo), é, por si só, estimulante do ponto de vista académico. Dito por outras palavras, procurar examinar e interpretar os métodos que legitimam a permanência do PCC no poder, justificando assim a continuidade de um autoritarismo (embora de características chinesas), é uma das mais-valias deste estudo.

Refira-se, a este respeito, que a longevidade do PCC proporciona, por si só, um estudo de caso em virtude do mérito da governação e visão de longo prazo do sistema. Em concreto, procurar-se-á examinar as componentes e dimensões da FRC – de que é exemplo a atenção que a China consagra ao soft power – com vista à construção de uma narrativa legitimadora do PCC perante a audiência doméstica e a comunidade internacional. Se, quanto ao nível doméstico, é mais do que nunca prioritário para o PCC ultrapassar as divergências e instabilidade internas (reforçando, para o efeito, a figura do líder), por sua vez, do ponto de vista externo, é notável o esforço da FRC em forjar para o país a imagem de uma potência responsável e com um projeto simultaneamente benigno e altruísta para a humanidade.

Com efeito, é extraordinária a forma como o autoritarismo (atual) chinês procura servir-se da FRC, com vista à projeção de uma visão para a China e para os restantes países, visando assim contribuir habilmente para a legitimação interna e externa do regime. É, igualmente, de elevada relevância académica analisar a forma como o líder chinês procura canalizar o descontentamento da sociedade doméstica quer face ao PCC¹, quer face às humilhações infligidas pelo Ocidente e Japão à China, com vista à sua manutenção no poder². Por fim, tão ou mais pertinente que os fatores anteriores, é a

¹ Fruto da corrupção, entre outros fatores, que minam a legitimidade do PCC.

² Durante a primeira parte do 12º Congresso Nacional do Povo, Xi Jinping proferiu um discurso importante no qual abordou o conceito de *Sonho Chinês* (Chinese Law and Government, 2016). O presidente define o termo como a busca para alcançar uma sociedade próspera, democrática, fortalecida, civilizada e um país moderno, socialista e harmonioso, com o intuito de

constatação da dupla relação entre a FRC e a manutenção do PCC. Por outras palavras, é interessante notar que se para ser bem-sucedida, a FRC depende da supervisão prudente do PCC, por sua vez, a legitimidade do Partido (também) está refém da receptividade da comunidade internacional face à FRC.

O PCC foi criado em 1921, embora só tenha conseguido ganhar força ideológica para fundar a República Popular da China (RPC) em 1949. Segundo Li Xing (2018), após a sua fundação, o PCC experienciou três grandes momentos que colocaram em questão a sua legitimidade, perante a possibilidade de colapso. O primeiro foi a Revolução Cultural³, durante as décadas de 60 e 70, no âmbito da qual o Partido sofreu uma crise ideológica. Posteriormente, a reforma de mercado⁴ nas décadas de 70 e 80 gerou uma segunda crise de legitimidade do Partido. Esta deveu-se ao facto de a China ter iniciado uma política económica capitalista, o que despoletou um confronto ideológico com o socialismo chinês. O terceiro grande acontecimento com impacto na legitimidade do Partido resultou do Massacre de Tiananmen em 1989, no âmbito do qual vários sinólogos (Chang, 2001; Shambaugh, 2008) pressagiaram para o PCC a mesma sorte que a da antiga União Soviética.

Desde então, a China procurou adotar medidas mais eficazes com vista à monitorização do comportamento dos seus cidadãos, destacando-se, assim, de outros sistemas autoritários (Pei, 2012, Shen e Zhang, 2018). Esta característica tem atraído inúmeros estudiosos que investigam e propõem hipóteses sobre o futuro do PCC. O debate que previa o colapso do PCC ganhou visibilidade através da emergência de uma diversidade de trabalhos, de entre os quais merecem destaque os de Chang (2001), Shambaugh (2008) e Pei (2016). Estes autores são defensores da tese do declínio do PCC. Não obstante, este tem o mérito de continuar no poder, na medida em que desde a sua fundação, mantém os chineses (oriundos das mais diversas etnias e classes) unidos em torno de um mesmo ideal. Sob a liderança de Xi Jinping, desde 2012, é retomada a figura do líder supremo que, à exceção de Mao Tse-tung, concentra em si todos os poderes (Gueorguiev, 2018). Na prática, é raro um líder chinês canalizar tanta atenção na cena internacional como Xi Jinping. A estratégia política de Xi Jinping difere, contudo, da dos seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin, na medida em que estes últimos adotaram um de estilo de

rejuvenescer a nação chinesa. A concretização do *Sonho Chinês* é, para Xi Jinping, a grande meta a cumprir no seu mandato. Ao mesmo tempo, tal ideal visa reavivar na sociedade chinesa nostálgica o glorioso passado do outrora Império do Meio. O *Sonho Chinês* é, em síntese, o sonho coletivo do povo. Ao revisitar a filosofia confucionista, esta é uma maneira de Xi Jinping procurar conter os efeitos nefastos de uma globalização que o Presidente entende refletir os valores ocidentais.

³ A Revolução Cultural (1966-76) consistiu numa estratégia de Mao Tse-tung com vista à eliminação dos elementos culturais característicos da China Imperial, resultando numa queima de livros, pinturas e destruição de artesanato, além de proibição de hábitos e costumes oriundos do antigo império.

⁴ Refere-se às iniciativas introduzidas por Deng Xiaoping durante as décadas de 70 e 80, que visaram a criação de polos especiais em algumas zonas da China, suscetíveis de acolher o investimento direto estrangeiro (IDE), ao mesmo tempo que serviam de cobaias para uma possível extensão a outras regiões da China (Gruver e Zhu, 2016; Wei, 2019).

liderança pouco carismática, quando comparada à do atual presidente chinês (assim como às de Mao Tse-tung e Deng Xiaoping).

Em 2013, Xi Jinping anunciou oficialmente a FRC, projecto que visa alcançar uma série de objetivos políticos, económicos, sociais e inclusive militares (Duarte, 2019; Johnston, 2019). Xi Jinping é considerado o representante mais importante do país desde Mao Tse-tung (Gueorguiev, 2018). De facto, é raro um líder chinês canalizar tanta atenção na cena internacional como Xi Jinping. De igual modo, é também inegável o destaque que a Iniciativa da FRC ganhou desde que foi implementada (Ye, 2019). Segundo Min Ye (2019), as estratégias de internacionalização das empresas chinesas e o objetivo de gerar uma diplomacia económica não são características exclusivas da FRC.

Na presente dissertação investigaremos a mobilização de diferentes atores domésticos chineses – algo notável dada a profunda fragmentação de interesses e lógicas internas – com vista a uma cooperação no âmbito da FRC. De facto, segundo Ye (2019), a FRC tem origem nas dinâmicas domésticas, onde as crises económicas somadas à dita fragmentação de interesses desempenham um papel relevante. Partindo da análise da resiliência do PCC e das estratégias adotadas por Xi Jinping, procuraremos investigar a utilização que ambos fazem da FRC enquanto instrumento de legitimação e conservação do poder.

De entre as questões de relevância doméstica, deter-nos-emos na análise do movimento pró-democracia em Hong Kong, que ocorreu em junho de 2019, em contestação à lei de Extradicação⁵. A lei proposta por Pequim tinha como objetivo eliminar qualquer forma de oposição ideológica ao PCC. Pelo facto de a questão de Hong Kong ter sido, até hoje, a que mais produziu instabilidade social em número, violência e duração, a presente dissertação analisa a sua repercussão no que concerne à resiliência autoritária do PCC (Shek, 2020). O fio condutor da presente investigação consiste em responder a seguinte pergunta: *Qual tem sido o papel da FRC na estratégia de resiliência autoritária do PCC sob a Presidência de Xi Jinping?* Tendo por base esta questão basilar, surge a questão orientadora a partir do Institucionalismo Histórico (Hall and Taylor, 1996), por meio do qual se procura compreender *por que as instituições (no caso, o PCC) persistem no tempo?* Temos como objetivo responder às perguntas supramencionadas a partir do estudo das (re)estruturações de que tem sido alvo o aparelho institucional do PCC durante o governo de Xi Jinping. Com efeito, o período que nos interessa em particular é o

⁵ A lei da Extradicação dá permissão à extradicação de cidadãos chineses que habitam no exterior e que tenham infringido a lei para que sejam julgados na China, de acordo com a legislação vigente no país. A lei será aplicada igualmente aos residentes e não-residentes que se encontrarem em território chinês, assim como aos turistas que cometam infrações durante a sua estadia na China.

compreendido entre 2013, ano em que a FRC foi lançada pelo PCC, até 2019, quando teve início a onda de protestos mais duradoura e com maior número de participantes na história da região de Hong Kong.

No que respeita ao quadro teórico, o neo-institucionalismo proporciona, como o nome sugere, uma nova abordagem sobre as instituições no seio da Ciência Política, que propõe avaliar as instituições relevantes, bem como a causa da sua relevância. De acordo com Sotiriou (2016), a teoria neo-institucionalista divide-se numa base formal e noutra informal. A primeira consiste nos fundamentos das instituições, que compreendem as leis e regulamentações que moldam o comportamento dos agentes. Por sua vez, a base informal refere-se ao que não é visivelmente perceptível, como os valores e normas que condicionam o comportamento dos agentes. No cerne do neo-institucionalismo existem três correntes teóricas⁶, de entre as quais utilizaremos o Institucionalismo Histórico (IH) para a realização da nossa análise.

As três correntes de pensamento originam resultados de análise distintos, embora se baseiem em duas ideias centrais e que são comuns entre si. Em primeiro lugar, todas elas procuram explicar a relação entre o comportamento (corrente behaviorista) e as instituições, além de tentarem compreender o processo de origem e mutações das instituições (Hall e Taylor, 1996 apud Sotiriou, 2016). Dito isto, pretendemos averiguar se a premissa do Institucionalismo Histórico se aplica ao nosso trabalho, mais concretamente, no que respeita ao modo como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos (Hall e Taylor, 1996).

Em apenas um ano, a FRC colheu a receptividade de 21 países asiáticos, que decidiram passar a integrar o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (BAII), uma iniciativa institucional da qual a China é timoneira. Outro exemplo tão ou mais importante do ponto de vista do Institucionalismo Histórico, na medida em que atesta a utilização das instituições no processo de fortalecimento do líder, prende-se com o lançamento, também este em 2014, do chamado Sistema de Crédito Social⁷. Este contabiliza as ações dos cidadãos através de um sistema de pontos. Alguns dos efeitos concretos desta medida – ou, por outras palavras, do uso das (novas) instituições ao serviço do reforço do autoritarismo (fazendo assim jus às nossas lentes conceituais) – traduzem-se, na prática, em punições de várias ordens aos detentores

⁶ A saber, o institucionalismo sociológico, histórico e da escolha racional (Hall e Taylor, 1996).

⁷ Iniciativa que visa monitorizar os comportamentos dos cidadãos, utilizando, para o efeito, um sistema de pontuação, com um teto máximo e mínimo, o qual proporciona o controlo das atividades que poderão ou não ser exercidas. O sistema tende a punir o 'mau cidadão' (aquele que possui baixo crédito social), ao mesmo tempo que procura recompensar o 'bom cidadão' (aquele que beneficia de alto crédito social).

de baixo crédito social. Refira-se, a título ilustrativo, a interdição de viajar para o exterior imposta aos cidadãos que cometem delitos⁸ registados pelo sistema.

A institucionalização do Grande *Olho que tudo vê*⁹, ou seja, a aplicação de facto da lógica orwelliana, por meio da produção de novos métodos e instituições que servem a consolidação do autoritarismo), merecerá naturalmente destaque nesta nossa investigação, sendo ao mesmo tempo outro fator suscetível de reforçar a sua mais-valia académica. Uma maior institucionalização (neste caso, em concreto, da vigilância dos comportamentos) confere ao líder um controlo que pode não se confinar apenas à essência do autoritarismo, se o sistema em construção resvalar na prática para o totalitarismo, como pressagia a concentração de poderes, sem precedentes desde Mao, em torno de Xi Jinping.

Outro exemplo ainda do uso dos mecanismos institucionais no âmbito do reforço do poder do líder, e inerente preservação do regime, prende-se com o combate à corrupção, que tem sido uma das prioridades de Xi Jinping, tal como atesta o aumento de condenações a oficiais acusados de tal prática¹⁰ (Gong et al., 2019). A institucionalização do combate efetivo à corrupção procura, em rigor, legitimar o regime (auxiliado pela ampla cobertura mediática ao serviço do aparelho-Estado), ao mesmo tempo que permite ao líder eliminar rivais e inimigos, consolidando assim o seu poder.

A escolha do Institucionalismo Histórico como quadro teórico é adequada ao presente estudo uma vez que propomos explicar as estratégias de resiliência do PCC a partir da adaptação e mudanças que as instituições chinesas sofreram. Para Lee (2017), é necessário um gatilho para que haja mudança na estrutura institucional. O gatilho a que nos referimos nesta investigação é o do lançamento e apologia da FRC feitas por Xi Jinping, bem como a capacidade de governação e carisma deste último, que, à exceção de Mao Tsé-tung, concentra em si todos os poderes desde a fundação do PCC. É a partir do Institucionalismo Histórico que procuraremos analisar a transformação institucional levada a cabo sob o impulso da FRC com vista à preservação do PCC.

A presente investigação baseia-se numa abordagem qualitativa, de cariz interpretativista, uma vez que visa compreender, em vez de explicar, tendo por base o postulado de Dilthey de que “compreendemos os factos, explicamos a natureza” (1894: 149). A abordagem qualitativa será realizada mediante o recurso a fontes primárias, tais como documentos oficiais, relatórios, jornais e entrevistas);

⁸ Mencione-se, a título de exemplo, que está em falta perante o sistema, o cidadão que acumula dívidas, bem como aquele que fuma em locais não-destinados para o efeito (The Guardian, 2019), entre outras práticas condenáveis.

⁹ Esta expressão revisita a lógica orwelliana presente no livro “1984”.

¹⁰ Com efeito, o número de oficiais envolvidos em práticas de corrupção praticamente duplicou, se tivermos em conta os anos anteriores. No período de 2013 a 2017, foram condenados 263 000 oficiais. Em contrapartida, de 2008 a 2012 registou-se 143 000 condenações (Gong et al, 2019).

assim como fontes secundárias tais como principalmente livros, capítulos de livros monografias e artigos científicos dos autores). Para além da análise documental, foram realizadas entrevistas a dois académicos sinólogos, o Professor Doutor Bruce Dickson, da Faculdade de Collumbia (EUA), e o Professor Doutor Li Xing, da Universidade de Aalborg (Dinamarca).

Tendo em conta que a investigadora não é falante do mandarim, a pesquisa enfrentou um conjunto de desafios que devem ser referidos, o que justifica algumas limitações a nível empírico. Tais limitações resultam do controlo da informação pelo aparelho governamental, pelo que as fontes primárias oficiais chinesas são deliberadamente lacónicas, além de omitirem informações estratégicas a atores estrangeiros. Porém, é de realçar que os documentos relevantes (produzidos pelo governo em mandarim) encontram-se, na prática, traduzidos para o inglês, sendo, além disso, disponibilizados nos *websites* oficiais nestes dois idiomas.

No que à estrutura concerne, a presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos, além das secções de introdução e conclusão. Partindo da narrativa pertinente para a análise Institucionalista Histórica que nos propomos realizar, o primeiro capítulo retrata a história do PCC no respeitante às reformas institucionais estabelecidas. O capítulo tem como objetivo compreender as crises que são consideradas pontos de tensão pela literatura (no sentido em que são passíveis de conduzir ao colapso do Partido), fornecendo ao leitor uma contextualização sobre o governo autoritário.

Por sua vez, o segundo capítulo visa compreender as reformas institucionais ocorridas na presidência de Xi Jinping, entre os anos de 2013-2019. Traçamos o perfil do Secretário Geral do PCC, para melhor percebermos os principais contributos da sua liderança, comparativamente às que o sucederam. Posteriormente, analisaremos as principais reformas instituídas pelo líder, a saber: as reformulações da Constituição do PCC, a implementação da campanha de anticorrupção e seu impacto no aparelho institucional do Partido, bem como a instituição do SCS. Este capítulo busca compreender o papel destas reformas no âmbito da estratégia de resiliência autoritária do PCC.

Por fim, no terceiro capítulo procuraremos responder à pergunta orientadora desta investigação, que consiste em analisar de que forma é que a FRC tem contribuído para a estratégia de resiliência do PCC sob a presidência de Xi Jinping, ou seja, desde o lançamento do projeto (em 2013) até 2019, quando ocorreram os protestos de cunho democrático, em Hong Kong. Em particular, será abordada a função e as implicações da FRC na preservação da coesão e estabilidade interna do PCC. Analisaremos ainda, neste capítulo, os impactos da FRC em diferentes regiões da China, procurando explorar o seu contributo na promoção do crescimento de províncias menos desenvolvidas.

Esta investigação conclui que a FRC vem a contribuir na estratégia de resiliência autoritária do PCC através da evolução e crescimento da Iniciativa. Em primeiro lugar, concluímos que o projeto contribui para a legitimação do poder do PCC através do desenvolvimento dos corredores económicos e da maior influência da FRC em negociações internacionais entre potências mundiais e os mais relevantes blocos económicos. Para além da legitimação do poder do PCC no âmbito internacional, concluímos que a FRC corrobora para que o PCC atinja as regiões chinesas pouco desenvolvidas, essenciais para o bom funcionamento da Iniciativa. Favorecendo, assim, o alcance do controlo e da influência do Partido sob as regiões autónomas da RPC. Dessa forma, a FRC auxilia o PCC a eliminar as possíveis lacunas que possibilitariam questionar a sua autoridade, a fim de controlar e reprimir quaisquer tipos de manifestações anti-Partido. Diante da 'Nova Era' de Xi Jinping, concluímos que o aparelho institucional do PCC mantém-se ainda mais fortalecido a partir da vigilância e controlo consolidados pela instituição do SCS. Por fim, concluímos que a FRC, como um projeto de conectividade e cooperação cultural, tem como função propagar mundialmente o Socialismo de características chinesas. Portanto, o bom desempenho da FRC detém um poder de influência e funciona como meio para publicizar ao mundo no que consiste o *Sonho Chinês*.

1. O autoritarismo resiliente na estratégia do Partido Comunista Chinês

Neste primeiro capítulo debater-se-á o conceito de autoritarismo resiliente. Em primeiro lugar, abordaremos a definição de regime autoritário no caso chinês, enunciando de forma breve a história do PCC, bem como o funcionamento da política chinesa, para melhor compreensão por parte do leitor. Discorreremos também sobre as instituições políticas, utilizando para o efeito as lentes conceituais do Institucionalismo Histórico. Complementaremos a revisão de literatura com o recurso a entrevistas realizadas a especialistas no assunto, as quais disponibilizamos para consulta nos anexos.

1.1. O conceito de resiliência autoritária

A literatura é vasta no que respeita à resiliência autoritária, como demonstram os trabalhos de Nathan (2003), Li (2012), Pei, (2012), Gallagher e Hanson (2013), Wang (2014) e Xing (2017), que enfatizam o caso chinês. Importa, antes de mais, deixar clara a diferença entre partido resiliente e partido sobrevivente, preocupação cara, por exemplo, a Pei (2012), Gallagher e Hanson (2013). Sobreviver pressupõe a manutenção do poder por parte do PCC durante um longo período de tempo. Denominar o Partido de resiliente tem em si subjacente a ideia de que, além da sobrevivência, o PCC se esforça, igualmente, por fortalecer o seu poder económico e militar. A este respeito, Gallagher e Hanson (2013) traçam uma comparação política entre os casos da China e do Vietname, versus os casos da Coreia do Norte e de Cuba. Os dois grupos distinguem-se na medida em que os sistemas políticos da Coreia do Norte e de Cuba são autoritários e sobreviventes, em vez de resilientes, ao invés do que sucede nos casos da China e do Vietname (Gallagher e Hanson, 2013).

Para Melo (1977), a autoridade é a base do autoritarismo. Para que se possa compreender o autoritarismo é preciso distinguir autoridade de poder. O primeiro conceito equivale ao “direito de liderar”, e o segundo “[à] força que só tem sentido na medida em que esteja a serviço da autoridade” (Cavalcanti et al.,1977: 86). Melo (1977) conclui que um governo ilegítimo pode deter poder, pese embora sem autoridade ele não seja um governo propriamente dito. Barroso (1977) complementa que o autoritarismo extrapola o mero exercício de autoridade na medida em que passa também a exercitar o poder, uma vez que o autoritarismo é o exercício de poder de forma autoritária (Cavalcanti et. al., 1977). Por sua vez, Barroso (1977) não concebe o autoritarismo enquanto sistema político uma vez que todos os governos exercem um grau de autoritarismo, concluindo, assim, que o autoritarismo é uma atitude política e não um tipo de regime.

No entanto, a presente investigação parte do princípio de que o autoritarismo é um tipo de regime, discordando desta feita dos postulados de Barroso (1977). Lafer (1977) argumenta que o autoritarismo é, no entendimento moderno, determinado a partir do contraste entre os conceitos de democracia e de regime totalitário. Dando seguimento a esta linha comparativa, abordaremos as nuances do pluralismo em ambos os regimes autocráticos. Enquanto no regime autoritário ainda existe um modelo de pluralismo limitado, no totalitarismo, este é inexistente. Por outro lado, a incitação de grandes massas em regimes totalitários é intensa e constante, uma vez que utiliza a mobilização como combustível para a estabilização do regime.

Tang (2018) sublinha a existência de três elementos diferentes para a compreensão da resiliência do autoritarismo na China, sendo eles a filosofia confuciana, a divisão do poder da elite ou, ainda, a fragmentação das instituições. Com vista à realização da análise proposta, concentraremos a atenção na complexidade das instituições. De acordo com Huntington (1968), a institucionalização subentende uma complexidade, bem como esforços de adaptabilidade, autonomia e coerência por parte de organizações estatais.

Para Nathan (2003), o governo chinês provou que é possível preservar um regime autoritário perante os desafios da ordem e economia globais. Sem prejuízo da sua contribuição de 2003, o autor debate a resiliência autoritária da China em coautoria com Fewsmith (2019). Apesar de ambos concordarem quanto à não-iminência do colapso do CCP, Nathan e Fewsmith (2019) vislumbram, contudo, a médio/longo prazo riscos para a China. Em concreto, os autores referem-se à possibilidade de, perante o falecimento de Xi Jinping, a centralização do poder levada a cabo até então por este, ser suscetível de desencadear uma instabilidade política na China. Fewsmith (2019) afirma que a resiliência do PCC não advém do fortalecimento das instituições. O autor discorda de Nathan (2019) ao preconizar que o reavivar de normas duradouras no seio do PCC – que combatem uma maior institucionalização – é o que torna o regime resiliente.

Por sua vez, Lin (2016) alega não existir qualquer resistência autoritária, uma vez que tal pressuporia que o Partido resiste a mudanças políticas, sociais e económicas. A investigadora defende que o PCC sobreviveu até à atualidade, fruto da sua capacidade de adaptação, bem como da gestão e operacionalização bem-sucedidas que tem realizado no âmbito das regulamentações institucionais. Tanto o pensamento de Lin (2016), como o de Fewsmith (2019) estão em sintonia com o de Pei (2012), pese embora este discorde quanto ao facto de a institucionalização e a inovação políticas constituírem os alicerces da manutenção do PCC desde 1989. Ao invés, Pei (2012) sustenta que o Partido resistiu ao colapso devido ao seu bom desempenho económico, assim como ao exercício da repressão política e

social. A metáfora dos *carrots and sticks* (cuja autoria se atribui a Gallagher e Hanson, 2009) é reforçada por Pei (2012), que compara *sticks* a medidas de repressão (tais como aprisionamento e outras formas de punição); e *carrots* a recompensas, tais como melhores salários ou ascensão laboral.

Dickson (2016) discorda de autores como Shambaugh (2008) e Pei (2012), que são apologistas do colapso iminente do PCC. Com efeito, para Dickson (2016), estes autores parecem ser indiferentes aos esforços levados a cabo pelo PCC para melhorar a percepção que a população chinesa tem a seu respeito. À semelhança de Dickson (2016), também Dukalskis e Patane (2019) acreditam que estes esforços são elementos-chave que justificam a resiliência autoritária, ao mesmo tempo que possibilitam elaborar teorias acerca do futuro do PCC. Em ambos os trabalhos, os autores classificam a resiliência com base em três pilares, a saber, a repressão, a legitimação e a cooptação. Contudo, importa esclarecer que as três características acima salientadas por Dickson (2016) são, igualmente, suscetíveis de aplicação a outros sistemas autoritários resilientes. Abordaremos de forma mais detalhada cada um destes conceitos nas linhas que se seguem.

1.1.1. A Legitimação Autoritária do PCC

Muitos regimes têm sobrevivido ainda que sem legitimação (Przeworski, 1986 apud Dickson, 2016). Como já explicitado anteriormente, o que é percebido por resiliência vai além da sobrevivência partidária: é uma busca de poder. Para Giles, “o poder, agente e instrumento da política, é marcado na própria essência pelo fim que o determina ou serve para o legitimar” (1985: 3). A legitimação é a pedra basilar que confere estabilidade a um regime autoritário (Dukalskis e Pantane, 2019), concedendo ao Estado autoridade, recurso que efetiva o poder, sendo este mais eficiente do que o uso da força (Smith, 2009). Por sua vez, a legitimidade proporciona consentimento ao poder. De origem externa ao governo, a legitimidade não depende exclusivamente do ator que a exerce. Ao contrário, ela concede ao regime uma base mais firme do que as qualidades do líder ao qual o poder pertence (Giles, 1985). Na concepção de Giles (1985), a legitimação do poder é entendida como um relacionamento. Com efeito, para Giles, “não há legitimidade em si, mas apenas uma legitimidade em função de tal ou qual princípio” (1985:12). O autor entende que o poder legitimado está associado a um ator político/governante, e “uma vez dissociado das personalidades que o exercem, o poder exige um sustentáculo e apoio concretos, função desempenhada pelo Estado” (ibidem).

No que concerne à legitimidade de antigos líderes chineses, importa distinguir aqueles que são percebidos como carismáticos – como é o caso de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping – de outros que não

o são, como Hu Jintao e Jiang Zemin (Romana, 2005; Joseph, 2010; Xing, 2019). É interessante ressaltar que uma das preocupações fundamentais presente nas reformas de Deng Xiaoping, foi a de combater o surgimento de um novo Mao. Para o efeito, Deng Xiaoping decidiu banir qualquer forma de culto à personalidade, característica pertinente no governo maoísta (Weng e Lim, 2018). Ao observar os anos de liderança maoísta, nota-se uma sucessão de movimentos iniciados por Mao – sendo estes o Grande Salto em Frente, 1958-1962; o Desabrochar das Cem Flores, 1957; e a Revolução Cultural 1967-1977 – que demonstram o poder absoluto que o líder detinha perante o governo.

Segundo MacFarquhar (2016), é imprescindível que um líder chinês seja visionário acerca do caminho que o Estado, pelo/para o qual foi nomeado líder, necessita de percorrer. Além do mais, é necessário que o líder possua carisma para influenciar o conselho do PCC e instigar a população a segui-lo. Para o autor, Mao Tsé-tung estava consciente de que possuía maior influência sobre as decisões do PCC do que qualquer outro membro do Partido. Esta consciência da capacidade de imposição de que Mao beneficiava é tida como o ponto forte que explica a longevidade da sua liderança (MacFarquhar, 2016). Romana (2005) vai ainda mais longe ao afirmar que a elite política chinesa, outrora parte nos governos de Jiang e Hu, não apresentava fortes motivações ideológicas, além de desprovida de popularidade, quando comparada à dos governos de Mao e Deng.

Neste sentido, e à luz do contributo de Weber (1978 apud Smith, 2009), refletiremos, nas linhas que se seguem, acerca da categoria de líder na qual o perfil de Xi Jinping se encaixa. Em entrevista concedida no âmbito da realização desta investigação¹¹, o Professor Li Xing (2019)¹² acredita que Hu Jintao, Jiang Zemin e Wen Jiabao não foram líderes carismáticos. Em contraste, ambos os mandatos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping exibiram fortes traços carismáticos. Compreende-se que a justificação para tal esteja diretamente relacionada com o contexto histórico e social em que ambos lideraram o país. Para Li Xing (2019), a riqueza da onda revolucionária que caracterizou os mandatos de Deng e Mao diferencia-os dos restantes. Conclui-se, pois, a partir do contributo de Pasquino (2010), que o carisma desempenha um papel fundamental na manutenção da legitimidade desses regimes. Com efeito, através do apelo às massas, o líder carismático torna possível, em si, a existência do regime autoritário. Ora, refletindo acerca da realidade política chinesa, este líder autoritário carismático foi Deng, após a queda de Mao.

¹¹ A mesma está disponível em anexo para consulta.

¹² Entrevista a Dr. Li Xing, Professor e Diretor do Centro de Instigação de Relações Internacionais da Universidade de Aalborg (Dinamarca), realizada em 7 de novembro de 2019

Li Xing (2019)¹³ afirma que Xi Jinping não possui esse mesmo nível de carisma, acrescentando ainda que não é adequado comparar o atual líder chinês aos dois líderes previamente citados, uma vez que o contexto histórico é distinto. O autor não considera Xi Jinping um líder carismático, mas sim um líder forte em virtude da riqueza da sua carreira política, acerca da qual nos deteremos com maior detalhe no segundo capítulo. Se revisitarmos o pensamento de Weber sobre a legitimação, compreenderemos que esta é originada e influenciada por diferentes elementos, entre eles a tradição e a afeição (Smith, 2009).

Segundo Dukalskis e Patane (2019), em regimes de partido único, como o chinês, verifica-se uma tendência maior para propagar a legitimação do governo. O processo reveste-se de uma dupla dimensão, na medida em que por meio da legitimação do partido, o regime autocrático torna concomitantemente ilegítimos os seus adversários (Dukalskis e Patane, 2019). Segundo os autores, são três as principais razões da importância da legitimação autoritária. Em primeiro lugar, o poder do regime pode ser medido a partir da intensificação de táticas de legitimação. O consumo da propaganda do PCC pela população chinesa demonstra claramente o poder que o partido possui, diminuindo conseqüentemente as possibilidades de uma corrente ir contra o que é imposto pelo PCC (Huang, 2015 apud Dukalskis e Patane, 2019). Como segunda razão, os autores apontam a oscilação de intensificação das táticas de cunho legitimatório em momentos de crise ou instabilidade do regime, mostrando, assim, a capacidade de adaptação do PCC face a diferentes desafios. A terceira e última justificação contesta a intensificação das estratégias de legitimação, partindo do princípio que “quanto mais 'ruidoso' um regime autoritário é, mais difícil é de se 'falar por cima' dele (Dukalskis e Patane, 2019:3)¹⁴. Por outras palavras, a mecanização dos gestos replicados em massa, que procuram reverenciar o líder, podem resultar em desinteresse do público diante da mensagem propagada.

Para Giles (1985), se o governante tem como objetivo assegurar a inquestionabilidade das suas decisões, é necessário recorrer à fonte de poder, o Estado. De acordo com Holbig (2013), a ideologia desempenha um papel indispensável na legitimação de um estado autoritário, mais concretamente no caso dos regimes socialistas. A este respeito, vale a pena sublinhar que desde 2013, Xi Jinping tem chamado a atenção para a importância do apoio público, com base no entendimento de que este é determinante na resiliência ou no colapso do PCC (Weiss, 2019). Embora ainda pouco desenvolvido, o estudo da opinião pública na China foi alvo de atenção por parte de Dickson (2017) e de Weiss (2019).

¹³ Entrevista a Dr. Li Xing, Professor e Diretor do Centro de Instigação de Relações Internacionais da Universidade de Aalborg (Dinamarca), realizada em 7 de novembro de 2019

¹⁴ Tradução da autora.

Por conseguinte, o líder desempenha um papel fundamental em agregar legitimação ao poder do Partido, uma vez que "a legitimidade exige de quem a pleiteia qualidades pessoais, audácia e intuição (...) cabe às vezes a quem exerce o poder ir além daquilo que se acreditava ser possível para criar novas possibilidades" (Giles, 1985:12).

Segundo Dickson (2017), os chineses e americanos partilham níveis de descontentamento e preocupação semelhantes no que respeita, por exemplo, ao meio-ambiente, bem como aos custos e qualidade da saúde pública e da educação. A investigação de Dickson (2017) sublinha ainda que os cidadãos desejam melhorias na qualidade do governo, ao invés de se manifestarem em favor de uma reforma, ou, inclusive, de uma transição para um sistema democrático. Tais resultados não são, todavia, concordantes com o posicionamento de Li (2012). Este último estima que a essência do PCC tenderá a revestir-se de um autoritarismo menos intenso que o atual, sendo que, em última instância, poderá mesmo evoluir para uma democracia. Dito isto, a presente dissertação não propõe um debate sobre a implementação da democracia no sistema político chinês, além de ser desfavorável ao argumento de que a China tenderá a percorrer caminhos democráticos. Ao contrário, analisamos a resiliência autoritária e a estratégia utilizada pelo PCC a partir da instituição de mecanismos de repressão de grande sofisticação, como veremos a seguir.

1.1.2. A repressão no regime autoritário

O conceito de repressão é fundamental para o funcionamento de qualquer regime autoritário, principalmente nos primeiros anos da implantação do mesmo, uma vez que é nesse período que o governo exerce maior controlo sobre a população (Dickens, 2016; Zeng e Eisenman, 2018). A repressão política e a violência direcionada são táticas comuns em regimes autoritários (Zeng e Eisenman, 2018). Dito isto, importa conhecer as táticas de repressão utilizadas pelo PCC para se compreender de que forma é que este se mantém no poder, pese embora elas não sejam suficientes para se perceber toda a extensão da estratégia de sobrevivência do Partido (Dickson, 2016). Para a população chinesa, a repressão exercida pelo Partido não possui a mesma proporção da do regime maoísta, uma vez que a "mão pesada do estado" (Dickson, 2016:32) é menos visível e menos ameaçadora do que fora no passado.

O PCC tem vindo a utilizar constantemente a repressão, desde os anos iniciais do Partido, tal como se encontra historicamente documentado no *Desabrochar das Cem Flores* (1957)¹⁵, mais concretamente durante a era de Mao Tsé-tung. De forma a explicar melhor o assunto, toma-se como exemplo o Massacre de Tiananmen, após a era maoísta, em 1989, no âmbito do qual milhares de estudantes e intelectuais chineses foram alvo de repressão militar. A vigilância e perseguição do PCC contra o povo étnico minoritário uigur constitui mais um exemplo da repressão política praticada pelo atual governo (El País, 2019). Outro exemplo do método repressivo do PCC é o projeto do Sistema de Crédito Social, que atua como forma de vigilância e controlo sobre o comportamento dos cidadãos. Este será aprofundado no segundo capítulo.

A repressão é custosa tanto em termos financeiros, como de consumo de tempo, já que requer mobilização e programação com vista a monitorizar o comportamento da oposição ao regime (Dickson, 2016). A expressão *carrots and sticks* faz referência à dualidade presente no comportamento do Partido. Ao mesmo tempo que procura fomentar um crescimento económico para alcançar maior apoio por parte dos chineses, o PCC reprime manifestações contrárias ao regime através do rastreamento da informação que a população consome acerca de acontecimentos históricos e atuais (Dickson, 2016). Para Wang (2014), a durabilidade do autoritarismo chinês é explicada a partir da capacidade coercitiva do Estado. Segundo o autor, o PCC foi bem-sucedido em fortalecer as organizações coercivas - em especial a polícia - para lidar com as ameaças quer domésticas, quer externas (ibidem).

Como exemplo da repressão ministrada por parte do PCC, salientamos as manifestações de cunho democrático em Hong Kong. Estas ocorreram com maior alcance de apoio popular e mediático em 2014 (o célebre *Umbrella Movement*), assim como em 2019, em protesto face à Lei de Extradução. No primeiro caso, em oposição ao controlo do PCC sobre a região, os manifestantes traziam consigo guarda-chuvas que serviram de escudo contra as agressões físicas da polícia, objeto que se converteu em símbolo da resistência ao domínio político do PCC, e inspirou a designação do movimento. Em 2019, o movimento ressurgiu em Hong Kong, pese embora o contexto político fosse diferente, assim como o objetivo do próprio movimento (Purbrick, 2019).

¹⁵ O *Desabrochar das Cem Flores*, em 1957, foi uma iniciativa do governo de Mao Tsé-tung que teve como objetivo identificar pessoas que eram contrárias ao regime da época. Mao tornou do conhecimento público que quaisquer opiniões ou queixas direcionadas ao seu governo deveriam ser feitas, e seriam bem recebidas pelo PCC. Os cidadãos que se manifestaram contra as políticas do governo foram perseguidos e punidos severamente. Ao invés de cumprir o prometido, esta foi uma estratégia para identificar possíveis fragilidades do sistema.

O ano de 2019 foi motivo, simultaneamente, de celebração e massacre. Ao mesmo tempo que o PCC festejou 70 anos de fundação, por outro lado, o ano marcou os 30 anos do Massacre de 1989 na Praça de Tiananmen. Como forma de questionar até onde existe realmente censura na China, a BBC (2019) abordou, de forma espontânea, transeúntes em várias ruas chinesas, questionando-os sobre se tinham conhecimento da história por trás da imagem de um homem colocado diante dos tanques de guerra que rumavam em direção à Praça Tiananmen para silenciar os protestantes¹⁶. A BBC concluiu que 80% das pessoas inquiridas desconheciam tal imagem (BBC, 2019). O conhecimento sobre o que foi a Revolução Cultural ou o massacre da Praça de Tiananmen não chega sequer à população através da educação formal, nem por meio de relatos pessoais. Além de a sociedade não ser exposta (de forma aberta) a informações sobre estes dois momentos políticos e históricos, também as escolas, universidades, bem como a família, não se mostram dispostas a partilhar as suas vivências (Dickson, 2016).

É de extrema importância para a China manter a estabilidade do regime, fazendo-o através do controlo de manifestações públicas e de informação (Baruah e Panda, 2019). Enquanto mecanismo de repressão, a censura faz-se igualmente notar na utilização da Internet. O termo “*The Great Firewall*”, não é novo, pese embora continue a ser um fator de grande importância na compreensão do regime e suas estratégias de sobrevivência na era digital. A internet coloca desafios vários à estratégia de censura do PCC (Han, 2018). Durante o governo de Xi Jinping foi elaborado o Grupo Dirigente Central de Assuntos do Ciberespaço, dirigido pelo próprio Secretário Geral. O trabalho realizado pela Comissão é fiscalizado pela Organização de Administração do Ciberespaço da China, estabelecida em 2011, e tem como objetivo limitar e fiscalizar o uso da Internet no país. Através de uma reforma institucional em março de 2018, Grupo Dirigente Central para Assuntos do Ciberespaço foi transformado numa Comissão, tendo passado a servir como regulador da Internet (The US-China Business Council, 2018).

A preocupação e iniciativa para vigiar e reprimir o uso da internet tornou-se uma estratégia política de grande relevância para o PCC ainda durante a era de Jiang Zemin (Cheng, 2018). Com Xi Jinping no poder, as restrições dos usuários foram reforçadas num breve período de tempo, se compararmos ao período e dimensão do alcance das restrições entre ambos os governos prévios. O Secretário Geral passou a restringir as liberdades intelectual e de expressão com maior severidade entre

¹⁶ A fotografia do homem que se colocou na frente dos tanques de guerra que seguiam para a praça de Tiananmen, em 1989, tornou-se um símbolo da resistência contra o PCC, tendo sido amplamente divulgada no Ocidente. O facto de a fotografia não ser reconhecida pela população chinesa favorece a oportunidade para o debate sobre o acesso à informação, além de gerar oportunidade para questionamento do processo documental histórico na China.

professores universitários, sociedades cibernéticas, mídia oficial, exercendo um nível de controlo não presenciado desde o Massacre de Tiananmen, em 1989 (Cheng, 2018). Além de filtrar e rastrear o que os chineses pesquisam *online*, o governo iniciou a instalação de um software suscetível de bloquear o acesso a *websites* que contenham informações sensíveis (Han, 2018). A instituição de mecanismos de censura *online* é importante no quadro da estratégia de resiliência do PCC. A partir do Institucionalismo Histórico entendemos que Xi Jinping se destaca pela implementação de maiores restrições no uso da internet para eliminar eventuais desvios ideológicos (Cheng, 2018).

1.1.3. A cooptação

O PCC é a organização que possui o maior número de membros associados do mundo, tendo totalizado no final de 2020, 91 milhões de membros (Xinhua, 2020). No ano de 2019, foram recrutados 2.34 milhões de novos membros, o equivalente a um aumento exponencial de 289 mil membros em relação a 2018 (Xinhua, 2020). Ao longo da existência do PCC, têm sido traçadas estratégias para incentivar o recrutamento de novos membros no Partido. Serve de exemplo o sistema de *Nomenklatura*, que diz respeito ao “instrumento estratégico de controlo do PCC sobre as instituições políticas, económicas e sociais do país” (Romana, 2005: 77). Este sistema consiste numa lista de candidatos (indicados e aprovados pelos superiores), com vista à ocupação de cargos dentro do PCC. Na opinião de Fewsmith (2001), esta abordagem Leninista-Marxista do PCC tem por base a fusão entre a autoridade carismática e a organização impessoal. O Presidente Xi Jinping enfatiza que os aspirantes a membros do PCC, o devem fazer não por ambicionarem quaisquer vantagens individuais, mas sim por se identificarem com a ideologia Marxista-Leninista. A abordagem de Xi Jinping agrega valor moral diante da conduta dos indivíduos, fator determinante para a implementação da campanha anticorrupção, que analisaremos no segundo capítulo.

Na Constituição do PCC de 2017, o Capítulo 1 discorre detalhadamente sobre o processo de filiação no Partido. O Artigo 1 estabelece que qualquer cidadão acima de 18 anos, disposto a participar ativamente das organizações dentro do PCC, deve pagar as devidas taxas de afiliação, levando adiante os valores e missão do PCC. No Artigo 2, o texto prossegue apontando que é esperada do membro uma incansável determinação em manter o regime, e, caso haja necessidade, estar disposto a fazer sacrifício pessoal para o sustentar. O Artigo 2 frisa, ainda, que nenhum membro deve ter vantagem sobre qualquer indivíduo pelo facto de ser filiado no PCC.

Atualmente os membros que integram o PCC apresentam um percurso escolar e grau universitário em maior número do que nos anos iniciais da mobilização. É notória a mudança no processo de admissão e recrutamento de novos membros no Partido após a morte de Mao Tsé-tung e a reforma de Deng Xiaoping. Este último valorizava a mão-de-obra especializada de origem universitária, ao invés do conhecimento técnico e habilidade em coordenar massas, qualidades apreciadas durante o período Maoísta (Dickson, 2017).

As empresas estatais, amplamente estimuladas durante o período da abertura económica de Deng Xiaoping, entre as décadas de 70 e 80, são ilustrativas da cooptação e coerção exercidas pelo PCC, uma vez que previnem uma mobilização anti-Partido, ao mesmo tempo que recrutam força de trabalho. Em contraste, a onda de privatização de empresas beneficia de uma relação causa-efeito face ao distanciamento do controlo do Partido (Walder, 2018 apud Wang, 2014).

Para entender o constante crescimento do número de membros do PCC, Dickson (2017) sustenta que uma parte significativa de chineses vislumbram as vantagens na carreira, ao invés de compatibilidade ideológica. Para o autor, o desafio é garantir a lealdade dos membros para com o PCC, principalmente em momentos de instabilidade política. Como veremos nas próximas seções, a era de Xi Jinping almeja resgatar e preservar a integridade moral de cada indivíduo.

1.2. O nacionalismo

O nacionalismo é um elemento fundamental para o conceito de legitimação do regime, uma vez que age como representante dos interesses da nação, criando um vínculo entre o indivíduo e o estado (Smith, 2009). Segundo o autor (2009), o “nacionalismo possibilita ao estado o exercício de autoridade sobre uma região em particular”, justificando “o motivo pelo qual o estado detém o controlo sobre uma parte particular da terra” (Smith, 2009:125)¹⁷. Com o declínio que a ideologia socialista sofreu com a queda da União Soviética, o PCC tem procurado relacionar o nacionalismo com o passado milenar chinês, promovendo a cultura e a tradição chinesas (Romana, 2005).

Li Xing (2017) refere-se ao nacionalismo como sendo um componente muito importante para a permanência do PCC no poder. Afinal, o maior inimigo do governo é a apatia do seu próprio povo (Giles, 1985). Li Xing (2017) realça a resiliência do PCC perante um cenário de colapso de outros sistemas autoritários. O mínimo denominador comum nas contribuições supracitadas consiste em indagar as

¹⁷ Tradução da autora.

causas da resiliência do PCC no que respeita à manutenção do poder. Depois do falecimento de Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping trabalhou em campanhas de “Desmaoização” (Weng and Lam, 2018:31¹⁸), através do incentivo às reformas institucionais, impulsionando a economia chinesa. Os dois pilares para a sustentação de um regime são o nacionalismo e o crescimento económico (Lam, 2018). O Massacre de Tiananmen, em 1989, revelou que a intolerância a manifestações discordantes face ao regime - predominante na era maoísta - subsistiu na era Deng Xiaoping. O estudo de Nathan (2003) procura explicar a resiliência do PCC, não obstante a proliferação de teses partidárias do colapso do regime. Nathan (2003) destaca a importância do fenómeno da institucionalização como sendo suscetível de justificar a resiliência do PCC.

O nacionalismo na era de Xi Jinping desvaloriza a ideologia proveniente do Ocidente, assim como qualquer grau de influência ocidental. Na sua estratégia de liderança, a China procura ressurgir como protagonista global (Heilmann, 2016; Economy, 2018). Pequim empenha-se, assim, em restabelecer a autoridade soberana através de reformas institucionais, como é o caso da campanha de anticorrupção, que veremos em maior detalhe no próximo capítulo. Merece destaque também o culto da imagem de Xi pelo Departamento de Propaganda do PCC, que o retrata como respeitável e acessível, além de ter peso simbólico de tio de todos os chineses (Xi Dada). A glorificação do nacionalismo sem restrições é a maior influência maoísta na China contemporânea (Wong e Lam, 2018).

O nacionalismo propagado pelo PCC impulsiona a identidade do Estado, manifestada através do patriotismo. Segundo Xi Jinping¹⁹, o patriotismo “tem sido sempre a tónica vibrante e a força poderosa que estimula a população de todos os grupos étnicos do país a se autofortalecer e a progredir constantemente” (Xi, 2016:69). Xi Jinping destaca ainda que o patriotismo consiste, essencialmente, em amar de forma unificada, o país, o PCC e o socialismo (Xinhua, 2019). Em contraste, em países ocidentais, o nacionalismo está relacionado com traços que diferem e, ao mesmo tempo, caracterizam e afirmam a identidade da comunidade. A particularidade do nacionalismo chinês deve-se ao facto de este ser um elemento vital para a sustentação e manutenção do Estado, fortalecendo a sua legitimação diante de outros Estados (Romana, 2005). A propagação do sentimento nacionalista é primordial para que o PCC alcance a autoridade e legitimação almejada (Smith, 2009). Contudo, o nacionalismo sempre foi um elemento importante na estratégia de legitimação e de unificação nacional do PCC, da qual é ilustrativo o *slogan* político do *Sonho Chinês* (Xing, 2018).

¹⁸ Tradução da autora.

¹⁹ Discurso proferido no 100º Aniversário da Associação de Estudantes Regressados do Ocidente, em 21 de outubro de 2013

1.2.1. O Sonho Chinês

Ainda durante a segunda metade da era de Hu Jintao, este anunciou a criação de uma sociedade harmoniosa regida pelo sonho coletivo de um país modernizado, ao invés de um sonho alimentado pelo sucesso individual (Ferdinand, 2016). Para a China, “o *Sonho Chinês* é o sonho do povo. [...] Só podemos realizar o *Sonho Chinês* quando o relacionamos com o desejo do nosso povo por uma vida melhor” (Xi, 2015:32). Em diversos discursos oficiais, Xi Jinping expressou a preocupação de o destino do PCC não ser o da antiga União Soviética. Com efeito, para o Secretário Geral do PCC, o outrora Partido Comunista da União Soviética colapsou pelo facto de os seus membros terem perdido as suas convicções e ideais (Fewsmith, 2019). Para evitar semelhante percurso, o *Sonho Chinês* tem por finalidade promover o rejuvenescimento da sociedade chinesa.

Pequim oferece ao mundo um modelo alternativo de desenvolvimento, o chamado Consenso de Pequim, o que lhe concede peso ideológico, tornando-a, por conseguinte, apta a competir com Washington em tal campo (Shen, 2018). Para Zhou e Esteban (2018) os conceitos de *Sonho Chinês* e de renascimento da China, introduzidos por Xi Jinping, são elementos que explanam a ambição chinesa na política internacional. O *slogan* tornou-se tema predominante na administração de Xi Jinping com o propósito de legitimar a ideologia do PCC (Ferdinand, 2016). A realização do *Sonho Chinês* significa alcançar o lugar que sempre pertenceu à China, lugar este de um ator influente e dominante no cenário político e económico internacional. Xi Jinping concebe o *slogan* como “um sonho do país e da nação, mas também de cada cidadão chinês, pois todos podem ficar bem se o seu país e a sua nação estiverem bem. Somente quando cada um lutar pelo seu sonho poderemos unir as nossas forças para realizar o *Sonho Chinês*” (Xi, 2018: 58).

Segundo Xi Jinping, o Sonho Chinês é, ao mesmo tempo, atual e histórico, pois condiz com a reconquista do lugar que, segundo o líder, sempre pertenceu à China. Para o presidente da RPC, o *Sonho Chinês* “anuncia um futuro brilhante de prosperidade e fortalecimento do país, de revigoração da nação e de felicidade do povo” (Xi, 2018:58). O *Sonho Chinês* é, em contraste face ao sonho americano, uma meta coletiva e social, do povo chinês. O *Sonho* é a conquista do desenvolvimento e inovação do país. Em discurso proferido em 2014, Xi afirma ser necessário caminhar para um modelo de desenvolvimento sustentável para suprir as necessidades da China como potência mundial, uma vez que “o velho caminho não é viável” (Xi, 2014:147). Por conseguinte, afigura-se necessário apostar no caminho da inovação tecnológica, sem medir esforços, propondo reformas no sistema científico e tecnológico. Tal mudança passa a ser fundamental para explicar não só o crescimento da China na área

tecnológica, da mesma forma que possibilita a implementação do Sistema de Crédito Social a partir do *big data*, como veremos no próximo capítulo.

Economy (2018) faz um contraponto entre o que fora a Segunda Revolução de Deng Xiaoping²⁰ e o que está a ser a Terceira Revolução, termo adotada pela autora para denominar as reformas institucionais adotadas sob a autoridade de Xi Jinping. A Terceira Revolução promove uma alternativa à estratégia política de Deng Xiaoping, “*Tao Guang Yang Hui*” (“ocultar as competências e manter um perfil discreto”). Sendo substituído pela estratégia de “*Fen Fa You Wei*” (“empenhar-se para conquistar”) propagada pelo governo de Xi Jinping.

1.2.2. O Confucionismo

A tradição chinesa baseia-se consideravelmente na filosofia, da qual se destaca o Confucionismo. Importa, por conseguinte, explicar as ideias centrais da filosofia confucionista, uma vez que esta é a componente que sustenta o *Sonho Chinês*, como salientam os discursos de Xi Jinping²¹, os quais consequentemente, fomentam o sentimento nacionalista. Confúcio é o nome ocidentalizado de Mestre Kong, que viveu durante o século V a.C. (551- 479 a.C.), pregando a importância das relações hierárquicas como fundamentos para o funcionamento mais eficaz de uma sociedade. Segundo Dreyer, podemos resumir que “o ideal de Confúcio era a família multigeracional vivendo junta sob o mesmo teto, e em respeito pelos seus ancestrais”(2006: 26)²² .

Os ideais confucionistas têm servido de fundamentação à relação hierárquica entre Estado e o povo. Dreyer (2006) ressalta a necessidade de modernizar o pensamento propagado por Confúcio, na medida em que a filosofia confuciana se opunha ao progresso económico do país, por não ser compatível com a apologia do nacionalismo. Por conseguinte, tal facto foi a causa do fracasso do processo de

²⁰A Segunda Revolução de Deng Xiaoping consistiu na implementação de reformas políticas e económicas na China a partir de 1978, período marcado pela abertura ao investimento estrangeiro, além do incentivo à criação de empresas privadas.

²¹ Xi Jinping cita Confúcio durante os discursos “O sonho chinês beneficiará o povo chinês e os povos do mundo (maio de 2013); “É tempo certo para inovar e realizar o sonho” (21 de outubro de 2013); “Cultivar e praticar os valores-chave do socialismo desde criança” (30 de maio de 2014); “intercâmbio e aprendizado mútuo enriquecem as civilizações” (27 de março de 2014); “seguir a tendência da época e promover a paz e o desenvolvimento no mundo” (23 de março de 2013); acelerar a construção do Estado de direito socialista”(23 de outubro de 2014); “Entender de forma profunda os novos conceitos de desenvolvimento” (18 de janeiro de 2016); “ Dar importância à família e à educação e tradição familiares (12 de dezembro de 2016); “Promover juntos a iniciativa ‘Faixa e Rota’” (14 de maio de 217); “ Construir uma Comunidade de Destino Comum” (18 de janeiro de 2017) são alguns exemplos.

²² Tradução da candidata.

modernização da China durante a restauração Tongzhi²³. Durante o final do século XIX, a segunda geração de reformadores procurava impor um processo de ocidentalização da sociedade chinesa a fim de garantir a sobrevivência do Estado. Essa geração de reformadores políticos, de entre os quais se destaca Yan Fu, acreditava que só seria possível evitar o fim da China com modificações profundas – ou até a extinção – do confucionismo (Dreyer, 2006). À semelhança de Yan Fu, também o reformista Kang Youwei (1858-1927) concluiu ser necessário reinterpretar e adaptar as ideias preconizadas pelo Confucionismo ao contexto da China atual. Desta forma, segundo Dreyer (2006), é possível reformular o Confucionismo de modo a sustentar os seus argumentos no modelo ocidental e a propagá-los na China, com o intuito de envolver até os indivíduos que resistiram à influência ocidental.

A relação entre o Confucionismo e o PCC é complexa. Ao observar a evolução da institucionalização do Confucionismo, constata-se que esta filosofia foi muito exaltada durante os anos iniciais da liderança maoísta. Contudo, gradualmente, o Confucionismo tornou-se objeto de condenação, até ser banido pelo Partido. Na juventude, Mao idolatrava Confúcio, a quem chegou a comparar ao fundador do Budismo, Sakyamuni e a Jesus Cristo, personagens que considerava grandes pensadores. Essa postura alterou-se após a fundação da RPC, quando Confúcio foi condenado como reacionário feudal. Mao pregava a anulação completa de toda e qualquer forma cultural da época do império. Através do contributo do Institucionalismo Histórico, compreendemos o motivo que levou à mudança de postura face ao Confucionismo. Com efeito, a proibição e exclusão do Confucionismo repercutiu-se na censura da história da China que antecede o PCC. Esse processo de censura teve maior mobilização com a Revolução Cultural (1966-1976), um movimento revolucionário propagado por Mao, o qual banuiu os chamados *Quatro Velhos*, também conhecidos por velhos costumes: os Costumes, a Cultura, os Hábitos e as Ideias (Wei, 2019).

A partir de 1980, o Confucionismo voltou a ter a aprovação do PCC (Lin, 2018). Em 2006, o PCC celebrou, pela primeira vez, oficialmente o 2557º aniversário do filósofo, no dia 28 de setembro (Scott, 2008). Os princípios do confucionismo constituem a base da ideologia chinesa, o que faz deles, por inerência, fundamentais para a compreensão da governação do PCC. Partindo dos princípios da filosofia confucionista, é possível compreender a sua relevância na era Xi Jinping, uma vez que a filosofia

²³ A restauração Tongzhi (1862-1874) foi um movimento de base Confuciana que tinha por objetivo fortalecer o Império do Meio. Procurou estudar o Ocidente para aplicar os seus ensinamentos militares e conhecimentos universitários à China (levando estudantes chineses a formarem-se na Universidade de Yale). O movimento teve ainda o intuito de modernizar o Estado, tornando-o, assim, competitivo face às potências ocidentais (Dreyer, 2006).

preconiza um autoritarismo centralizado, obediência aos princípios do governo, além de legitimar a liderança e a autoridade hierárquica (Lin, 2018).

Confúcio estipulava modelos de conduta social, sendo o aprendizado “a chave para avançar numa sociedade confucionista” (Kissinger, 2011:18). Para alcançar a harmonia, o indivíduo deve conhecer o seu lugar, daí a preocupação da filosofia confucionista em manter a hierarquia de classes (Kissinger, 2011). A imagem pública de Xi Jinping é reforçada pela obediência às autoridades e, por conseguinte, ao PCC. Ao mesmo tempo que Xi Jinping baseia a legitimidade do regime no Socialismo de características chinesas, o Presidente utiliza o Confucionismo para sustentar o patriotismo entre os cidadãos (Lam, 2018).

Dito isto, compreende-se, por conseguinte, o peso ideológico que consta no nome das instituições chinesas que ensinam mandarim no estrangeiro, os Institutos Confúcio. O primeiro polo foi inaugurado em 2004, na Coreia do Sul, sendo que pouco tempo depois, em 2007, já existiam 150 polos em 50 países diferentes. O estabelecimento dos Institutos Confúcio é ilustrativo do alcance do *soft power* chinês (Nye, 2000) muito além dos países vizinhos geograficamente. Ele constitui uma estratégia política que visa assegurar a longevidade do mandarim, e, com isso, restaurar o passado glorioso da China, como também destacar o apreço pela conservação das tradições milenares ao utilizar o nome de Confúcio. É, pois, através da influência da doutrina de Confúcio que o Instituto do mesmo nome tem procurado forjar uma imagem mais *soft* (entenda-se positiva) da China no estrangeiro, mitigando as percepções negativas que mundo fora são sentidas face à China. Baseando-se em Confúcio e na sua filosofia, a China busca, assim, propagar ao resto do mundo os valores tradicionais de harmonia e paz da cultura e história milenar chinesas (Scott, 2008).

1.3. O aparelho institucional do Partido Comunista Chinês

A influência do confucionismo é percebida no exercício do poder através do paternalismo político, ao estabelecer como fundamental a autoridade da família e do Estado. Por paternalismo político compreende-se a firmeza do dirigente do Estado na sua legitimação moral, a qual justifica, por sua vez, a punição de opositores (Pye, 1985). Para Romana (2005), a cultura política chinesa tem como traço característico o paternalismo político, na medida em que projeta o autoritarismo da família (pai) na autoridade do ator político (governante). A utilização de termos como “Xi Dada”, que traduzido significa “Tio Xi”, aproximam o líder nessa relação de nação/família (Economy, 2018: 30). A meritocracia competitiva e a participação limitada são tradicionalmente centrais na cultura política chinesa. O PCC

recorre a tais elementos políticos e culturais socialmente aceites como ferramentas de legitimação popular, a fim de estabelecer uma identidade coletiva (Romana, 2005; Yongnian, 2020).

Tanto Nathan (2003) quanto Yang (2004) não têm dúvidas de que o sistema político chinês tem experienciado um desenvolvimento institucional. Em contrapartida, Romana (2005) e Fewsmith (2019) defendem o contrário. De facto, para Romana (2005), “o sistema político chinês não é institucionalizado, não é governado por um sistema legal com contornos fixos: opera em segredo e fora do escrutínio público” (2005:142).

A premissa dos estudos sobre Institucionalismo está situada entre as mudanças sociais e institucionais, as quais diferem em intensidade, extensão e, sobretudo, no plano temporal (Capoccia, 2016). Por outro lado, a mudança social é contínua e afeta diretamente a mudança institucional. Contudo, a mudança não ocorre de forma automática nas instituições, pelo que o Institucionalismo Histórico analisa o comportamento histórico das instituições para melhor compreender a situação política atual (Abdul-Manan et al., 2015).

Com a morte de Mao Tsé-tung, em 1977, o PCC recorreu à ideologia comunista para legitimar as reformas políticas como forma de autosobrevivência (Romana, 2005). O PCC deixou de ser o partido radical e revolucionário que havia existido na era maoísta. Desde Deng Xiaoping que o PCC tem vindo a ser alvo de várias adaptações institucionais para se manter no poder, o que contribuiu, por sua vez, para reforçar o seu viés conservador (Yongnian, 2020). O PCC pós-Mao está subdividido hierarquicamente numa rede de organizações que exercem o seu poder e influência política. Nas mais variadas instituições, tais como universidades, escolas, *think tanks*, empresas estatais, privadas e estrangeiras, são estabelecidos comités do PCC que exercem autoridade, ainda que informal (Dumbaugh e Martin, 2009). Na década de 80, Deng Xiaoping efetuou uma série de reformas nas instituições chinesas, o que originou a separação entre o Partido e o Estado e a conseqüente criação de dois poderes paralelos. Por outro lado, Deng Xiaoping colocou a China na senda da reconstrução nacional, com a intenção de reformular os pensamentos maoístas, ajustando-os à nova ideologia do Partido (Weng e Lam, 2018). Para Romana (2005), o que motivou Deng Xiaoping a realizar tais reformas foi a ausência de institucionalização na política chinesa, com destaque para a prevenção de abuso de autoridade, concentração de poder e privilégios vários, que a sociedade chinesa havia experienciado durante a era de Mao.

A partir dessa separação, o PCC passou a ser administrado pelo Politburo e seu Comité Permanente, órgão que usufrui de um poder político extraordinário com vista à manutenção do bom funcionamento do Partido, sendo encabeçado pelo Secretário Geral (Romana, 2005). O Conselho do Estado da RPC, liderado pelo Primeiro Ministro chinês, passou a deter a responsabilidade sobre o

governo. Além destas instituições, destacam-se o Congresso Nacional do Povo (CNP), que detém poder estatal, e o Exército de Libertação Popular (ELP). No país existem duas instituições de poder militar, uma controlada pelo Partido, a Comissão Militar Central do PCC – que administra também o ELP – e a Comissão Militar Central, supervisionada pelo Estado (Dumbaugh e Martin, 2009).

Outro exemplo de reforma conduzida por Deng Xiaoping consistiu em restituir os postos de Presidente e Vice-Presidente, estipulando o tempo de duração para cada mandato, além da idade mínima para ser eleito. As reformas tinham por objetivo prevenir a concentração do poder num único líder, abrindo caminho a uma liderança coletiva (Baruah e Panda, 2019). Tal medida estipulou a duração dos mandatos presidenciais de Jiang Zemin e Hu Jintao. No entanto, Xi Jinping implementou uma reforma institucional com vista a perpetuar-se no poder (a figura do líder vitalício).

As instituições políticas são as leis fundamentais que servem de alicerce ao sistema político. Elas podem ser compreendidas como regras estabelecidas pelas pessoas que estruturam as relações sociais (Norambuena e Matamoros, 2016). Segundo Romana (2005), os itens que abaixo enumeramos condizem com os eixos de decisão política do PCC:

- 1) O Secretário Geral do PCC, representado por Xi Jinping desde 2012.
- 2) O Comité Permanente do Politburo, formado por sete membros desde 2012, detém a supremacia do poder sobre o PCC, e a RPC.
- 3) A Comissão Militar Central, composta por oito membros liderados por Xi Jinping, como presidente, e dois vices, nomeadamente, Fan Changlong e Xu Qiliang. O órgão é responsável por assuntos militares e de defesa nacional e abriga o Exército de Libertação Popular da China.
- 4) O Grupo de Direção do PCC é responsável por supervisionar individualmente os setores políticos chineses. Um exemplo que vai ser desenvolvido nesta dissertação é o do Grupo Dirigente da FRC. Cada grupo é encabeçado por um ou mais líderes do Comité Permanente do Politburo.
- 5) Sistema dos núcleos políticos restritos, que constituem a estrutura informal do PCC, a cargo de um membro do Comité Permanente do Politburo. Os núcleos têm por objetivo coordenar, inovar, investigar, formular e executar políticas públicas.
- 6) Gabinetes administrativos ou departamentos: usualmente liderados por membros do Comité Permanente do Conselho de Estado ou da CMC. Servem de ponte para o núcleo dirigente comunicar as decisões e recomendações políticas às estruturas inferiores.

A estrutura do PCC abarca três esferas de alcance operacional, sendo elas a central, a provincial e a local. Portanto, o sistema político chinês alicerça-se em duas instituições primordiais, a saber, o “aparato do núcleo”, que abrange a união do Governo, o Partido e a Comissão Militar em todos os três

níveis de alcance operacional já citados (Romana, 2005:102). E o segundo tipo consiste nas “instituições intermediárias”, elaboradas após a era maoísta, que constituem mecanismos de manipulação e controlo da sociedade chinesa (ibidem).

Existiu um confronto significativo durante os mandatos de Jiang Zemin (1987-2002), entre os reformistas e os conservadores. A título de exemplo, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, permitiu-lhe realizar reformas de mercado. Ao mesmo tempo que investiu na abertura económica, Jiang Zemin temia a influência do Ocidente, além de possíveis consequências negativas para a estabilidade do PCC. Por esse motivo, o então Secretário Geral do Partido implementou legislação de censura ao acesso de informação disponível na internet. Durante esse período, o PCC compreendeu a necessidade de redefinir a sua abordagem, de um partido revolucionário, para um de governo. Por sua vez, a definição de legitimidade passou a ser associada à noção de qualidade de vida, ou, ainda, à ideia de governar com virtude, conceito inspirado na filosofia confucionista (Cheng, 2018).

O 16º Congresso Nacional do Partido, em 2002, não apresentou ações de mudança política ou de inovação ideológica, de forma que a transição da terceira para a quarta geração de líderes do PCC não afetou significativamente a economia e a estabilidade política. Note-se que a liderança de Hu Jintao, como Secretário Geral, assim como a de Wen Jiabao, como Primeiro-Ministro, percebeu que o crescimento económico, por si só, era insuficiente para assegurar a manutenção do PCC. Mesmo sem proceder a reformas políticas consideráveis, a era Hu Jintao (2002-2012) contribuiu, ainda assim, para fazer da China a segunda maior economia mundial. Com efeito, em 2010 a China já era o maior exportador mundial. Por sua vez, no que ao soft power concerne, a organização dos Jogos Olímpicos, em 2008, bem como a Expo de Xangai, em 2010, são momentos notáveis. Na prática, eles contribuíram para simbolizar a expectativa de uma China que estava a ressurgir. Desta forma se compreende que o orgulho nacional é a ferramenta basilar para a legitimação do PCC (Capoccia, 2016; Ferdinand, 2016; Cheng, 2018).

Desde o início do governo de Xi Jinping, a estrutura política chinesa sofreu mudanças relevantes (Heilmann, 2016; Lam, 2018; Yongnian, 2020). Contudo, as reformas institucionais de Xi Jinping geram uma insegurança sobre o rumo que a sua governação poderá trazer ao país, em virtude das semelhanças com o maoísmo, o culto do líder e a acumulação de poder institucional (Béja, 2018; Baruah e Panda, 2019). Analisaremos com maior profundidade no capítulo seguinte as reformas institucionais do governo de Xi Jinping durante os anos de 2013 a 2019.

Conclusão Parcial

O presente capítulo procurou apresentar as temáticas-base para a análise da legitimação do PCC a partir do contributo do Institucionalismo Histórico. Para o bom desenvolvimento do escopo teórico é fundamental discorrer sobre a ideologia do PCC, o processo histórico das instituições, assim como as reformas implementadas. Com esse intuito analisámos a estrutura política chinesa, contextualizando historicamente as principais evoluções e reformas vivenciadas entre a era maoísta e o governo de Xi Jinping.

Analisámos as raízes históricas da filosofia confucionista, com o objetivo de melhor entendermos o seu papel e impactos na ideologia do PCC. No quadro do debate ideológico sobre o Socialismo de características chinesas, destacámos a institucionalização de medidas com vista ao fomento do sentimento nacionalista a partir de slogans, de que é exemplo o *Sonho Chinês*. Todos os fatores culturais - o sentimento nacionalista, os fundamentos éticos e filosóficos do confucionismo, assim como a ideologia comunista - são de suma importância para a presente análise, na medida em que as instituições moldam a identidade dos indivíduos e definem os seus interesses.

Face ao exposto neste capítulo, concluímos que existe uma relação de causalidade entre as reformas institucionais implementadas no/pelo PCC e a resiliência autoritária deste. Para o efeito, essa resiliência foi investigada a partir de três fatores, sendo eles a legitimação autoritária do poder, a repressão de condutas contrárias à ideologia do Partido, e a cooptação de novos membros do PCC. A perpetuação de Xi Jinping no poder deu-se a partir das reformas institucionais estabelecidas a fim de contornar e desacreditar qualquer desobediência às diretivas do Partido. Após a morte de Mao, muito se questionou sobre o potencial desvanecimento do Partido, tendo em conta que a legitimação do poder do Partido era muito influenciada pelo carisma do líder. Contudo, a habilidade estratégica de Deng Xiaoping, enquanto Secretário Geral do PCC, garantiu a implementação de reformas institucionais, agregando poder legítimo ao PCC. Tal contribuiu, por sua vez, para que o Partido permanecesse no poder mesmo após a sucessão de mais três líderes, a saber Jiang Zemin, Hu Jintao, e, por último, Xi Jinping.

Capítulo 2: As reformas institucionais chinesas na era de Xi Jinping

Dando seguimento à estrutura da política chinesa abordada no primeiro capítulo, analisaremos a importância da campanha de anticorrupção e a implantação do SCS no âmbito do processo de legitimação do poder do PCC. Para o efeito, focar-nos-emos no intervalo de tempo que vai desde o lançamento da FRC (2013) até ao ano de 2019. Dentro deste período, investigaremos as estratégias de mudanças institucionais utilizadas pelo chefe de Estado para manter a resiliência do PCC, a partir das lentes conceituais do Institucionalismo Histórico. Nesta secção daremos, igualmente, destaque ao crescimento económico chinês durante o período supracitado a fim de identificarmos os avanços realizados pela quinta geração de líderes do PCC.

2.1. A liderança de Xi Jinping e as reformas institucionais (2013-2019)

Xi Jinping possui uma vasta carreira política. São, ao todo, 40 anos ao serviço do PCC, tendo exercido uma diversidade de cargos políticos. Xi Jinping nasceu no ano de 1953, na cidade de Fuping, província de Shaanxi. Iniciou a sua carreira no PCC aos 16 anos, pese embora só tenha sido aceite como membro em 1974. Tal morosidade é oficialmente justificada pela expulsão de seu pai, Xi Zhongxun, do Partido. O pai de Xi Jinping, que foi um dos revolucionários veteranos que fundaram o PCC, foi um dos melhores comandantes do Exército Vermelho de Mao, além de ter ocupado o cargo de vice-primeiro ministro em 1959. Xi Zhongxun conseguiu ser reabilitado no seio do PCC em 1978, após ter sido impedido, durante 15 anos, de participar na esfera política (BBC, 2017; Barrass e Inkster, 2018; Xi, 2018).

Durante sete anos, Xi Jinping trabalhou no campo, na aldeia de Liangjiahe, localizada na província de Shaanxi: “naquela altura eu vivia numa casa-caverna e dormia numa cama feita de barro, assim como os aldeões locais” (Xi, 2015: 32). Depois de algum tempo, veio a tornar-se secretário da célula do PCC na aldeia, tendo construído uma base sólida para iniciar a sua jornada como membro. Xi foi Secretário no Escritório Central do Conselho Estatal e da Comissão Militar Central. Em 1982, Xi tornou-se vice-secretário do Comité do Distrito de Zhengding, na província de Hebei. No ano seguinte foi promovido a Secretário e permaneceu no cargo por mais dois anos (China.org, 2013).

De forma gradual, Xi Jinping passou a ocupar cargos políticos de maior relevância e influência (ver Tabela 1). De 1985 até à presidência do PCC, em 2012, Xi Jinping percorreu inúmeros cargos em

diferentes províncias²⁴ . Em novembro de 2012, tornou-se Secretário Geral da RPC. Desde então, Xi Jinping foi eleito Secretário Geral do Congresso Nacional e do Comitê Central do 18º CPC, além de ter sido nomeado membro do Comitê Permanente do Politburo e diretor da Comissão Militar Central do PCC (China.org, 2013; China Vitae, 2020).

Tabela 1: Posições de chefia assumidas por Xi Jinping.

Leadership body	Title	Tenure since	Precedent
Central Committee of the Chinese Communist Party	Gen. Secretary	2012.11	Y
Central Military Commission of the CCP	Chair	2012.11	Y
Central Leading Group for Taiwan Affairs	Head	2012.11	Y
Presidency of the People's Republic of China	President	2013.03	Y
Central Military Commission of the PRC	Chair	2013.03	Y
Central Leading Group for Foreign Affairs, National Security	Head	2013.03	Y
Central Leading Group for Financial and Economic Work	Head	2013.03	Y
PRC National Security Committee	Chair	2013.11	new
Central Leading Group for Comprehensively Deepening Reforms	Chair	2013.11	new
Central Leading Group for Network Security and Information Technology	Head	2014.02	new
Leading Group for Deepening Reform of National Defense and Military	Head	2014.02	new
PLA Joint Operations Command Center	Cmdr. in Chief	2016.04	new

Note: Based on Li (2016) and expanded upon records from *China Vitae* Research Library.

Fonte: Gueorguiev, 2018:18

Segundo Echeverry (2016), o Institucionalismo Histórico busca compreender o processo de formação e mudança das instituições políticas num determinado período de tempo. Contudo, mais do que o espaço temporal, o Institucionalismo Histórico destaca a relevância do momento em que cada mudança ocorre. Por outras palavras, segundo esta abordagem concetual, existe uma relação de causalidade entre a ordem dos processos e os resultados (Pierson, 2000; Thelen 2002). Esta lente

²⁴ Xi Jinping tornou-se membro do Comitê Permanente do Comitê Municipal do Partido e vice-prefeito da cidade de Xiamen, localizada na província de Fujian (1985-1988). Ainda na província de Fujian, Xi Jinping exerceu as atividades de secretário do Comitê da Prefeitura de Ningde, na província de Fujian (1988-1990), secretário do Comitê Municipal de Fuzhou e presidente do Comitê Permanente do Congresso Municipal do Povo de Fuzhou (1990-1993), além de ter sido membro do Comitê Permanente do Comitê Provincial de Fujian (1993-1995), e posteriormente vice-secretário do Comitê Provincial de Fujian (1995-2002) secretário do Comitê Municipal de Fuzhou, presidente do Comitê Permanente do Congresso Municipal do Povo de Fuzhou (1993-1996) e governador interino da província de Fujian (1999-2002). Estudou na Universidade de Tsinghua (1998-2002), formou-se em teoria Marxista e educação ideológica, facto que contribuiu para construir seu caminho político (China.org, 2013). Após formado, em 2002, tornou-se vice-secretário - e no ano seguinte foi promovido a secretário - do Comitê da Província de Zhejiang (2002-2007) e governador interino da mesma província (2002-2003). De 2003 a 2007, foi presidente do Comitê Permanente do Congresso Provincial do Povo de Zhejiang. Em 2007 exerceu a função de secretário do Comitê Municipal de Xangai. Neste mesmo ano tornou-se membro do Comitê do Gabinete Político do Comitê Central, membro do Secretariado do Comitê Central e presidente da Escola do Partido do Comitê Central até 2010. De 2008 a 2013 foi vice-presidente da República Popular da China. Em 2010, durante o segundo mandato do governo de Hu Jintao, Xi foi vice-presidente da Comissão Militar Central do PCC (China Vitae, 2020).

conceitual auxilia na análise dos resultados da ação política, através do estudo, nas secções seguintes, do historial de reformas institucionais na era de Xi Jinping (2012-2019).

Em 2012, ano em que Xi Jinping assumiu a presidência do país, o estilo de vida da elite chinesa era, paradoxalmente, de essência capitalista. A fim de reverter essa situação, o Secretário Geral preconizou uma tríade de autoconfiança no caminho, nas teorias e nas instituições do socialismo. Agindo de forma a banir e condenar qualquer comportamento capitalista, Xi Jinping começou por articular campanhas que tinham como objetivo a retificação da conduta social da população chinesa. Logo no primeiro ano após ter assumido o poder (2013), Xi inaugurou a Campanha de Educação e Prática de Massas, que veio a converter-se na maior iniciativa de expulsão de membros do PCC desde a Revolução Cultural (Weng e Lam, 2018).

O poder sobre o PCC e, *lato sensu*, sobre a China, está nas mãos de sete membros que compõem o Comité Permanente do Politburo (Cabestan, 2018). Antes da eleição de Xi Jinping como Secretário Geral, o Comité possuía nove membros (2002-2012). Para Cabestan (2018) desde que foi nomeado líder, Xi Jinping tem-se posicionado estrategicamente como diretor do *Grupo de Direção Financeiro e Económico*, além de ter instituído demais Grupos²⁵ (China Vitae, 2020). Segundo Gueorguiev (2018), a estratégia de Xi Jinping consiste em redesenhar os limites institucionais da liderança coletiva, ao invés de simplesmente erradicar os obstáculos instituídos pela liderança participativa previamente implementada por Deng Xiaoping. Xi Jinping detém os recursos e a legitimidade para destituir por completo a coletivização do poder, pese embora mantenha os seus aliados em postos de chefia. Exemplar a este respeito é o facto de a *Comissão Nacional de Energia* ser liderada por Li Keqiang, Primeiro Ministro da RPC, assim como por Zhao Leji, membro do Comité Permanente do Politburo, que é, igualmente, responsável pela *Comissão Central de Disciplina e Inspeção* (CCDI) (Gueorguiev, 2018; China Vitae, 2020).

O PCC detém, por si só, o sistema político chinês, uma vez que concentra os poderes do executivo, judiciário, legislativo e militar, razão pela qual é considerado um estado-partido. (Cabestan, 2018). Ao analisar as reformas institucionais implementadas no PCC até ao mandato de Xi Jinping, chegamos à conclusão de que a ambição do PCC é manter-se no poder, detendo para o efeito a autoridade que o legitima (Cabestan, 2018; Lam, 2018). E, ao mesmo tempo, empenha-se em corresponder às expectativas da população (Cheng, 2018).

²⁵ *LSG for Internet Security and Informatization*, *LSG Central for Comprehensively Deepening Reform*, do Comité Central do PCC; *Leading Group for Deepening Reform on National Defence* da Comissão Central Militar da RPC.

A era de Xi Jinping está a desenvolver em torno de si próprio um sistema centralizado e hierárquico. O fator determinante que o diferencia da liderança maoista é o caráter disciplinado, ao invés de revolucionário, presente no governo de Mao. O objetivo de Xi Jinping é o de tornar o PCC mais poderoso, a partir de uma administração eficaz, anti-corrupta, moralmente condizente com o pensamento que o Socialismo de Características Chinesas para a Nova Era (Grünberg e Drinhausen, 2019). O termo, também conhecido apenas por *Pensamento de Xi Jinping*, ou *Filosofia de Xi Jinping*, é baseado nos *Quatro Abrandentes* do líder, que inclui a construção de uma sociedade moderadamente próspera, a intensificação da reforma, a governação do país através da lei, e pela rígida disciplina do PCC. Por outras palavras, o *Pensamento de Xi Jinping* descreve que a 'Nova Era' consiste numa liderança mais firme do PCC, com características centralizadora de cima para baixo, a fim de garantir a resiliência autoritária (Garrick e Bennett, 2018; Grünberg e Drinhausen, 2019).

Tabela 2: Integração institucional do Partido com o Estado

The integration of party and state is visible across the board
Mergers of central state organizations under the CCP



State Council		Chinese Communist Party (CCP)
Ministry of Supervision (监察部)	→	Absorbed by National Supervision Commission (国家监察委员会)
Bureau of Corruption Prevention (国家预防腐败局)	→	Absorbed by National Supervision Commission (国家监察委员会)
State Office for Public Sector Reform (中央机构编制委员会)	→	Reorganized under the CCP Organization Department (中共中央组织部)
Civil Servant Department (国家公务员局)	→	Reorganized under the CCP Organization Department (中共中央组织部)
National Academy of Governance (国家行政学院)	→	Merged with the Central Party School (中央党校)
State Administration Of Press, Publication, Radio, Film and Television (国家新闻出版广电总局)	→	Absorbed by the CCP Publicity Department (中共中央宣传部)
State Ethnic Affairs Commission (国家民族事务委员会)	→	Leadership transferred to CCP United Front Department (中共中央统一战线工作部)
State Administration for Religious Affairs (国家宗教事务局)	→	Reorganized under CCP United Front Department (中共中央统一战线工作部)
SC Overseas Chinese Affairs Office (国务院侨务办公室)	→	Reorganized under CCP United Front Department (中共中央统一战线工作部)

Source: CPC (2018). 中共中央关于深化党和国家机构改革的决定 (CPC Central Committee Decisions on Deepening Party and State Institutional Reform). http://www.gov.cn/zhengce/2018-03/04/content_5270704.htm. Accessed: September 11, 2019.



Fonte: MERICS, 2019

Segundo Grünberg e Drinhausen (2019), a integração Estado-Partido é fundamental para impulsionar o novo sistema de liderança da 'Nova Era'. Iniciada após o 19º Congresso Nacional do PCC, em 2018, a integração ocorreu entre os órgãos do PCC e as instituições governamentais que tinham semelhantes designações, com o objetivo de eliminar duplicações desnecessárias e acelerar o processo burocrático (ver Tabela 2). Como resultado, foram cerca de 1.8 milhões de cargos abolidos em 31 instituições. (Xinhua, 2018a; Xinhua, 2018b; Grünberg e Drinhausen, 2019). A partir da abordagem Institucionalista Histórica, compreende-se que a reforma institucional de integração do Estado-Partido é a reformulação da prática centralizadora de Mao, após ter sido aperfeiçoada para um novo contexto. Uma vez que o país não vive um período revolucionário, a reforma ocorre com o intuito de disciplinar o comportamento das massas.

A partir de 2013, o PCC tem experienciado um aumento exponencial no número de células partidárias. Tal resulta da obrigação de instituir grupos com mais de três membros do PCC em comitês partidários, em ambos os setores público e privado. Este é um recurso imprescindível para o Partido, pois através das células é possível atingir todos os setores da sociedade para fortalecer a ideologia do PCC nas massas populares. Atualmente a China possui 4.6 milhões de células do PCC integradas com níveis variados de influência (Grünberg e Drinhausen, 2019).

Nas seções que se seguem analisaremos as reformas institucionais implementadas por Xi Jinping, a partir do escopo teórico do Institucionalismo Histórico. Elas servem de exemplo para nos ajudar a responder à questão norteadora da presente dissertação. Investigaremos três grandes iniciativas do Secretário Geral, a saber: a implementação da campanha de anticorrupção, responsável pela purga e prisão de membros partidários acusados de crimes de corrupção. Em seguida, procuraremos compreender a ferramenta de coleta massiva de dados (o SCS) e a correção comportamental que esta iniciativa se propõe implementar (Arruda e Silva, 2019). Para finalizar, abordaremos a reformulação da Constituição do PCC, de grande relevância para compreendermos concentração de poder no Líder Supremo. A ordem sequencial das reformas é, para o Institucionalismo Histórico, essencial para se compreender os resultados obtidos a partir delas. Como tal, à luz do Institucionalismo Histórico, a campanha de anticorrupção veio tornar possível quer o avanço do SCS, quer da instituição de uma nova Constituição do PCC.

2.1.1. A campanha de anticorrupção de Xi Jinping

Ao longo do processo de consolidação da sua liderança, Xi Jinping tem vindo a acumular diversos inimigos. Por essa razão, o Presidente chinês tem procurado eliminar qualquer figura suscetível de ameaçar a sua autoridade. Baruah e Panda (2019) comparam o poder incomensurável de Xi Jinping a uma faca de dois gumes. Se, por um lado, o poder concentrado no líder simboliza a supremacia do seu governo, por outro, ele desmascara o elemento de fragilidade que o caracteriza. Segundo os autores, o poder soberano de Xi Jinping poderá ser enfraquecido com a perda do apoio da elite chinesa, uma vez que o Secretário Geral passou a erradicar do Partido um número considerável de membros dessa classe (Baruah e Panda, 2019).

Durante a segunda metade da década de 80, a corrupção na China alcançou níveis alarmantes, à semelhança dos experienciados pela Indonésia e pelas Filipinas (Cheng, 2018). A corrupção não é um problema novo para o PCC. Ela é originada pela falta de um sistema judiciário independente, mas também pela ausência do escrutínio mediático. Esta deficiência explica, por sua vez, a dificuldade em formalizar denúncias, bem como em examinar a posição do Estado em determinadas situações (Gang, 2020).

A administração de Xi Jinping percebeu, desde cedo, a ameaça que a corrupção acarreta para a sociedade chinesa (Cheng, 2018). Já era exetável que o atual presidente chinês iniciasse uma campanha contra a corrupção, se considerarmos o histórico dos seus antecessores, que adotaram uma postura semelhante numa fase inicial dos seus respetivos mandatos, com vista à consolidação do poder (Gang, 2020). Contudo, a campanha levada a cabo pelo presidente chinês tem gerado resultados diferentes daqueles que Hu Jintao e Jiang Zemin haviam previamente alcançado.

Durante as duas lideranças anteriores, os membros do PCC e respetivos familiares pertencentes aos altos quadros do Partido beneficiavam de uma certa imunidade face às campanhas anticorrupção. No entanto, Xi Jinping tem orientado os seus esforços de forma a exonerar tanto os grandes nomes, quanto os membros de menor relevância no PCC. Se observamos o segundo mandato de Hu Jintao (2008-2012), verificamos que anualmente foram investigados seis membros do PCC. Em contraste face a estes dados, é de referir que desde novembro de 2012 – quando a campanha de Xi foi lançada – até dezembro de 2014, se contabilizaram 53 oficiais séniores investigados pela CCDI (Gang, 2020).

A campanha de Xi Jinping veio expor uma escala altíssima de corrupção dentro do Partido, revelando ainda o esquema de compra e venda de cargos oficiais (Takahara, 2018). Em 2019, a CCDI colocou sob investigação 63 oficiais do governo, suspeitos de corrupção. Entre eles, 15 eram da indústria financeira. Entre os meses de janeiro a novembro de 2019, foram reportados 555 mil casos de investigação, sendo que 485 mil foram objeto de sanções disciplinares e 19 mil casos foram transferidos

para investigadores criminais. No mesmo ano, foram investigados 20 oficiais de nível provincial, ministerial ou superior. Além destes, 23 membros foram alvo de sanções disciplinares. Por outro lado, 1841 cidadãos e membros do PCC fugiram do país, sendo suspeitos de crimes económicos. De entre estes, 816 regressaram à China para julgamento, tendo sido recuperados US\$591 mil milhões pertencentes ao governo chinês (China Daily, 2020).

Com base nos dados fornecidos pelo *Corruption Perception Index*, podemos observar que a oscilação do nível de corrupção não foi tão profunda entre os anos de 2012 à 2019. Em 2012, ano em que iniciou o primeiro mandato de Xi, e por conseguinte, a campanha de anticorrupção, a China ocupava a 80.^a posição num total de 198, com uma pontuação de 39, dentro de uma escala de 0 (altamente corrupto) a 100 pontos (inexistência de corrupção). Um ano depois, a posição manteve-se, pese embora com um número maior: 40 pontos. Em 2014, A China piorou significativamente, ascendendo à 100.^a posição, com 36 pontos. O único país a registar uma queda superior à China foi a Turquia.

A Organização *Transparency International* considera que não basta ao governo chinês combater a corrupção, na medida em que é, igualmente, necessário existir transparência no julgamento dos políticos e órgãos envolvidos na prática. A *Transparency International* (2014) aconselha também a estabelecer políticas públicas de proteção e apoio aos que denunciam tais condutas, bem como um aumento de fiscalização da corrupção no setor privado. No ano de 2015, o modelo de contenção da corrupção na China revelou ser pouco sustentável, já que o país mergulhou na 83.^a posição, com 37 pontos. No ano seguinte, a China melhorou, passando para a 79.^o posição, com 40 pontos. Tal melhoria manteve-se no ano seguinte, estando o país em 77.^o lugar, com 41 pontos. Contudo, em 2018 a China voltou a cair para a 87.^a posição, com 39 pontos.

Dados mais atuais, nomeadamente do *Corruption Perception Index* de 2019, colocam a China na 80.^a posição entre os 198 países analisados, com uma pontuação de nível 40. No *Index* de 2019, a Rússia ficou na 137.^a posição face a um total de 198 países, registando uma pontuação de 28, o mais corrupto de entre os BRICS. Em segundo lugar, o Brasil, que ficou na 106.^a posição, com 35 pontos. A Índia ficou na mesma posição que a China, com pontuação também equivalente. A África do Sul foi quem apresentou o melhor lugar entre os membros do bloco económico, ou seja, a 70.^a posição, com 44 pontos.

Considerando que a pontuação mediana do *Index* é de 43/100, a China situa-se entre os dois terços que registaram pontuação abaixo de 50/100. Hong Kong e Taiwan são contabilizados à parte, figurando no *Index* com pontuação melhor que a China, na 16.^a e 28.^a posições, com 76 e 65 pontos, respetivamente. No entanto, ao compararmos a China com os seus vizinhos, notamos que os dados

favorecem a primeira. Dos países que possuem fronteira com a China, somente o Butão, na 25.^a posição e com 68 pontos, é o único a apresentar uma posição melhor do que a chinesa.

Apesar de tudo, são perceptíveis as mudanças que a campanha de Xi Jinping tem proporcionado no âmbito da legitimação do PCC. Através da campanha, pela primeira vez na história do PCC, um membro do Comité Permanente do Politburo, Zhou Yongkang, já reformado, foi julgado e sentenciado a prisão perpétua por crimes de corrupção (Li, 2019). Segundo Xi Jinping, “a questão da conduta é essencialmente uma questão sobre o espírito do Partido” (2016: 200). Num discurso proferido em 2016, o Presidente chinês deixou claro que o combate a toda e qualquer atividade corrupta é um ato ideológico (ibidem):

Para nós comunistas, a conduta do Partido é um critério importante com que se mede a nossa convicção no marxismo, no socialismo e no comunismo, além da nossa lealdade ao Partido e ao povo. Devemos retificar qualquer violação de regras partidárias mediante a disciplina rigorosa e detectar e punir todo o tipo de condutas nocivas, independentemente de quantas sejam e de como se metamorfoseiam.

De acordo com a abordagem institucionalista, atestamos que as reformas na era de Xi Jinping têm como característica em comum o intuito de moldar a conduta moral individual a partir do modelo socialista de características chinesas. Os resultados da campanha de anticorrupção demonstraram que o tal processo de modelação da conduta individual começou de dentro para fora da cúpula de poder do país. E, assim, possibilitou o avanço da estratégia de resiliência autoritária do PCC para contornos mais ousados, como atesta a implementação do SCS sobre o qual nos debruçaremos de seguida.

2.1.2. O Sistema de Crédito Social

Para além da exigência de fidelidade a todos os membros do PCC em seguir uma conduta disciplinada, o Partido também está interessado na monitorização comportamental dos indivíduos. Neste sentido, o controlo da conduta social é de suma importância para Xi Jinping (Blomberg, 2018; Arruda e Silva, 2019). Para Blomberg (2018), o Secretário Geral do PCC apropriou-se das vantagens originadas pela digitalização a fim de alcançar a estabilidade da sociedade harmoniosa, conservando a integridade moral dos membros do PCC e da sociedade em geral, para assim concretizar o *Sonho Chinês*. Por conseguinte, o projeto denominado de Sistema de Crédito Social (SCS), lançado em 2014, tem por objetivo monitorizar o indivíduo, as organizações privadas e os órgãos públicos (Blomberg, 2018; Rieger et al, 2020). Kostka (2018) refere-se ao SCS como um projeto com grande potencial transformador ao nível da governação social e económica do PCC. Em termos globais, Kostka (2018) acredita que o SCS tem potencial para se tornar no modelo mais sofisticado de regulamentação do mercado.

Em 2016 foi lançado o 13.º plano de ação do PCC, documento que programa estratégias para os próximos cinco anos e aponta as metas para o desenvolvimento económico e social chinês (Comité Central do Partido Comunista Chinês, 2016). Tal plano visa implementar o SCS, a fim de preservar a integridade ética em pontos-chave da sociedade, como a administração pública (aplicação da campanha de anticorrupção), ou os setores da justiça e do comércio. O documento sublinha ainda a necessidade de dividir informação e de criar mecanismos simultaneamente de sanções e incentivos de várias ordens. A proposta apresentada no 13.º Plano Quinquenal (2016-2020) consistia em estabelecer um sistema suscetível de fornecer toda a informação referente ao crédito bancário, além de disponibilizar a entidades do mercado e membros da sociedade. Desta forma, segundo o documento, o PCC otimizaria a integração entre o departamento industrial e a informação de crédito local. O Partido estabelece, assim, um mecanismo para coleta de informação de crédito das empresas, além de potencializar a plataforma nacional de partilha dessas informações através da criação de um sistema nacional para a publicação desses dados de forma legal (Comité Central do Partido Comunista Chinês, 2016).

O 13.º Plano Quinquenal enalteceu a criação de um mecanismo de incentivo à boa conduta do cidadão, através de recompensas. Por outro lado, o cidadão com comportamento inadequado é alvo de punição. O PCC apela ao envolvimento de diferentes departamentos, regiões e indústrias na monitorização do comportamento e ética sociais. Para o efeito, é criada uma lista negra composta pelos nomes dos cidadãos de ética questionável, para que sejam objeto de sanção por parte do Estado (Comité Central do Partido Comunista Chinês, 2016). Servem de exemplo, a este respeito, os 23 milhões de chineses impedidos de viajar, na medida em que o Sistema os acusa de terem infringido a lei (Expresso, 2019). As câmeras de inteligência artificial utilizam o reconhecimento facial para pontuar os delitos cometidos. É contabilizado todo tipo de infração, desde as cometidas no trânsito, até se o indivíduo separa o lixo corretamente. A pontuação do comportamento serve de parâmetro para o auxílio à decisão de atribuição de empréstimo bancário (MERICS, 2020).

Nos estudos que se propõem analisar as instituições, a questão central consiste em averiguar de que forma as instituições afetam o comportamento dos indivíduos (Hall e Taylor, 1996). Capoccia (2016) sublinha que a grande maioria dos estudos sobre reformas institucionais se detém predominantemente em analisar a forma como as interações sociais geram mudanças institucionais. Todavia, pouco se discute sobre como as instituições estruturam essas interações. No que concerne ao grau de aceitação do SCS por parte da população, o Mercator Institute for China Studies (MERICS) realizou uma investigação na qual foi possível avaliar a opinião de universitários chineses – que vivem dentro e fora da China – acerca do SCS. Através de questionários anónimos, o Instituto captou a perceção

de chineses universitários que vivem na China, em Taiwan e na Alemanha sobre o SCS. A partir da análise, o Instituto observou menor rejeição ao SCS por parte dos participantes que habitam na China. Como justificação dos resultados encontrados, o estudo aponta as questões culturais, bem como a censura por parte do PCC em não propagar os pontos negativos do SCS, além de um sentimento de insegurança enraizado na criminalidade e fraude existentes no país.

Para o bom funcionamento do SCS é necessário o fornecimento generalizado de dados pessoais. Por essa razão, questiona-se o valor que a população chinesa confere à sua própria privacidade (Au e Kuskeema, 2019). Segundo Li Xing (2019)²⁶, os chineses possuem uma tradição cultural única, manifestando, por isso, um comportamento distinto do dos povos ocidentais. Li Xing (2019) considera que os chineses não questionam com tanta frequência os direitos legais, políticos e humanos, ao invés do que sucede no Ocidente. O autor afirma que é graças aos dados pessoais da população, acumulados através da plataforma do SCS, que a China permanece em destaque no setor tecnológico, nomeadamente na inteligência artificial, ciência da computação e programação. Meissner (2017) comunga do pensamento de Li (2019), ao sustentar que a existência e eficácia do SCS depende de uma tal gigantesca base de dados, passível de monitorização em tempo real.

Em virtude das razões acima expostas, a China pode ser entendida como precursora na área da tecnologia a nível internacional, além de ter vindo a ganhar destaque nas esferas política e económica. O SCS simboliza a concretização do desenvolvimento científico e tecnológico da informação, a saber, o big data, inteligência artificial, internet móvel e partilha digital via armazenamento em nuvem²⁷ (Xi, 2014). Ainda em 2014, o presidente Xi já havia prometido um incentivo ao crescimento tecnológico, através de uma reforma institucional. A população chinesa percebe o SCS como uma iniciativa positiva para o crescimento nacional (Li, 2019). Por outro lado, Au e Kuskeema (2019) estimam que a condescendência face ao SCS não significa que os chineses não deem importância à privacidade individual, mas sim que estão dispostos a sacrificá-la se isso contribuir para garantir a sua segurança alimentar, energética, entre outros bens fundamentais.

Não é possível conceber o SCS como instituição sem que se compreenda a história do PCC, a sua ideologia, bem como os pilares que regem a cultura e sociedade chinesas. Em discussões na internet, um pouco por todo o mundo, são várias as tentativas de comparar o SCS a algo criado no âmbito da série televisiva *Black Mirror*, assim como à uma distopia de George Orwell (Kotska, 2018; Au

²⁶ Entrevista a Dr. Li Xing, Professor e Diretor do Centro de Instigação de Relações Internacionais da Universidade de Aalborg (Dinamarca), realizada em 7 de novembro de 2019

²⁷ Esta é uma tecnologia que permite armazenar dados, disponíveis a qualquer momento, por meio de acesso à Internet

e Kuskeemaa, 2019). Apesar da ênfase da perspectiva individual sobre como o SCS propicia um controlo absoluto ao PCC, Arruda e Silva (2019) destacam o impacto positivo do SCS nas negociações comerciais. Com efeito, segundo a análise realizada pelo MERICS (2018), o SCS poderá vir a tornar-se o modelo de regulamentação de mercado mais sofisticado do mundo.

O PCC está a elaborar uma estratégia para que a China alcance a liderança global no que concerne ao 5G e à inteligência artificial, a fim de impulsionar o crescimento económico, ter maior controlo social, além de projetar influência à escala global (Shi-Kupfer e Ohlberg, 2019). A principal meta para Pequim consiste na redução da dependência face ao estrangeiro no âmbito tecnológico, e em promover a produção e escoamento de alta tecnologia chinesa no mercado internacional (McBride e Chatzky, 2019).

2.1.3. A Constituição do PCC após o segundo mandato de Xi Jinping

Para se compreender as reformas institucionais na era de Xi Jinping, é de suma importância ter-se em mente dois princípios centrais. Em primeiro lugar, identificar a determinação do Estado em eliminar qualquer vislumbre de influência externa no país. E, em segundo lugar, a restrição severa da liberdade de expressão, de forma a erradicar quaisquer sinais de criticismo ao governo (Froissart, 2018). Para Weng e Lam (2018), verifica-se uma forte influência de Mao na condução da China levada a cabo por Xi Jinping. Por outro lado, o atual líder pôs termo a uma das principais reformas preconizadas por Deng Xiaoping, ou seja, a separação entre Estado e Governo. Refira-se ainda que Xi Jinping é o único líder na história da RPC a deter o poder supremo sobre as três instituições-base do PCC: o governo, o partido e o exército (Cabestan, 2018).

A prioridade atribuída por Xi Jinping à ideologia é, na verdade, a sua maior semelhança face a Mao, levando a que autores como Weng e Lam apelidem o atual presidente de “Mao Tsé-tung do século XXI” (2018:42). Para Xi Jinping é de suma importância confiar no caminho, teoria, instituições e cultura oriundas do Socialismo de características chinesas (Cheng, 2018). Desde a era de Deng Xiaoping que os líderes do Partido permaneciam dois mandatos no poder, cada um com duração de cinco anos. Contudo, ao longo dos cinco anos iniciais, Xi Jinping demonstrou preocupação em centralizar os poderes em si mesmo, o que é perceptível nas reformas que o tornaram um chefe de governo de poder inquestionável (Lam, 2018). A alteração nos limites dos mandatos é, aliás, ilustrativa a esse respeito. A estratégia de Xi Jinping em centralizar o poder resulta da sua descrença face à viabilidade (defendida por sinólogos como Shambaugh, 2008 e Pei, 2016) de futuras reformas suscetíveis de impulsionar a transição do regime

rumo a uma democracia. Xi Jinping argumenta que a origem do sistema democrático é ocidental, oriunda do grego antigo, e que por esta razão é adequada apenas à cultura do Ocidente, ao invés da realidade chinesa (Lin, 2018). Para Lin (2018) é evidente que a grande prioridade de Xi Jinping consiste em manter e, inclusive, aumentar a legitimidade do Partido de forma a garantir uma liderança ilimitada. Todavia, este autor acredita que a meta do Secretário Geral ultrapassa a questão da legitimidade, na medida em que Xi Jinping pretende concretizar o Modelo Chinês, enquanto alternativa ao modelo liberal democrata do Ocidente (Lin, 2018)

Importa destacar que há duas Constituições na China, uma estabelecida pela RPC, que difere, contudo, da Constituição do PCC. Concentramos a nossa análise nas reformas políticas estabelecidas por Xi Jinping a partir das alterações na Constituição do PCC, revista e adotada durante a realização do 18º Congresso Nacional do PCC (CNPCC), no dia 14 de novembro de 2012, o primeiro a ser chefiado pelo presidente. Analisaremos esta Constituição de forma a compará-la com a imposta em 2017, revista e adotada durante a realização do 19º CNPCC. Ambas contêm os pilares socialistas que são a base ideológica do PCC. Destaca-se, contudo, a adição do nome de Xi Jinping como guia de ação para o Partido:

O Partido Comunista Chinês faz uso do Marxismo-Leninismo, do Pensamento de Mao Tse-tung, da Teoria de Deng Xiaoping, da Teoria das Três Representações, da Visão Científica de Desenvolvimento, e do Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo de Características Chinesas para a Nova Era como guia de ação (Constitution of the Communist Party of China, 2017:1).

Ressalta-se que a *Teoria das Três Representações* foi revista e adotada no 13º CNPCC, durante a liderança de Jiang Zemin (1992-2002). Por sua vez, a *Teoria do Desenvolvimento Científico* viria a ser adotada posteriormente durante a liderança de Hu Jintao (2002-2012). No entanto, Xi Jinping realizou uma série de alterações e acrescentos ao texto da Constituição de 2017, com ênfase na propagação da filosofia sobre o Socialismo de Características Chinesas para a Nova Era. Note-se que há uma diretriz nos parágrafos iniciais das Constituições prévias (2002, 2007, 2012), nas quais são citados os nomes dos líderes por ordem de sucessão histórica (Constituição de 2017). Refira-se que as Constituições prévias ao governo de Xi Jinping (2002, 2007 e 2012)²⁸ não fazem menção a nenhuma filosofia instituída para governar o país, ou a qualquer modelo político próprio dos dois últimos líderes – Hu Jintao e Jiang Zemin.

Depois de o pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo de Características Chinesas para a Nova Era ter sido adicionado à Constituição, em outubro de 2017, foi realizada uma votação entre os

²⁸ Constituição de 14 de novembro de 2002, revista e adotada a partir do 16º CNPCC, assim como a Constituição revista e adotada a 1 de outubro de 2007, no 17º CNPCC, como também a Constituição do 18º CNPCC, revista e adotada a 14 de novembro de 2012.

membros do Congresso Nacional Popular a fim de decidir a eliminação do limite de termo da presidência de Xi Jinping. Dos 2964 votos dos congressistas, decisivos para que a reforma política fosse implementada, três se abstiveram-se e dois votaram contra a reforma (BBC, 2018). Para Peters (2017), a adição do pensamento de Xi Jinping ocasiona diversas repercussões, para além de confirmar a extensão de mais cinco anos de governo.

A política externa chinesa tem-se mantido relativamente *low profile* desde Deng Xiaoping. No entanto, a partir da liderança de Xi Jinping, constata-se uma mudança drástica ao nível das reformas institucionais quer no âmbito da política doméstica, quer externa. Dito isto, a nossa análise incide sobre duas das mais relevantes reformas efetuadas pelo Secretário Geral do PCC: em primeiro lugar, a campanha de anticorrupção e, em segundo, a formulação do SCS.

2.2. O Protagonismo Chinês na Cena Internacional

Em 2015, o Conselho de Estado lançou o *Made in China 2025*, o primeiro plano de ação com duração de 10 anos, com foco no setor da manufaturação. O plano visa contribuir para que a China se torne uma potência mundial no setor de produção até 2049, ano alusivo ao centenário da fundação da RPC. Neste sentido, o *Made in China 2025* apresenta como prioridades a melhoria da inovação manufatureira, a integração da tecnologia e da indústria, o fortalecimento da base industrial, o exercício de uma produção sustentável, além da internacionalização da produção do país (Conselho do Estado da RPC, 2015; McBride e Chatzky, 2019).

O Institucionalismo Histórico propõe uma análise do contexto e da ordem em que as decisões políticas se sucedem, acarretando diferentes resultados (Steinmo, 2008). Entendemos que China está a investir massivamente em inovação tecnológica, algo que tem ganho maior força na era de Xi Jinping. De facto, a China é, entre outros aspetos, uma potência também no campo da inovação tecnológica. Com efeito, na lista das 500 empresas mais relevantes do mundo em 2019, publicada pela Forbes, 109 eram chinesas, quase a mesma quantidade de empresas americanas, com 121. Entre as 10 maiores empresas que constam na lista, três delas são chinesas. Em 2011, a *Sinopec*, empresa chinesa de energia, ficou em quinto lugar entre as 10 mais importantes do mundo. Contudo, em 2019 a *Sinopec* gerou um lucro de US\$414,149 milhões, o que a fez ascender à segunda posição do ranking mundial. Por sua vez, a *China National Petroleum*, que estava em sexto lugar em 2011, subiu à quarta posição, por apresentar um lucro de US\$392.149 milhões em 2019. Já a estatal *State Grid*, responsável pela distribuição de energia elétrica na esmagadora maioria do território chinês, e também presente na

Austrália, Filipinas, Geórgia, Grécia, Hong Kong, Itália, Portugal e no Brasil, ficou em sétima posição em 2011. No entanto, foi promovida ao quinto lugar no ano de 2019, com um lucro de US\$387.057 milhões (Fortune, 2019; CPLF, 2020).

A União Europeia mantém-se como principal parceira comercial da China (BBC, 2021). Em 2019²⁹, o governo chinês investiu cerca de US\$ 235 mil milhões nos países do bloco económico. Em contrapartida, a China é a segunda maior parceira comercial da União Europeia, perdendo somente para os Estados Unidos (Siddiqui, 2018). Ao observar o relacionamento económico dentro do continente asiático, a China é a maior parceira económica de Singapura, Coreia do Sul e Malásia³⁰. Esta última está entre os principais exportadores de petróleo bruto para a China, responsável por 2.3% do total importado pelo país em 2019. A China é o segundo maior parceiro do Japão e da Tailândia³¹.

O protagonismo económico chinês vai além do continente asiático. A China é o maior parceiro económico da Austrália e do Brasil³². Cerca de 75% do petróleo bruto exportado pela Petrobras, a maior empresa petrolífera do Brasil, tem como destino o Porto de Qingdao, localizado na província chinesa de Shandong (Petrobras, 2019). De entre os outros membros dos BRICS, além do Brasil, a Rússia é o segundo maior exportador de petróleo bruto, sendo responsável por 15.3% do total importado pela China, o equivalente a US\$36.5 mil milhões (World's Top Exports, 2020). De acordo com o Centro de Comércio Internacional, a China esteve em primeiro lugar no ranking de maiores exportadores mundiais em 2019. O resultado revelou que o país é responsável por 13.4% das transações internacionais, o equivalente a US\$2.5 milhões investidos pela China no comércio mundial em 2019 (International Trade Center, 2019)³³.

A China é o maior exportador de tecnologia mundial. Com efeito, em 2019, a China foi responsável por 46.9% da exportação mundial de telemóveis, o equivalente a US\$125.4 mil milhões (World's Top Exports, 2020). Em 2017, os chineses passaram a ser os líderes no uso do digital, ao

²⁹ Tendo perdido a posição para a ASEAN, no início de 2020, a partir de então a UE ficou em segundo lugar entre os principais parceiros económicos da China (Global Times, 2020)

³⁰ A China importou US\$51.6 mil milhões de Singapura em 2019, o que significa 13.2% do total exportado pelo país no mesmo ano. Da Coreia do Sul, a China importou US\$136.2 mil milhões em 2019 o que significa 25.1% do total exportado pelo país no mesmo ano. Da Malásia a China importou US\$33.7 mil milhões em 2019, o que significa 14.2% do total exportado pelo país no mesmo ano (World's Top Exports, 2020).

³¹ A China importou US\$34.7 mil milhões do Japão em 2019, o que significa 19.1% do total exportado pelo país no mesmo ano, um valor muito próximo dos 19.9% de exportações aos EUA. Da Tailândia a China importou US\$29 mil milhões, o que significa 11.8% do total exportado pelo país no mesmo ano, um valor muito próximo dos 192.8% de exportações aos EUA (World's Top Exports, 2020).

³² A China importou US\$89.2 mil milhões da Austrália, o que significa 32.7% do total exportado pelo país no mesmo ano. Do Brasil a China importou US\$62.9 mil milhões, o que significa 28.1% do total exportado pelo país no mesmo ano (World's Top Exports, 2020).

³³ Ver tabela em Anexo 1.

contarem com o maior número de utilizadores de internet no mundo. De acordo com o Institucionalismo Histórico, tal contexto serviu de alicerce para a instituição do SCS (Xing, 2019). Segundo esta abordagem teórica, existe uma correlação entre uma determinada ação política como, por exemplo, o investimento em grande escala no desenvolvimento tecnológico da China, que acarreta um maior uso do digital no país - o que propicia a implementação da reforma, ou seja, a implementação do SCS. Segundo o *Mapa de Exportações Potenciais* do Centro de Comércio Internacional, o mercado tecnológico é liderado pela China (International Trade Center, 2021). Ainda em 2017, foi contabilizado o impressionante número de 700 milhões de usuários digitais e 282 milhões de nativos digitais – que abrangem uma faixa etária de até 25 anos de idade. As indústrias chinesas lideram o comércio digital e de tecnologia de ponta (FMI, 2017). Andrew Zhang, o presidente executivo da maior empresa de e-commerce chinesa (o Grupo Alibaba), foi considerado pela Fortune, em 2019, um dos empresários mais influentes do mundo. Refira-se, a este respeito, que o Grupo Alibaba é a maior empresa de venda de mercadorias online do mundo, tendo sido eleita pela Fortune, em 2019, como uma das 27 ações mais seguras para investir em 2020. O Grupo continua a apresentar um dos crescimentos económicos mais impressionantes no mercado global (Fortune, 2019).

Além do mais, a China também domina o mercado dos jogos online, tendo exportado US\$9.1 mil milhões, o equivalente a 43.9% do total de jogos exportados em 2019. De entre as empresas de maior relevância internacional no âmbito tecnológico, as empresas chinesas lideram no fabrico de telemóveis, a saber, *Huawei* (China), Grupo *Lenovo* (Hong Kong), *Xiaomi Tech* (China) e *ZTE* (China). A *Huawei* também lidera a lista das 500 maiores empresas privadas da China, com uma receita de US\$102 mil milhões, em 2018 (Xinhua, 2019). As maiores companhias que exportam bateria de íon de lítio, a mesma utilizada pela *Apple*, são chinesas, a saber, a *Anco Macao Commercial Offshore Li*, de Macau; a *Black & Decker Suzhou Precision*, da China; e a *Chervon Limited*, de Hong Kong (World's Top Exports, 2020).

Considerada a “fábrica do mundo” (UNCTAD, 2019:X), a China gerou um quarto da quantia absoluta do comércio marítimo em 2018, além de ter sido responsável por aproximadamente metade do crescimento do comércio marítimo da última década. O comércio via marítima contabiliza 80% do volume do comércio global e 70% do valor total de importações e exportações no mundo inteiro. Do total de produtos comercializados no mundo, 64% percorreram a Ásia através do Mar do Sul da China (UNCTAD, 2019). O Fórum Económico Mundial elaborou uma lista dos vinte portos mais importantes do mundo. Esta é encabeçada pelo porto de Xangai, sendo de referir que oito portos que compõem a lista também são chineses.

Conclusão Parcial

Ao longo do presente capítulo foram analisadas as reformas institucionais implementadas pelo governo de Xi Jinping. A partir da coleta de informações referente às mudanças estruturais institucionalizadas entre 2013 a 2019, pudemos constatar que Xi Jinping é exponencialmente mais poderoso que os líderes que o antecederam. A postura ambiciosa e assertiva do presidente traduz-se na acumulação de títulos que detém, além da escolha seletiva dos líderes que o auxiliam na governação da RPC. Nota-se a diferença da liderança de Xi Jinping na medida em que o líder se opõe à manutenção de um perfil discreto, legado de Deng Xiaoping que moldou os governos de Jiang Zemin e Hu Jintao. O atual Secretário Geral do PCC opta por fazer justamente o contrário, empenhando-se em conquistar o lugar que estima ser legítimo para a China na hegemonia global.

Xi Jinping demonstra ser um estratega convicto na condução do país, além de um líder visionário. O pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo de Características Chinesas para a Nova Era tem-se revelado um guia para o funcionamento do PCC, ao moldar a conduta moral e ética da sociedade chinesa através de ferramentas institucionais, como a propaganda do Sonho Chinês. Dito isto, concluímos que a 'Nova Era' de Xi Jinping tem como objetivo assegurar a continuidade e a modernização do Estado-Partido através de um modelo eficiente e disciplinador do PCC. A forte presença do PCC na orientação da ação política visa assegurar a legitimação do poder. Como foi explicado neste capítulo, o Institucionalismo Histórico postula que diferentes ordens sequenciais de ações e reformas políticas geram diferentes resultados. Ao promover iniciativas como a campanha de anticorrupção, Xi Jinping obteve maior êxito nas reformas institucionais que vieram a partir de 2017, como podemos constatar na eliminação do limite de termo para o cargo de presidente, em 2018.

A tecnologia é atualmente o maior aliado do PCC no exercício da repressão e censura, que legitimam o seu poder autoritário, como observamos na implementação do SCS. E, não por acaso, a China investe massivamente neste mercado, no qual lidera como a maior exportadora de tecnologia do mundo e detentora das maiores empresas multinacionais do nicho. No capítulo seguinte daremos continuidade à análise da governação de Xi Jinping no que diz respeito à implementação da FRC e suas repercussões diante da resiliência autoritária do PCC.

3. O Papel da ‘Faixa e Rota’ na estratégia de resiliência autoritária do Partido Comunista Chinês

Neste terceiro capítulo analisar-se-á de que forma é que a FRC tem contribuído para a resiliência autoritária da liderança de Xi Jinping desde o lançamento da FRC (em 2013) até 2019, ano que ocorreram, em Hong Kong, as manifestações de cunho democrático, com maior número de integrantes e de maior duração na história de região. A fim de responder a pergunta norteadora da presente investigação, debateremos, nas seções a seguir, se a FRC contribuiu, ou não, para legitimar o poder do PCC. Em particular, será abordada a função e as implicações da FRC na preservação da coesão e estabilidade interna do PCC. Analisaremos ainda, neste capítulo, o impacto dos protestos de Hong Kong, a fim de se concluir se este constitui ou não uma ameaça real à legitimação do PCC.

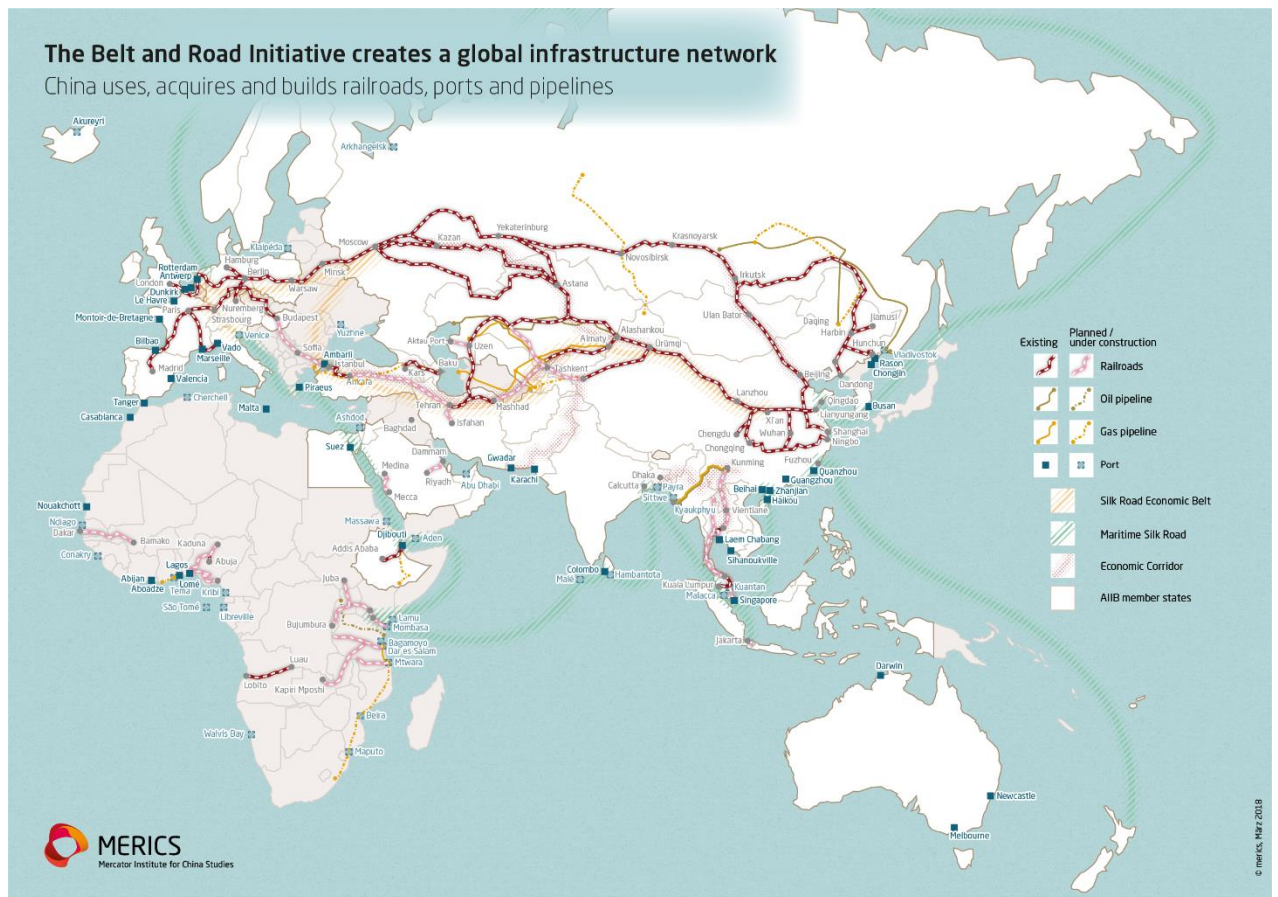
3.1 A Iniciativa Faixa e Rota

Ao longo de duas visitas oficiais – uma ao Cazaquistão, em setembro de 2013, e a segunda à Indonésia, em outubro de 2013 – o Presidente Xi Jinping anunciou oficialmente o projeto Faixa e Rota (FRC). Esta vem a ser uma Iniciativa que busca recuperar, no contexto atual, a superioridade económica da China, outrora evidente através êxito da antiga Rota da Seda (Duarte, 2017). Há cerca de dois mil anos, a antiga rota conectava a Ásia à Europa através de um corredor económico de troca de mercadorias (mas também de filosofias e conhecimentos) de que se destaca a seda, como o nome sugere, além de ouro, especiarias e chá (Mooney, 2018). A fragmentação do Império Mongol, bem como a política externa desenvolvida durante as dinastias chinesas Ming e Qing de incentivo ao isolacionismo da China, contribuíram para o progressivo declínio das rotas terrestres (do inglês *Old Silk Roads*, por serem em rigor várias). Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento do comércio por via terrestre consistiu na potencialização dos meios marítimos. Por conseguinte, os custos de frete por mar tornaram-se mais baratos do que por terra (Duarte, 2017).

A ambição do governo chinês a respeito da elaboração da FRC é tão intensa que Mooney a denominou de “projeto do século” (2018: 49). Este visa desenvolver uma cooperação multilateral, estabelecendo novas estratégias comerciais entre os participantes (Zhou e Esteban, 2018). O objetivo é reunir a participação do maior número possível de países, expandindo assim ao máximo o seu escopo geográfico. Atualmente a Iniciativa abrange os territórios asiático, europeu e, mais recentemente, latino-americano, os quais juntos representam 62% da população mundial (Mooney, 2018). Até julho de 2019, a FRC gerou 195 contratos intergovernamentais com 136 países e 30 organizações internacionais (Belt

and Road Portal, 2019). O projeto (ver figura 1) visa tanto o desenvolvimento de uma série de rotas terrestres pelo flanco ocidental da China – que percorre os territórios vizinhos, na Ásia Central, rumo à Europa – como também uma rota marítima pela costa leste chinesa, ligando o Sudeste Asiático, África, e a Europa (Mooney, 2018; Mazzi, 2020);³⁴ .

Figura 1: Os corredores económicos da FRC.



Fonte: Mercator Institute for China Studies, 2018.

³⁴ São seis corredores os económicos que ligam a China aos países da Eurásia, a saber o Corredor Económico China-Península da Indochina: caminho-de-ferro internacional que liga o Vietname, Tailândia, Laos, Cambodja, Mianmar e Malásia, além de introduzir rotas aéreas nas principais cidades do Sudeste Asiático. O Corredor Económico da China, Bangladesh, Índia e Mianmar, que visa construir uma relação mais próxima entre os países da região, em especial entre a China e a Índia. Em terceiro lugar, o Corredor Económico China-Paquistão: É uma rota com fins económicos e militares visa ligar o Xinjiang até à cidade portuária de Gwadar, no sul do Paquistão. Em seguida, o Corredor Económico da China, Ásia Central e Ásia Ocidental: inicia e termina na província de Xinjiang. É responsável por interligar o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Irão e Turquia. Há também a Nova Ponte Continental da Eurásia: com início e fim na província chinesa de Jiangsu, e com saída da fronteira da China pela província de Xinjiang. Esta é extensão de ferrovia para a Europa, que atravessa a Ásia Central, através do Cazaquistão, passando pela Rússia, Bielorrússia, Polónia, até à Alemanha. Por último, o Corredor Económico China, Mongólia e Rússia, que coneta os países através de estradas, fazendo ligação com a Nova Ponte Continental da Eurásia, além de proporcionar comércio e cooperação transfronteiriça (Mazzi, 2020)

De entre os pontos que distinguem a FRC de outras iniciativas de cooperação internacionais alicerçadas em corredores económicos, merece especial o cunho inclusivo da Iniciativa chinesa, conducente, na sua intencionalidade, à criação de um mundo multipolar. O projeto possui, igualmente, um papel ímpar na realização do *Sonho Chinês*. O progresso económico que o país tem vindo a experimentar, sustenta a confiança dentro do governo, o que, por sua vez, serve de alicerce ao *Sonho Chinês* (Ferdinand, 2016). Para Zhou e Esteban (2018) os conceitos de *Sonho Chinês* e de renascimento da China, introduzidos por Xi Jinping, são elementos explicativos da ambição chinesa na esfera internacional. Entende-se por realização do *Sonho Chinês*, a (re)conquista do lugar que a China (enquanto civilização milenar) estima sempre lhe ter pertencido. Trata-se do reivindicar de uma posição, por parte de um ator influente e dominante no cenário político e económico internacional como é a China da atualidade, auxiliada para o efeito pela sua FRC (Mooney, 2018).

Durante os anos de 2013 a 2018, o investimento direto chinês em países que participam da FRC foi de US\$90 mil milhões. Neste mesmo intervalo de tempo, o valor do comércio entre a China e os países-membro da FRC foi de seis triliões de dólares americanos (The Belt and Road Portal, 2019). O projeto beneficia a economia chinesa, ao contribuir para a valorização internacional do Yuan (Mooney, 2018; Xing, 2019).

Xi Jinping foi o primeiro líder chinês a participar do Fórum Económico Mundial, em Davos, em janeiro de 2017 (Reuters, 2017). O Secretário Geral do PCC defendeu a globalização, de forma a demonstrar que a China não aceita submeter-se aos valores democráticos do Ocidente, ao mesmo tempo que defende o livre comércio global. A afirmação causou grande discussão durante o evento, em especial por ir contra o discurso sobre protecionismo económico, preconizado pelo então presidente dos EUA, Donald Trump. Segundo Shen (2018), este foi um dos momentos mais irónicos da política contemporânea.

Mooney (2018) considera existir uma expectativa por parte dos analistas da FRC de que a Iniciativa sirva como um ponto neutro entre países em conflito. Com efeito, a China procura tornar mais amenos os conflitos e inimizades, ao mesmo tempo que almeja conquistar futuros parceiros comerciais através da sofisticação da sua diplomacia económica. Ilustrativo a este respeito é a relação comercial sino-paquistanesa (Chan, 2018; Mooney, 2018). País subdesenvolvido, o Paquistão recebeu um investimento chinês de aproximadamente 100 mil milhões de dólares durante os anos de 2016 e 2017. Segundo Mooney (2018), a China continua a privilegiar a realização de investimentos no Paquistão, Afeganistão, Uzbequistão, entre outros países vizinhos. Pequim tem investido com afínco nas infraestruturas, como a

construção de caminhos-de-ferro, portos e aeroportos, promovendo incentivos à produção de energia elétrica e de redes de fibra ótica (Chan, 2018).

A FRC tem contribuído para a promoção da China, quer do ponto de vista doméstico, quer ao nível do fortalecimento da sua imagem como ator global. Com Xi Jinping tem-se verificado uma mudança na postura *low profile* que a China demonstrava durante o processo de modernização do país, nos anos 80 e 90, sob a então liderança de Deng Xiaoping (Zhou e Esteban, 2018). À semelhança de Deng Xiaoping, que promoveu a economia chinesa no cenário internacional, Xi Jinping busca fazer o mesmo, servindo-se, para o efeito, da FRC. O investimento massivo de três triliões de dólares na Iniciativa chinesa tem por objetivo otimizar a conectividade, o comércio e o investimento nos vários países aderentes (Baruah e Panda, 2019). A FRC tem procurado garantir a sobrevivência da indústria da construção chinesa, ao “transferir o excesso de capacidade de produção para fora da China” (Mooney, 2018: 56).

Durante o 1º Fórum Faixa e Rota para a Cooperação Internacional, sediado em Pequim, em maio de 2017, o presidente Xi Jinping formalizou a Iniciativa da FRC ao reunir representantes políticos de países europeus e asiáticos com o objetivo de lançar cinco propostas do projecto, que nomearemos a seguir. Como primeiro ponto, Xi Jinping sustenta que a FRC proporciona uma cooperação pacífica e *win-win*, suscetível de trazer benefícios tanto à China quanto aos restantes países que a integram. Um segundo elemento a destacar é que a harmonia entre os países envolvidos deve contribuir para a prosperidade mútua. Como terceira proposta, o Secretário Geral enfatizou a necessidade e benefícios inerentes à abertura económica. Outro ponto é o foco na inovação do projecto, e, por último, a quebra de barreiras geográficas e culturais, proporcionando uma aliança mais duradoura entre os países envolvidos (Zhou e Esteban, 2018; Mooney, 2018; OECD, 2018).

Esta é a narrativa propagada pelo PCC com o intuito de alcançar maior aceitação internacional, e conseqüentemente, aumentar o número de países interessados em aderir à Iniciativa. Os conceitos de inclusão harmoniosa e de cooperação *win-win* fundamentam a Iniciativa e fortalecem o *soft power* e o intercâmbio cultural entre os países que aderirem à FRC. A estratégia do *soft power* chinês está maioritariamente associada com táticas que buscam moldar a sociedade chinesa. Debatendo a percepção de uma “ameaça chinesa”, (Zhou e Esteban 2018:496) os autores discutem a preocupação da China face ao desenvolvimento de um *soft power* chinês para facilitar a aceitação da presença chinesa noutros países e fomentar o comércio global de forma pacífica. O *soft power* chinês se propõe a conquistar o pódio de influenciador de povos estrangeiro, e mais especificamente, os líderes mundiais (Sayama, 2016). A FRC gera mudanças estruturais na política e economia mundial, o que, por sua vez, desafia modelos estabelecidos pelo Ocidente (Chan, 2018; Mooney, 2018). No processo gradual de

crescimento e de desenvolvimento, a China ambiciona moldar o sistema internacional de forma a que este espelhe com mais eficácia os seus valores e interesses (Zhou e Esteban 2018).

Face a este contexto, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) procura incentivar o desenvolvimento multilateral. Fundado em 2013, o BAII conta (à data da escrita da presente dissertação) com 103 membros - dentro e fora do continente asiático - dos quais já investiram mais de US\$23.10 mil milhões em mais de 112 projetos (BAII, 2021). Esta é uma forma de obter investimentos para a FRC, ilustrativa, por sua vez, do novo estilo de governação chinesa, que recorre, sem precedente, ao multilateralismo. Refira-se, à guisa de curiosidade, que o BAII ocupa o terceiro lugar entre os maiores do mundo, perdendo apenas para o FMI e o Banco Mundial (Zhou e Esteban, 2018).

O BAII permite a China ao exercício de influência, mas também o fortalecimento de relações com países ocidentais economicamente fortes. Por outro lado, através do BAII a China tem vindo desenvolver uma imagem mais assertiva no cenário internacional, passando de uma postura colaborante e/ou tradicionalmente *bystander* para uma outra mais ativa. Esta é uma estratégia que serve, ao mesmo tempo, para enfraquecer a liderança dos Estados Unidos da América e tornar a nova ordem mundial mais inclusiva e multipolar (Zhou e Esteban, 2018). A FRC tem papel estabilizador diante das desigualdades económicas. No âmbito internacional, a Iniciativa promove a cooperação entre os vários estados-membros, a fim de que partilhem do desenvolvimento económico (Liu et al., 2020). Da mesma forma, na esfera doméstica, a FRC contribui para suprir as desigualdades entre as regiões, mais especificamente, entre os centros financeiros, localizados ao longo da costa marítima chinesa, de modo a dinamizar o flanco ocidental do país, ainda pouco desenvolvido (OECD, 2018).

De entre os vários objetivos inerentes à FRC, esta visa diversificar o investimento em recursos naturais, de forma a facilitar a importação e exportação de mercadorias entre a China e os países que integram a FRC. Desta forma, a FRC contribui para a manutenção da segurança energética chinesa (Zhou e Esteban, 2018). Por conseguinte, a Rota Marítima de Seda do Século 21 é essencial para manter a influência de Pequim através do investimento chinês em portos estrangeiros, bem como da presença da força naval chinesa no estrangeiro (Mooney, 2018; Zhou e Esteban, 2018).

Chen *et al* (2019) dão conta das sinergias e cooperação por parte do governo central e regional no que à infraestrutura portuária diz respeito. O trabalho do governo local tem vindo a intensificar-se desde a reforma efetuada pelo governo central, em 1998. As duas instâncias - local e central - do poder apoiam a estratégia de globalização dos portos chineses, pese embora pautando-se por diferentes metodologias de ação. Da mesma forma, ambos os níveis de poder governamental - doméstico e internacional - apoiam o investimento da FRC com vista à melhoria do funcionamento e logística dos

portos chineses. Destaque para os portos de Xangai - o maior porto de carga do mundo – de Guangzhou – pela importância que revestem para a economia, quer ao nível doméstico, quer quanto ao comércio realizado pela China no estrangeiro (Chen et al., 2019).

A FRC é coordenada pelo Ministério de Relações Internacionais, Ministério do Comércio e pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. Os três constituem o núcleo organizacional da FRC. Devido a magnitude da Iniciativa, cada Ministério estabeleceu um plano de ação a fim de cumprir objetivos específicos, como atesta, por exemplo, o plano de ação para os anos de 2016 a 2020, desenvolvido pelo Ministério da Cultura para a promoção e intercâmbio cultural entre os países-membro da FRC. De forma similar, em 2016, o Ministério da Educação divulgou um plano de ação com o objetivo de investir em centros de investigação entre os países-membro da FRC. A fim de promover o trabalho realizado pela *Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma*, foi estabelecido o *Grupo Restrito de Direção da FRC*, responsável por supervisionar os projetos da Iniciativa. Este coordena uma diversidade de organizações estatais, tendo como finalidade avaliar a eficiência da liderança diante da estratégia. Por outras palavras, ao mesmo tempo que ele procura consolidar a influência económica chinesa no mundo, o Grupo visa também assegurar a estabilidade do regime (Belt and Road Portal, 2017a; Belt and Road Portal, 2017b; OECD, 2018; He, 2019).

O Grupo é composto por cinco membros, a saber, o conselheiro do Estado Yang Jiechi, único membro diretamente envolvido na política externa. Zhang Gaoli, vice-primeiro-ministro executivo, responsável pela direção industrial e financeira do projecto e membro sénior do Politburo. O vice-primeiro-ministro, Wang Yan, é responsável pelas negociações comerciais. Da mesma forma, Wang Huning assumiu a coordenação das Relações Públicas a fim de integrar a mensagem da FRC. A liderança do grupo está sob o comando do vice-primeiro-ministro Han Zheng. Um dos antigos membros, Yang Jing, deixou de fazer parte da organização após ter sido acusado de crimes de corrupção, em 2018 (Johnson, 2016; He, 2019). A menção da seleção de membros é pertinente para o presente estudo na medida que funciona como comprovação da tática de governação de Xi Jinping, na qual as lideranças permanecem restritas a um grupo selecionado pelo presidente. Para He (2019) a administração dos projetos da FRC fortalece ainda mais a autoridade do PCC.

3.2. O impacto doméstico gerado pela FRC

Segundo He (2019) a FRC nasceu da necessidade do sistema autoritário se autopromover. Neste sentido, a FRC é uma ferramenta de projeção do poder instituído no âmbito doméstico do PCC para a política

externa chinesa. Por outro lado, a Iniciativa espelha a centralização de uma autoridade de caráter misto (pessoal e institucional) de Xi Jinping, bem como a intensificação da influência do PCC nas diferentes esferas sociais. Ademais, a Iniciativa auxilia na delimitação virtual que regula e restringe amplamente as transações comerciais, assim como o consumo de produtos voláteis, como a ideologia e a cultura (Economy, 2018).

São escassos os estudos acerca dos interesses domésticos da FRC, sendo, por sua vez, mais escassas ainda as investigações que buscam avaliar o impacto da Iniciativa na legitimação do PCC (Yu, 2018; He, 2019). Segundo Yu (2018) nenhuma reflexão sobre a política chinesa pode ignorar a ambição do PCC em permanecer no poder e em exercer a sua autoridade de forma absoluta. Para o conseguir, o PCC está consciente de que necessita de assegurar um clima doméstico de estabilidade política e social, mantendo o duplo compromisso para com a população de promoção do crescimento económico e de garantia de que todos têm emprego (Yu, 2018).

Existe uma causalidade entre a busca incessante do PCC pela estabilidade doméstica acima mencionada e a implementação do SCS. A instituição do SCS propicia o controlo comportamental das massas, já que funciona como um mecanismo que supervisiona a conduta dos cidadãos. Uma vez implementado, o SCS é uma ferramenta fundamental para a estabilidade doméstica da China. Não obstante, Dickson (2019)³⁵ alerta para o facto de não se registar qualquer ameaça aparente à manutenção do PCC que justifique a implementação de um sistema de vigilância inovador e altamente sofisticado como é o SCS. O avanço da inovação chinesa está diretamente relacionado com o aprimoramento dos mecanismos de censura, repressão e controlo do governo. O investimento do PCC nas províncias remotas da China pouco urbanizadas serve, ao mesmo tempo, de alicerce para aumentar o alcance do SCS em áreas que apresentam baixa cobertura de rede. Refira-se, a este respeito, que entre 2013 e 2019, a população urbana chinesa aumentou 7%. No entanto, 40% da população ainda reside em zonas rurais (World Bank, 2020).

Uma característica da liderança de Xi Jinping é o agir de forma estratégica, prudente, antecipada e planeada. Com efeito, sob a liderança de Xi Jinping, o PCC parece estar sempre um passo à frente de outros países. Por outro lado, o planeamento a médio e longo prazo das ações políticas é intrínseco à história do PCC, na medida em que desde 1953 é lançado um plano de ação que vislumbra os cinco anos seguintes (os chamados planos quinquenais). No entanto, o valor que Xi Jinping agrega à dita

³⁵ Entrevista realizada com Dr Bruce J. Dickson, Professor e Investigador de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade Columbian de Artes e Ciências, realizada em 1 de novembro de 2019.

característica de antecipação estratégica é o incentivo ao desenvolvimento da inovação científica e tecnológica (Belt and Road Portal, 2020).

Tal perfil de liderança moldado pela antecipação da ação e visão estratégica de longo prazo está presente nos investimentos iniciais da FRC em países subdesenvolvidos. Na verdade, quando a China iniciou os seus investimentos no Paquistão, Montenegro e Sri Lanka, bem como nos chamados estados-pária, questiona-se a viabilidade da estratégia chinesa por se tratar de economias frágeis e instáveis. Contudo, Xi Jinping foi moldando a FRC, tirando proveito da ausência de competidores (ou limitação de atores no terreno) para estabelecer uma presença chinesa sólida em todos os continentes do mundo. Na prática, Xi Jinping procurou aproveitar as oportunidades oferecidas por países periféricos para consolidar a China como protagonista global.

A FRC revela-se um meio de escoamento da produção industrial doméstica massiva através da exportação da produção de equipamentos tecnológicos, da indústria têxtil e do comércio digital, além de exportar também mão-de-obra nacional altamente qualificada nas áreas da construção e engenharia. A Iniciativa visa criar oportunidades que permitam a prosperidade das regiões mais remotas e, portanto, menos urbanizadas da China, de forma a reduzir as assimetrias de desenvolvimento face às províncias costeiras do país (PWC, 2016).

3.3. Mobilização a nível provincial da FRC

Segundo Chan (2018) a FRC deve ser interpretada como consequência da somatória de esforços locais, regionais e internacionais. O diferencial deste projeto, comparativamente aos anteriores, é que a FRC não só garante os recursos financeiros necessários para a sua implementação, como também agrega motivação política e económica para realizar o que os planos anteriores foram incapazes de concluir. Yu (2018) compara a FRC a uma espécie de contentor no qual cabe todo o tipo de ideia ou proposta.

Com o propósito de exemplificar as diferenças da FRC face a outros projetos do PCC, abordaremos a seguir, três iniciativas governamentais prévias ao governo de Xi Jinping que não obtiveram o sucesso pretendido. A *Desenvolvimento da Região Oeste da China*, iniciada em 1999, durante a liderança de Jiang Zemin, teve como objetivo contribuir para a inovação das regiões menos desenvolvidas da região Oeste, tais como as províncias de Gansu, Guizhou, Qinghai, Shaanxi, Sichuan, Yunnan, além das regiões especiais, de que são exemplo a Região Autónoma de Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibet e Xinjiang. Otimista face ao aparente sucesso do projeto, o então Primeiro-Ministro, Wen Jiabao lançou, em 2003, a *Revitalização das Antigas Bases Industriais do Nordeste*. A iniciativa procurou

impulsionar as províncias de Liaoning, Jilin, Heilongjiang e cidades da Região Autónoma da Mongólia Interior. No ano seguinte, em março de 2004, ainda sob a liderança de Wen Jiabao, foi anunciado o plano “Ascensão da China Central”, que teve como foco as províncias de Anhui, Shaanxi, Henan, Hubei, Hunan e Jiangxi (Confederação Suiça em Xangai, 2012).

Durante a Conferência Central de Economia e Finanças, em dezembro de 2014, todas as 31 províncias do território chinês elaboraram uma lista de projetos e indústrias a serem apoiadas pela FRC. De entre elas, 30 estabeleceram um departamento administrativo da FRC, além de 29 delas participarem na criação de iniciativas que prezam pela inovação científica tecnológica. A exemplo disso, em 2015, o governo provincial de Hunan divulgou a participação na FRC no *Plano para a Integração de Hunan na Iniciativa da Faixa e Rota* (Belt and Road Portal, 2016). Por sua vez, a Comissão provincial de Fujian, responsável pelo desenvolvimento e reforma, estipulou medidas para tirar vantagem da localização geográfica, formalizando o *Plano para Construção de Fujian na Área Central da Rota de Seda Marítima do Século 21*. (Belt and Road Portal, 2016). Em 2017, as províncias que merecem destaque pela participação nas ações desenvolvidas pelo projecto foram Guangdong, Fujian, Xangai, Zhejiang e Shandong. No mesmo ano 80% das províncias assinaram acordos comerciais internacionais com agências estrangeiras relevantes. Além disso, 67% das regiões provinciais assinaram acordos com a Comissão de Desenvolvimento e Reforma com a finalidade de promover a capacidade de produção internacional e cooperação no fabrico de equipamentos (Belt and Road Portal, 2017c). A partir destes dados, compreendemos que a FRC detém um papel fundamental no processo de reforma económica nacional (Yu, 2018).

A este respeito, o Conselho de Estado anunciou, em 2019, o estabelecimento de seis novas zonas pilotos de livre comércio (ZLCs) (Xinhuanet, 2019). De acordo com dados oficiais da Xinhuanet (2020), a China já implementou 21 ZLCs, as quais são ilustrativas da estratégia de abertura económica, promovida pela FRC. Yu (2018) considera a FRC como um excelente exemplo que demonstra a distribuição do poder institucional para além da liderança do PCC. O autor alerta para a necessidade de mudar a conceção externa de que o PCC é um regime monolítico. Com efeito, exercer poder autoritário e permitir um pluralismo político limitado, não significa que a divergência de opiniões contrárias ao PCC seja inexistente. Os atores políticos são suscetíveis de se influenciar mutuamente a optar por uma determinada decisão política ou descartar outra. A persuasão política existe mesmo fora de democracias.

A FRC abrange os três níveis de governo, nomeadamente, provincial, local e central. Para além do comércio externo chinês, a FRC é “a peça central da prioridade económica nas províncias e principais cidades do continente chinês, bem como nas Regiões Administrativas e Especiais” (Marques, 2018:108).

Ao nível provincial, dá-se destaque às províncias de Xinjiang, Yunnan e Mongólia Interior, uma vez que são eixos cruciais nos corredores económicos da FRC. Nas linhas que se seguem aprofundaremos o investimento e importância das províncias acima listadas para o êxito do projecto.

A Iniciativa proporcionou vantagens às diferentes regiões chinesas com o intuito de fomentar a abertura económica nacional. Em *Visões e Ações para a Construção Conjunta do Cinturão Económico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do século 21* (2015), a província de Xinjiang ganhou destaque por possuir vantagens geográficas de grande utilidade para a cooperação e comunicação entre o Sul, o Centro e o Oeste Asiático. Por outro lado, o Xinjiang é de extrema importância para a edificação de três dos seis corredores económicos da FRC, a saber: China-Ásia Central-Ásia Ocidental, China-Paquistão e a Ponte Terrestre da Nova Eurásia. O Xinjiang possibilita a ligação terrestre entre a China e seus vizinhos geográficos, além de ser a saída mais próxima para o Ocidente por via terrestre.

A região autónoma de Xinjiang detém a parcela significativa de 45% da população pertencente à minoria étnica uigur, o que equivale a 10 milhões de indivíduos (National Bureau of Statistics of China, 2019). A questão uigur tem sido altamente mediatizada nas discussões internacionais sobre os direitos humanos em virtude do conflito étnico entre chineses han e chineses da etnia uigur. A ONU sublinhou, em 2018, a existência de documentação credível de que o governo chinês havia apreendido um milhão de uigures em centros de combate ao extremismo (BBC, 2018). Importa sublinhar que não sendo a China um país étnica e culturalmente homogéneo, a etnia uigur faz parte do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO desde 2008 (Unesco, 2020).

A China possui a particularidade geográfica de ser o país que apresenta o maior número de número de fronteiras terrestres. Com efeito, são 14 os estados que fazem fronteira com a China, a saber, Coreia do Norte, Rússia, Mongólia, Vietname, Laos, Butão, Índia, Nepal, Tajiquistão, Quirguistão, Cazaquistão, Mianmar, Afeganistão e Paquistão. Este fator geográfico é a causa de conflitos internos com as minorias que ao longo dos tempos têm migrado para a China, ao mesmo tempo que confere uma natureza heterogénea à população chinesa. A este respeito, é de salientar que a China é composta por 55 grupos minoritários étnicos, uma vez que a maioria populacional é da etnia Han (Information Office of the State Council of the PRC, 1999).

De entre as minorias, estão incluídos 10 milhões de uigures, totalizando 0.75% da população chinesa; além de 6 milhões de mongóis, que representam 0.45% da população; e 6.3 milhões de tibetanos, o equivalente a 0.45% de chineses (National Bureau of Statistics of China, 2019). Na China existe uma diversidade de línguas além do Mandarim, como o Cantonês que é a língua oficial de Hong

Kong; o Wu, falado em Xangai; Minbei, da província de Fuzhou; o Minnan, de origem Taiwanesa. Existem ainda línguas de minorias étnicas, de que são exemplo o Tibetano e o Uigur.

A religião é também um fator que contribui para o incremento da diversidade cultural existente na China. As principais religiões são o Budismo, o Catolicismo, o Islamismo, o Lamaismo³⁶, o Protestantismo, Chamanismo, Animismo, Taoismo e Dongba (World Directory of Minorities and Indigenous Peoples, 2020). No governo de Xi Jinping a religião tem vindo a revelar-se um elemento estratégico na tentativa de dotar a diplomacia chinesa de uma maior influência no exterior (Raymond, 2020). O PCC está ciente da oportunidade de fomentar um bom relacionamento com a Região Autónoma do Tibete (RAT) através do Budismo, com o intuito de eliminar o estigma de inimizade e censura que ainda estão presentes na relação entre as autoridades centrais do PCC e o Tibete (nomeadamente o Dalai Lama). No Quinto Fórum Mundial Budista, organizado pelo PCC, em 2018, procurou-se analisar a forma como o Budismo pode contribuir para um desempenho mais eficaz da FRC (The Economic Times, 2019).

Raymond (2020) argumenta que a tentativa de relacionar a diplomacia com a influência do Budismo não teve início no governo de Xi Jinping, pese embora o presidente tenha acentuado a propagação da religião através do desenvolvimento da FRC. Yu (2018) afirma que Pequim tem necessidade de robustecer a sua estratégia diplomática a fim de manter a influência internacional que tem vindo a conquistar. O investimento na FRC como elemento dinamizador de um *soft power* de características chinesas é justificado pela influência significativa da religião nos países que participam na FRC, como é o caso do Nepal e do Sri Lanka. Contudo, a utilização da religião como estratégia diplomática vai além das fronteiras citadas. Com efeito, a religião auxilia na relação política entre a China com Myanmar, Tailândia, Laos e Cambodia a partir da influência do budismo (Raymond, 2020).

Numa perspetiva positiva, o *soft power* é tido como instrumento para concretizar o *Sonho Chinês* (Sayama, 2016). Por outro lado, o *slogan* de Xi Jinping reforça o sentimento de orgulho e nacionalismo na população chinesa. Observando a implementação da FRC nas RAEs, percebemos a inclusão dessas regiões como componentes relevantes para a realização do *Sonho Chinês*. Desde 2015, o PCC passou a enfatizar sobre a importância na construção das estradas que conectam a província da Mongólia Interior com Mongólia e a Rússia (Conselho do Estado da RPC, 2017). Aliás, esta é a região que media a entrada e saída do comércio promovido pela FRC pela via terrestre, no âmbito do corredor económico e logístico China-Mongólia-Rússia. Este é mais um exemplo, assim como os investimentos efetuados no Xinjiang,

³⁶ Que consiste em uma vertente Budismo originado no Tibete.

de que por meio da FRC, o Norte da China está incluído na estratégia de revitalização chinesa e no próprio *Sonho Chinês*. Contudo, é justo referir que este último adota, em rigor, uma postura de inclusão face a outras etnias que coabitam na China. Ilustrativo a este respeito, é o plano de ação divulgado pelo PCC que agrega a RAT à estratégia de rejuvenescimento nacional. A minoria étnica do Tibete representa 90% do total da população da RAT, que por sua vez é a região de maior volume minoritário populacional do país (National Bureau of Statistics of China, 2019). O Comité Central do Partido iniciou uma estratégia política para que o Tibete participe como peça fundamental na realização do *Sonho Chinês* de rejuvenescimento nacional. A proposta de Xi Jinping assenta na lógica de que para poder governar bem o país, as fronteiras devem ser geridas de forma eficiente e, para que tal suceda, é fundamental a estabilidade no Tibete.

Em 2019, o governo central lançou um projeto de desenvolvimento da região do Delta do Rio Yangtze, que propõe estratégias com vista ao desenvolvimento nacional até 2025, denominado *Panorama do Desenvolvimento Integrado do Delta do Rio Yangtze*. A região abriga 17% da população chinesa, com 220 milhões de habitantes, e é composta pelas províncias de Jiangsu, Zhejiang, Anhui, além do município de Xangai. Esta é uma das zonas economicamente mais desenvolvidas da China e responsável por um terço de todas as importações e exportações do país, bem como por mais da metade do investimento direto estrangeiro (FDI), além de gerar um quarto do PIB nacional (PWC, 2020). Em termos económicos, o Delta supera a região de Pequim-Tianjin em mais do dobro gerado em 2018. Foram \$21.62 trilhões de yuan que a região Delta lucrou, em contraste com os \$8.5 trilhões gerados pelo eixo Pequim-Tianjin. A diferença foi um pouco menor no caso da Área da Grande Baía, que apresentou um saldo total de \$10.87 de yuan no mesmo ano. A dimensão económica desta região em 2019 foi maior do que a gerada pela quinta maior economia do mundo, o Reino Unido no mesmo ano (PWC, 2020).

A Região Autónoma de Guangxi Zhuang (RAGH) é de extrema relevância para a China em virtude da sua localização geográfica vantajosa ao comércio com os países da ASEAN, já que é dotada de artérias terrestres e marítimas que a eles ligam diretamente (Ministérios das Relações Exteriores da República Popular da China, 2015). Da mesma forma, é fundamental para o PCC o controlo da província de Yunnan, região-chave para o funcionamento de dois corredores económicos da FRC, sendo eles, China-Península da Indochina e o Bagladesh-China-Índia-Mianmar. O mesmo fenómeno é percebido no caso da província de Fujian, por ser geograficamente relevante para o êxito do que se propõe a Rota Marítima de Seda. O investimento visa ampliar diferentes zonas locais da região sudeste, sendo elas Qianhai (Shenzhen), Nansha (Guangzhou), Hengqin (Zhuhai) and Pingtan (Fujian), que terão a função de

contribuir no estabelecimento da Área da Grande Baía, que engloba Guangdong-Hong Kong-Macau (Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, 2015).

O projeto da Área da Grande Baía vai além do propósito de integrar Hong Kong e Macau na China continental, na medida em que Xi Jinping pretende otimizar o crescimento económico da região, para assim acelerar o crescimento nacional. A área abrangida pelo projeto contém cerca de 70 milhões de pessoas, com uma economia de US\$1.5 trilhões, maior do que a dos países-membros do G20 (Financial Times, 2018).

3.4. Os protestos em Hong Kong e a legitimação do PCC

A presente dissertação busca analisar não só o papel de Hong Kong no contexto da FRC, mas fundamentalmente a possível ameaça que esta RAE simboliza não apenas face à implementação do projeto, mas principalmente no que concerne à legitimação do PCC. Deter-nos-emos nessa questão na secção que aqui inicia. Para Wang (2014) existem dois desafios principais para a sobrevivência do autoritarismo no poder. A primeira consiste na limitação do controlo das massas diante de reformas económicas, assunto debatido no capítulo anterior, onde nos referimos ao SCS. O segundo desafio refere-se à possibilidade da queda do líder por meio de manifestações anti-regime. Por conseguinte, como contributo para a análise da legitimação do PCC através da FRC, é necessário abordar as manifestações pró-democracia ocorridas em Hong Kong, iniciadas em junho de 2019, em resultado dos protestos populares contra o novo projeto de Lei de Extradicação. Temia-se em Hong Kong que a lei viesse a inibir as liberdades dos cidadãos da RAE.

O projeto de lei acabaria por ser removido em julho do mesmo ano, pela chefe do executivo, Carrie Lam, ainda que sem a aprovação do PCC. Os protestantes deram continuidade às manifestações, exigindo além da remoção oficial do projeto de lei, a libertação dos manifestantes presos, o estabelecimento de uma comissão para inspecionar a conduta da polícia face aos cidadãos, e o sufrágio universal na RAE. Em setembro, o projeto de lei foi removido. No entanto, tratou-se de uma manifestação sem precedentes na história da China contemporânea, em virtude da duração, intensidade e mediatização internacional (Martin, 2019; Kewalramani e Seth, 2020; Ku, 2020).

Importa sublinhar que os ideais democráticos são herança identitária do período em que a região foi colónia do Reino Unido, a partir de 1842. O território só voltou a pertencer à China recentemente (1997), sob condições especiais no formato de Região Autónoma Especial (RAE). A gestão de Hong Kong viria a ser contemplada pela política ‘um país, dois sistemas’, que procurava manter os aspetos

fundamentais do sistema político, judiciário, bem como a economia de livre mercado e as liberdades individuais, por um período de 50 anos. Por conseguinte, ficou estabelecido que em 2047 Hong Kong voltaria a pertencer à China e, por inerência, a estar sob o poder autoritário do PCC. O termo 'um país, dois sistemas' havia sido implementado por Deng Xiaoping, com o objetivo de integrar Hong Kong, Macau e Taiwan à RPC. Contudo, Taiwan é a única que permanece independente (So, 2018; Reed, 2020; Maizland e Albert, 2021).

Mesmo tendo sido parte da China continental durante os cerca de dois mil anos que antecederam a chegada dos ingleses à Área da Grande Baía, os cidadãos de Hong Kong não têm manifestado qualquer identificação ideológica ou cultural pela China continental no decorrer da relação histórica. Hong Kong possui uma ideologia localista, distinta da identidade chinesa (Wang, 2019). Os protestos são a forma de expressar a resistência da RAE diante do sistema político imposto pela China (Dickson, 2019)³⁷. Esta ideologia localista traduz-se na recusa em oficializar o mandarim como língua local, bem como em aceitar a identidade de nacionalidade chinesa. Em 2014, a identidade localista ganhou expressão vincada no *Umbrella Movement*, uma luta de resistência perante a intervenção do governo central (Wang, 2019). Após cerca de 800 mil cidadãos participarem no referendo, o resultado apontou que 90% de votos favoreciam a permissão para que as eleições de 2017 fossem democráticas, ao invés do proposto por Pequim. As eleições em Hong Kong consistem num sufrágio universal a partir de candidatos pré-selecionados pelo próprio Partido, uma vez que qualquer candidato à liderança da RAE é, necessariamente, indicado pelo PCC. A população ocupou as ruas em protesto face à negação imposta pelo PCC ao referendo (Eagleton, 2014; Maizland e Albert, 2021). Os guarda-chuvas utilizados pelos protestantes converteram-se num símbolo de resistência face ao PCC, além de terem dado nome ao movimento.

Para a China Continental, Hong Kong tem servido de porta de entrada aos investimentos estrangeiros, por apresentar uma economia caracterizada pelo livre comércio. Para as empresas estrangeiras que queriam fazer negócios com a China, Hong Kong tem sido a opção mais atrativa em termos financeiros e jurídicos. Em 1997, o PIB chinês dependia em 18% do comércio realizado com Hong Kong, um grande contraste face aos dados de 2019, de 2.7%, valor que aponta um declínio na dependência económica da China face à RAE (Reuters, 2019). Segundo Zenglein (2020), Hong Kong ainda detém um papel crucial no acesso aos mercados internacionais. A RAE ainda está posicionada entre os cinco maiores parceiros económicos nacionais, contudo, na perspetiva doméstica, tinha deixado

³⁷ Entrevista realizada com Dr Bruce J. Dickson, Professor e Investigador de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade Columbian de Artes e Ciências, realizada em 1 de novembro de 2019.

de ser o único centro financeiro do país (UNCTAD, 2019). Dito isto, Hong Kong é uma das economias mais abertas do mundo, não obstante ter vindo a perder a exclusividade económica Xangai e Shenzhen, que se tornaram centros financeiros do país (Xing, 2019).

Em contraste com a oposição ideológica de Hong Kong, Macau, uma das regiões mais ricas do mundo em termos de PIB per capita, apresenta grande aceitação ao nacionalismo chinês (Xing, 2019). O Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020) destaca o contributo de Macau na estratégia da FRC enquanto “plataforma para a cooperação entre a China e os países da língua portuguesa” (Marques, 2018: 100). Por sua vez, Hong Kong – que beneficia de uma presença económica considerável no mercado global – é suscetível de proporcionar vastas oportunidades no quadro das seis rotas económicas da FRC, além de impulsionar a internacionalização da moeda chinesa (Ibidem).

Shek (2020) ressalta que ao comparar os protestos de 2019 com as manifestações precedentes, alguns fatores chamam a atenção. A duração da instabilidade social foi a mais prolongada, com maior número de participantes, assim como maior índice de manifestantes presos, além do alto nível de violência dos protestantes e da polícia local. Pela primeira vez na história de Hong Kong os protestantes invadiram o Conselho Legislativo, desafiando o poder de Pequim sob a RAE. A intervenção militar de Pequim poderia significar o fim da fórmula 'um país, dois sistemas', assim como prejudicar os acordos internacionais da China, nos quais se inclui a FRC (ABC, 2019).

Para Dickson (2019)³⁸, os protestos de 2019 podem vir a corroborar de forma vantajosa a legitimidade do PCC. O autor sustenta que o PCC pode vir a extrair vantagem do facto de a China continental deter pouca empatia por Hong Kong, assimila os valores culturais locais como diferentes dos seus, por terem direitos e liberdades distintos. Por essa razão o PCC tem sido capaz de propagar os protestos com fundamento na necessidade de resistir às influências provenientes do Ocidente. Tendo em conta que são movimentos orgânicos, desorganizados e desprovidos de um timoneiro individual ou uma organização em comando para que as autoridades de Hong Kong ou Pequim possam negociar, é, para Dickson (2019) a justificação da duração prolongada do movimento³⁹. O autor (Dickson, 2019) sublinha que ao invés dos casos citados anteriormente, esta não é uma questão étnica, uma vez que quer os cidadãos de Hong Kong, quer os de Pequim são ambos da etnia Han. Contudo, as diferenças culturais e regionais são significativas, na medida em que historicamente Hong Kong experimentou as

³⁸ Entrevista realiza com Dr Bruce J. Dickson, Professor e Investigador de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade Columbian de Artes e Ciências, realizada em 1 de novembro de 2019.

³⁹ Os protestos duraram de junho de 2019 até fevereiro de 2020, tendo sido enfraquecidos devido ao início (nessa altura) da pandemia do novo coronavírus (Shek, 2020)

particularidades e o significado da democracia, ainda que para o autor, este seja um significado diferente do modelo ocidental.

Como consta na sua história, a China nunca adotou a democracia como regime. As oportunidades para aderir ao regime democrático surgiram diversas vezes, e em algumas ocasiões as ondas democráticas (Huntington, 1991) emergiram em momentos de incerteza e fragilidade política chinesa. No fim da Primeira Guerra Mundial⁴⁰, a China transitou de um regime monárquico para uma República. No fim da Segunda Guerra Mundial⁴¹ outra onda democrática se disseminou enquanto o PCC se institucionalizou na RPC. Por sua vez, durante a abertura económica de Deng Xiaoping, uma outra onda democrática, gerada pela modernização tecnológica que o mundo vivenciou, chegou a atingir os vizinhos asiáticos, como foi o caso da vizinha Coreia do Sul e do Paquistão, em 1988. A queda da antiga União Soviética⁴² proporcionou mais uma onda, somado à crise que se instalou na China após o Massacre de Tiananmen. A última onda onde que poderia vir a ser o ponto de transição para o estabelecimento de um regime democrático na China foi justamente quando Xi Jinping iniciou seu mandato, em 2012⁴³ (Gunistky, 2018). Contudo, o caminho traçado pelo Presidente Xi Jinping aponta, ao invés, para um distanciamento oposto e contínuo do estabelecimento da democracia.

No que concerne à estratégia de resiliência autoritária do PCC, entendemos, com base no Institucionalismo Histórico, a razão pela qual as instituições perduram no tempo (Hall e Taylor, 1996). Como organização política, o PCC exerce poder legítimo diante da RPC. O Partido exerce a repressão e censura com maior sofisticação na tentativa de efetuar um controlo mais eficaz da população chinesa. Tanto Piek (2019) quanto Li Xing (2019)⁴⁴ concordam quanto ao facto de o Massacre de Tiananmen não possuir a mesma proporção dos protestos em Hong Kong. As manifestações de cunho democrático em Hong Kong não carregam o mesmo peso revolucionário do que ocorreu no Massacre de Tiananmen, em 1989. Para Li Xing (2019) a comparação entre ambos incorreta em virtude do contexto político e social entre as duas situações ser distinto. No caso de Tiananmen, a China vivenciava uma reforma económica com alto índice de inflação. Além disso, a população demonstrava questionar a autoridade do PCC, como reflexo da Revolução Cultural. Por sua vez, os protestos de Tiananmen foram a primeira demonstração

⁴⁰ A onda democrática após a Primeira Guerra Mundial ocorreu entre 1919 e 1921. A China viveu uma série de movimentos separatistas desde a queda da monarquia, em 1912, que predominaram até o estabelecimento da RPC e a unificação do Estado nacional

⁴¹A onda democrática após a Segunda Guerra Mundial durou de 1945 a 1950, o PCC foi estabelecido em 1949.

⁴² A onda democrática após o colapso da União Soviética durou até 1993.

⁴³ A onda democrática originada da Primavera Árabe surgiu na Tunísia, em 2011, e influenciou movimentos populares de cunho democrático nos países do Médio Oriente até meados de 2012.

⁴⁴ Entrevista a Li Xing, Professor e Diretor do Centro de Instigação de Relações Internacionais da Universidade de Aalborg (Dinamarca), realizada em 7 de novembro de 2019

de sentimento anti-Partido, em toda a história do PCC. Por conseguinte, o PCC que analisamos na presente investigação não corre os mesmos riscos de rutura institucional (Piek, 2019; Xing, 2019).

Conclusão Parcial

Com a liderança de Xi Jinping, a China experienciou reformas sem precedentes, no que concerne à política externa. A implementação da FRC serve de exemplo para ilustrar a magnitude da ambição chinesa no tocante ao seu papel geopolítico. Ainda é cedo para afirmar o sucesso da Iniciativa. Porém, a sofisticação estratégica faz dela o projecto mais ambicioso do século XXI. A FRC tem como objetivo realizar o *Sonho Chinês* e, conseqüentemente, alcançar a revitalização nacional. O *Sonho Chinês* é o *slogan* político do atual governo e propaga a ideia de que a China reconquistará a posição de protagonista na esfera da política e comércio internacional.

O êxito da FRC no cenário internacional é notado, entre outros motivos, pelo acúmulo de um número surpreendente de transações comerciais, além de alavancar a contratação de empresas chinesas para a construção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos um pouco por todo o mundo. Xi Jinping faz uso de táticas discursivas para propagação de uma postura que visa a cooperação e harmonização entre atores domésticos e exteriores. Tais fatores são imprescindíveis no tocante ao desempenho do *soft power* chinês. No âmbito doméstico, a Iniciativa tem como principal função o equilíbrio financeiro interno e a potencialização logística e comercial de regiões ainda pouco modernizadas. Ao mesmo tempo que serve de projeção no exterior do prestígio económico, FRC visa também enaltecer o orgulho nacional e a identidade chinesa (He, 2019).

Como constatámos ao longo do capítulo que aqui finda, as manifestações de oposição à ideologia do PCC, que ocorreram em 2019, em Hong Kong, apesar de duradouras, não são sinais de enfraquecimento do aparato institucional. Não obstante, elas alertam para a possibilidade de transição para um único sistema, em 2047, vir a ocorrer com resistência e dificuldades. A partir do que foi analisado, verificamos que o Partido também assegura o seu poder através das diversas células integradas nas esferas privada e estatal, garantindo o controlo absoluto por meio da integração-fusão do Partido no/com o Estado.

4. Conclusão

Esta dissertação teve como principal objetivo investigar o papel da FRC na estratégia de resiliência autoritária do PCC. Secundados pelas lentes do Institucionalismo Histórico, foi possível desenvolver uma análise com vista à compreensão da forma como a estratégia de resiliência autoritária utilizada pelo PCC evoluiu no curso da história do Partido. Com efeito, ao estudarmos as reformas institucionalizadas pelos vários líderes que antecederam Xi Jinping, beneficiamos de maior clareza acerca da sua governação para assim melhor respondermos à nossa pergunta de partida: *Qual tem sido o papel da FRC na estratégia de resiliência autoritária do PCC sob a Presidência de Xi Jinping?*

Respondendo à pergunta de investigação acima mencionada, este trabalho demonstrou que a FRC tem desempenhado estratégia de desenvolvimento doméstico na medida que está a investir massivamente na conclusão dos corredores económicos. Como foi abordado ao longo da presente dissertação, constatamos que a estratégia de crescimento da FRC através da conectividade não engloba apenas o comércio internacional. Com efeito, o investimento nos corredores da FRC denota a vontade de Xi Jinping estender os frutos do progresso às regiões menos desenvolvidas da China. Como constatámos, a estratégia de resiliência autoritária do PCC sob a presidência de Xi Jinping consiste em legitimar o poder do Partido através da repressão e censura, com o fim de cooptar a sociedade chinesa e, por conseguinte, aumentar o número de membros do Partido, de modo a expandir a influência do PCC em todas as esferas. Portanto, a FRC tem contribuído para a legitimação do poder do PCC no estrangeiro, ao facilitar a entrada da China no mercado internacional. No que diz respeito à repressão e censura, a FRC tenderá a facilitar cada vez mais a 'mão invisível' do Estado, através da integração das regiões-chave dos corredores económicos. Através da FRC, o PCC detém maior controlo sob as regiões autónomas instáveis, como é o caso do Xinjiang, além de dispor de maior facilidade em antecipar manifestações contra o Partido.

De forma a responder à pergunta de investigação, tomámos, para efeitos de análise, como exemplo o incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Tendo este sido uma espécie de denominador comum dos objetivos da China desde a era de Hu Jintao, importa notar que é precisamente graças aos avanços tecnológicos que a China de Xi Jinping pode apostar atualmente no SCS como medida legitimadora do regime. Também a campanha de anticorrupção foi alvo da nossa análise, por constituir a primeira grande reforma instituída pelo Secretário Geral do PCC num esforço de legitimação de um regime que se autopercebe, apesar de tudo, como mais vulnerável que outrora.

Através da luta contra a corrupção, Xi Jinping procura não só consolidar o seu poder, devolvendo aos chineses a imagem de um partido mais próximo dos cidadãos, como também eliminar vozes críticas e rivais no seio do Partido. Para o efeito, Xi Jinping tem trazido a público quer a criminalidade de membros de baixa influência, quer de membros partidários do mais alto prestígio. Ora, a partir do Institucionalismo Histórico verificámos que esta primeira instituição (ou seja, a campanha de anticorrupção) tem sido fundamental para eliminar de forma célere membros do PCC suscetíveis de ameaçar o cumprimento de novas regras. Dito isto, concluímos que a instituição de um prazo indeterminado para o atual mandato de Xi Jinping só foi possível por terem sido eliminados, entretanto, os membros tidos como capazes de se opor a tal mudança.

Partindo do postulado do Institucionalismo Histórico de que a ordem sequencial e o processo de implementação das instituições ocasiona diferentes resultados, tomamos por exemplo analítico o desenvolvimento da FRC. O projeto foi lançado em 2013, o que funcionou como medidor do tom com que a China passou a abordar sua estratégia de influência internacional. Em virtude de a FRC ser uma das iniciativas mais ambiciosas da China e do próprio mundo atual *lato sensu*, ela gera um impacto na abordagem da política externa chinesa, ao torná-la simultaneamente mais assertiva e participativa na esfera internacional. Assim sendo, podemos conceber a FRC como o marco temporal que assinala a passagem de uma China *low-profile* ao nível da política externa para uma espécie de ator reformista revisionista. Na prática, isto significa que a China não é necessariamente contestatária da ordem estabelecida, embora já nem sempre recetor passivo ou ator secundário das relações internacionais. Ao nível doméstico, por sua vez, a assertividade traduz-se no reforço das medidas coercivas, vigilância dos comportamentos, perseguição aos rivais e centralização do poder, sem precedente à exceção de Mao, na figura de Xi Jinping.

De acordo com a presente análise, concluímos que apesar do êxito económico da segunda maior potência global, um dos desafios mais relevantes para a política doméstica chinesa é o de administrar o vasto território chinês. Daqui decorre que uma das mais valias para o presente estudo é o de relacionar o aspeto doméstico das minorias étnicas, bem como a desigualdade entre o Norte e o Sul da China com a FRC. Como foi discutido no terceiro capítulo, o projeto visa apetrechar as regiões menos desenvolvidas da China de várias infraestruturas logísticas, como vias rodoviárias e ferroviárias, bem como portos e aeroportos. Desta forma, a FRC é parte integral da estratégia de resiliência do PCC, ao fomentar o desenvolvimento económico e a estabilidade social das regiões autónomas e remotas (como o Xinjiang), mas também de regiões administrativas especiais como Hong Kong. A China concebe, assim,

a FRC numa lógica kantiana de que o comércio e a logística são fonte de paz, progresso económico e estabilidade social.

Devemos salientar que a liderança de Xi Jinping é de suma importância para os resultados que o PCC tem obtido desde 2013, a respeito da estabilidade do seu governo e da nova fase que se inicia, com a China em destaque no que concerne à geoeconomia e geopolítica mundiais. A legitimidade é fundamental para todo e qualquer poder estabelecido. No caso da FRC, a China tem procurado dotá-la de uma narrativa *win-win*, para assim melhor colher a empatia e consequente cooperação ativa por parte de outros países. A Iniciativa é uma oportunidade única para que Xi Jinping consiga concentrar, ampliar e legitimar o seu poder. Portanto, a FRC é de extrema importância para a estratégia da resiliência autoritária do PCC, e, consequentemente, de Xi Jinping. De facto, as várias manobras políticas de Xi Jinping têm servido para consolidar o poder e institucionalizar o seu Socialismo de características chinesas para a 'Nova Era'. Com o termo 'Nova Era', Xi Jinping tem vindo a dotar o PCC de maior proximidade na orientação e formulação da política, garantindo ainda a disciplina e direcionando a ideologia. Através da integração das instituições políticas da RPC com as do PCC, Xi Jinping visa assim consolidar o poder. A partir da presente análise, conclui-se que a atual governação não permite a existência de quaisquer lacunas que possibilitem questionar a legitimação do poder do líder. Uma vez que a principal meta do PCC é deter um poder inquestionável, verificamos Xi Jinping tem traçado estratégias e implementado reformas com vista a satisfazer tal objetivo. Ao fundir as instituições do PCC com as da RPC, formando assim um único núcleo institucional, o PCC tem limitado a possibilidade de questionamento ou de oposição.

Em suma, esta dissertação procurou proporcionar um contributo para uma análise da legitimação do PCC, de forma a compreender os principais elementos que fazem do PCC uma organização resiliente. A saber, o nacionalismo, a repressão autoritária, a ideologia socialista de características chinesas, bem como o Confucionismo assumem um papel relevante na manutenção do aparelho institucional. Afinal, à guisa de conclusão, as instituições (neste caso concreto, o PCC) persistem no espectro histórico por serem elementos que impulsionam, ao fim ao cabo, o desenvolvimento da História. Como vimos no terceiro capítulo, em 2019, mais do que em todos os anos desde o estabelecimento do PCC, nunca tinha havido tantas células do Partido. Este maior alcance da 'mão do Estado' dificulta a tentativa de institucionalizar qualquer medida que não envolva o PCC. Por outras palavras, a crise ideológica que se instaurou em 1989, com o Massacre de Tiananmen, não teria as mesmas dimensões diante da atual configuração do PCC. Um dos maiores propiciadores dessa estabilidade tem sido o controlo tecnológico produzido no seio do SCS.

Uma outra conclusão resultante do nosso estudo é a de que a resiliência autoritária produzida em resposta ao movimento de cunho democrático ocorrido em Hong Kong, em 2019, não é, ainda assim, comparável à que fora gerada pelos protestos de Tiananmen em 1989. Apesar de a situação de Hong Kong se traduzir num movimento de contestação mais longo e mais intenso (que serve para todos os efeitos de teste à resiliência do PCC), concluímos que a população da China continental se caracteriza por uma identificação ideológica muito distinta da de Hong Kong.

Também no que concerne às reformas institucionais do PCC sob a lente do Institucionalismo Histórico, existe um amplo e diverso caminho para futuras investigações. Apesar da barreira linguística, grande parte dos documentos oficiais com origem no PCC disponibilizam versões em inglês, o que permite, por conseguinte, o acesso a informação de vária ordem. Por fim, afigura-se pertinente que futuras investigações analisem de forma mais aprofundada os efeitos da FRC nas regiões autónomas da China, com o intuito de compreender a magnitude do projeto no âmbito doméstico. Tais regiões apresentam um grau de dificuldade acrescido que serve simultaneamente de teste à resiliência do PCC, pelo facto de nelas coabitarem diferentes etnias, com destaque para os casos do Xinjiang e do Tibete.

Bibliografia

Fontes Primárias

- ABC (2019, 18 de Novembro) Inside the city caught between a British past and a Chinese future. *ABC's Asian Pacific Newsroom*. Consultado em 1 de Fevereiro de 2021. <https://www.abc.net.au/news/2019-09-13/hong-kong-protests-british-history-chinese-future-interactive/11469290?nw=0>.
- AiIB, (2020, 28 de Julho) *Members and Prospective Members of the Bank*. Consultado em 20 de Setembro de 2020) <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>.
- Alden, J. (2019) *Businessperson of the Year 2019*. Fortune. Consultado em 3 de Fevereiro de 2020. <https://fortune.com/businessperson-of-the-year/2019/daniel-zhang/>
- BBC, (2019, 3 de Junho) *Tiananmen, the Image That China Forgot*. Consultado em 10 de Outubro de 2019. <https://www.bbc.com/news/av/world-asia-48476879/tiananmen-s-tank-man-the-image-that-china-forgot>.
- BBC (2021, 17 de Fevereiro). *China overtakes US as EU's biggest trading partner*. Consultado em 20 de Fevereiro de 2021. <https://www.bbc.com/news/business-56093378#:~:text=%22In%20the%20year%202020%2C%20China,Eurostat%2C%20the%20EU's%20statistical%20office.&text=The%20EU's%20trade%20deficit%20with,which%20were%20released%20on%20Monday>.
- Banco Mundial. *China Overview*. Consultado em 4 de Fevereiro de 2020. <https://www.worldbank.org/en/country/china/overview>
- BBC (2018, 11 de Março) "China's Xi allowed to remain 'president for life' as term limits removed". Consultado em 3 de março de 2019. <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-43361276>
- BBC (2017, 21 de Outubro) "Xi Jinping: de trabalho forçado no campo e vida em caverna a comando da superpotência chinesa. Consultado em 20 de março de 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41686096>.
- BBC (2018, 11 de março). "China's Xi allowed to remain 'president for life' as term limits removed". Consultado em 20 de outubro de 2019. <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-43361276>
- Belt and Road Portal (2020, 27 de agosto). "Xi Focus: How will China shape its development strategy for new stage?". Consultado em 30 de dezembro de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/rdxw/144911.htm>.
- Belt and Road Portal (2017a, 12 de outubro). "Education Action Plan for the Belt and Road Initiative". Consultado em 20 de dezembro de 2019. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/30277.htm>

- Belt and Road Portal (2017b, 22 de novembro) "The Ministry of Culture released an action plan on Belt and Road culture development from 2016 to 2020". Consultado em 13 de janeiro de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/35973.htm>.
- Belt and Road Portal (2017c, 20 de outubro). "B&R by the Numbers: Provinces more actively participating in B&R projects". Consultado em 10 de janeiro de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/jcsj/dsjkydyl/30950.htm>.
- Belt and Road Portal (2016, 10 de dezembro). "Implementation Plan for Hunan to Integrate with the Belt and Road Initiative". Consultado em 11 de janeiro de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/dfgg/1565.htm>
- Belt and Road Portal (2019, 19 de novembro) The Plan for Building Fujian into the Core Area of the 21st-Century Maritime Silk Road. Consultado em 7 de abril de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/dfgg/1465.htm>
- Buckley, C. & Bradsher, K. (2018, 15 de fevereiro). China Moves to Let Xi Stay in Power by Abolishing Term Limit. *New York Times*. Consultado em: 8 de maio de 2019. <https://www.nytimes.com/2018/02/25/world/asia/china-xi-jinping.html>.
- Chaudhury, D. R. (2019, 2 de maio) BRI's impact on Tibet requires far wider scrutiny. *The Economic Times*. Consultado em 9 de maio de 2020. https://economictimes.indiatimes.com//news/international/world-news/trump-campaign-creates-coalitions-to-woo-indian-american-south-asian-voters/articleshow/77558708.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst
- Comité Central do Partido Comunista Chinês. (2016). *The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016-2020)*. Central Compilation Press & Translation Press: Pequim, China.
- China.org (2013, 16 de Março). "Who's Who in China's Leadership" Consultado em 8 de abril de 2019. http://www.china.org.cn/china/leadership/2013-03/16/content_28193070.htm.
- Conselho do Estado da República Popular da China (2017). "Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative" (Lançado em 2015). Consultado em 10 de abril de 2019. http://english.www.gov.cn/archive/publications/2017/06/20/content_281475691873460.htm.
- Constitution of the Communist Party of China 2002 (2002). Consultado em 3 de maio de 2020. <http://www.china.org.cn/english/features/49109.htm>
- Constitution of the Communist Party of China 2007 (2007). Consultado em 3 de maio de 2020. <http://www.china.org.cn/english/congress/229722.htm>
- Constitution of the Communist Party of China 2012 (2012). Consultado em 3 de maio de 2020. http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm

- OECD (2018), “The Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape”, In *OECD Business and Finance Outlook 2018*, OECD Publishing: Paris. https://doi.org/10.1787/bus_fin_out-2018-6-en.
- Parker, J. (2018) “Xi Jinping and China's new era of reform”. *The Economist*, The World in 2018. Consultado em 20 de dezembro de 2019. <https://theworldin.economist.com/edition/2018/article/14429/xi-jinping-and-chinas-new-era-reform>.
- Petrobras (2019, 28 de junho) “China é o nosso principal destino das exportações de óleo cru”. Consultado em 8 de agosto de 2020. <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/china-e-o-nosso-principal-destino-das-exportacoes-de-oleo-cru.htm>.
- Pieke, F. N. (2019, 28 de maio) A 1989-style movement simply can no longer take place in China: Thirty years after Tiananmen. *Merics*. (Entrevista por escrito). Consultado em 6 de julho de 2020. <https://merics.org/en/press-release/1989-style-movement-simply-can-no-longer-take-place-china>.
- PWC (2016, fevereiro) China's new silk route: The long and winding road. *PwC's Growth Markets Centre*. Disponível em: www.pwc.com/gmc.
- Reed, L. (2020, 14 de junho) “Como ocorreu o milagre econômico de Hong Kong - da pobreza à prosperidade”. Consultado em 9 de setembro de 2020. *Mises Brasil*. <https://www.mises.org.br/article/1804/como-ocorreu-o-milagre-economico-de-hong-kong-da-pobreza-a-prosperidade>.
- Rieger, M. O., Wang, M. & Ohlberg, M. (2020, 26 de março). “What Do Young Chinese Think About Social Credit? It's Complicated”. *China Monitor*, Mercator Institute of China Studies.
- Siddiqui, S. (2018, 15 de novembro) “Is China's BRI idea beginning to catch the world's attention?” *The Asian Dialogue*. Consultado em 7 de julho de 2020. <https://theasiadialogue.com/2018/11/15/is-chinas-bri-idea-beginning-to-catch-the-worlds-attention/>
- The Belt and Road Portal (2019, 11 de Outubro) “Six Years of Belt and Road!” Consultado em 1 de maio de 2020. <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/rdxw/105854.htm>
- Transparency International, (2014, 3 de Dezembro) “Five reasons corruption is getting worse in China”. Consultado em 6 de julho de 2020. <https://blog.transparency.org/2014/12/03/five-reasons-corruption-is-getting-worse-in-china/>
- Transparency International (2012) “Corruption Perception Index, 2012”. Consultado em 14 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2012>
- Transparency International (2013) “Corruption Perception Index, 2013”. Consultado em 14 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2013>.

- Transparency International (2014) “Corruption Perception Index, 2014”. Consultado em 14 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2014>.
- Transparency International (2015) “Corruption Perception Index, 2015”. Consultado em 14 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2015>.
- Transparency International (2016) “Corruption Perception Index, 2016”. Consultado em 14 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2016>.
- Transparency International (2017) “Corruption Perception Index, 2017”. Consultado em 15 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2017>.
- Transparency International (2018) “Corruption Perception Index, 2018”. Consultado em 15 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2018>.
- Transparency International (2019) “Corruption Perception Index, 2019”. Consultado em 15 de janeiro de 2020. <https://www.transparency.org/en/cpi/2019>.
- The US-China Business Council (2018, 28 de Dezembro) *Cyberspace Administration of China / Office of the Central Cyberspace Affairs Commission*. Consultado em 7 de fevereiro de 2020. https://www.uschina.org/sites/default/files/2018.12.28_cac.pdf.
- The State Council Information Office of the People's Republic of China (2019) “Democratic Reform in Tibet – Sixty Years On”. Publicado em março de 2019. Consultado em 1 de abril de 2020. http://english.scio.gov.cn/2019-03/27/content_74618430.htm
- Unesco (2020) *Uyghur Muqam of Xinjiang*. Consultado em 1 de agosto de 2020. <https://ich.unesco.org/en/RL/uyghur-muqam-of-xinjiang-00109>
- World Bank (2020) “Urban population (% of total population) – China”. Consultado em 13 de julho de 2020. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2019&locations=CN&start=2013>
- World Trade Organization (2020). “World Trade Statistical Review 2020”. Consultado em 10 de julho de 2020. https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2020_e/wts20_toc_e.htm
- World’s Top Exports (2020, 20 de julho) “Lithium Ion Batteries Exports by Country”. Consultado em 10 de Setembro de 2020. <http://www.worldstopexports.com/lithium-ion-batteries-exports-by-country/>
- World’s Top Exports (2020, 20 de agosto) “Top 15 Crude Oil Suppliers to China”. Consultado em 20 de setembro de 2020. <http://www.worldstopexports.com/top-15-crude-oil-suppliers-to-china/>
- World’s Top Exports (2020, 20 de Março) “South Korea’s Top Trading Partners”. Consultado em 15 de setembro de 2020. <http://www.worldstopexports.com/south-koreas-top-import-partners/>
- World’s Top Exports (2020, 6 de Setembro) “Cellphone Exports by Country”. Consultado em 12 de setembro de 2020. <http://www.worldstopexports.com/cellphone-exports-by-country/>

- World's Top Exports (2020, 6 de Agosto) "Top Video Games Exports by Country". Consultado em 13 de setembro de 2020. <http://www.worldstopexports.com/top-video-games-exports-by-country/>
- World Directory of Minorities and Indigenous Peoples (2017, Novembro). Consultado em 10 de julho de 2020. <https://minorityrights.org/minorities/uyghurs/>
- Xi, J. (2016). "Melhorar a conduta do Partido, construir um governo limpo e combater a corrupção". In J. Xi, *A Governança da China*, Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras. (Vol. 2, pp 195-204).
- Xi, J. (2015, 22 de setembro) "O Sonho Chinês é o Sonho do Povo". In J. Xi, *A Governança da China* (Vol. 2, pp32-34).
- Xi, J. (2018) *A Governança da China* (Vol 1 e 2) Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras.
- Xi, J. (2018) "Transição para um crescimento com inovação" 145-158. In J. Xi, *A Governança da China*. Editora de Línguas Estrangeiras, Beijing: China (Vol.1, pp 145-158).
- Xinhua (2018a, 1 de março) "Terceira sessão plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China emite comunicado". Consultado em 4 de fevereiro de 2021. http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/01/c_137006797.htm
- Xinhua (2018b, 1 de março) "Terceira sessão plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China emite comunicado (2-fim)". Consultado em 4 de fevereiro de 2021. http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/01/c_137006794.htm.
- Xinhua (2019, 1 de maio) "Xi pede que jovens chineses amem ardentemente o país". Consultado em 7 de julho de 2020. <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1660099.htm>.
- Xinhua (2020, 31 de dezembro) "PCC celebrará centenário em 2021, diz Xi". Consultado em 23 de janeiro de 2021. http://portuguese.xinhuanet.com/2020-12/31/c_139633128.htm.
- Xinhua (2020, 30 de junho) "Communist Party of China has nearly 92 million members". Consultado em 10 de agosto de 2020. http://www.xinhuanet.com/english/2020-06/30/c_139178576.htm.
- Xinhua (2020, 20 de janeiro) Indústria de satélites comerciais da China cresce rapidamente. Consultado em 7 de novembro de 2020. http://portuguese.xinhuanet.com/2020-01/20/c_138720261.htm.
- Xinhua (2020, 4 de novembro). China tem 21 zonas piloto de livre comércio, diz Xi. Consultado em 20 de janeiro de 2021. http://portuguese.xinhuanet.com/2020-11/04/c_139491081.htm.
- Zenglei, M. J. (2020, 27 de janeiro) China cannot (yet) do without Hong Kong. Mercator Institute of China Studies. Consultado em 01 de dezembro de 2020. <https://merics.org/en/analysis/china-cannot-yet-do-without-hong-kong>.

Zhang, Y. (2020, 13 de janeiro) 2019 a big year in anti-corruption fight. China Daily. Consultado em 30 de abril de 2020. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202001/13/WS5e1b6108a310cf3e35584004.html>.

Entrevistas

Bruce Dickson, Professor de Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Columbian de Artes e Ciência. Entrevista realizada online, em 1 de novembro de 2019.

Li Xing, Professor e Diretor do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de Aalborg, Dinamarca. Entrevista realizada online, em 7 de novembro de 2019.

Fontes Secundárias

Abdul-Manan, A. F. N. et al. (2015). "Ex-Post Critical Evaluations of Energy Policies in Malaysia from 1970 to 2010: A Historical Institutionalism Perspective". *Energies* (8:1936-1957). DOI:10.3390/en8031936

Andornino, G. (2017) "The Belt and Road Initiative in China's Emerging Grand Strategy of Connective Leadership". *China & World Economy*, 25(5):4-22.

Arruda, R. E. & Silva, T. R. (2019) "Implicações éticas do Sistema de Crédito Social chinês no cotidiano das cidades". *VIRUS* (19) (online). Consultado em 01 de fevereiro de 2021. <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=9&lang=pt>.

Baruah, A. G. Panda, J. P. (2019). "Xi Jinping Authoritarianism, Chinese Foreign Policy and India". *Megatrend Review* (16:1:151-172) Doi: 10.5937/MegRev1901151G.

Blomberg, M. (2018). "The Social Credit System And China's Rule Of Law". *Mapping China Journal*, 2:77-112.

Chan, T. (2018) "A iniciativa Faixa e Rota: O sonho de prosperidade da China em parceria com o resto do mundo". In T. Chan, P. Mooney, P. G. Figueiredo & J. L. S. Marques. *Faixa e Rota, uma iniciativa da China: O papel de Macau e dos países de língua portuguesa*. Fundação Macau: Macau (Chap.1, pp.11-46).

Cabestan, J.P. (2017) "China's Institutional Changes in the Foreign and Security Policy Realm Under Xi Jinping: Power Concentration vs. Fragmentation Without Institutionalization". *East Asia*, 34:113–131. <https://doi.org/10.1007/s12140-017-9271-4>

Cabestan, J.P. (2018). "The Party Runs the Show: How the CCP controls the state and towers over the government, legislature and judiciary". In W.W. Lam (Org.) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party* (Chap. 1, pp. 31-46). New York: Routledge.

Capoccia, G. (2016). "When Do Institutions 'Bite'? Historical Institutionalism and the Politics of Institutional Change". *Comparative Political Studies*, 49(8)1095–1127. <https://doi.org/10.1177/0010414015626449>.

Chang, G. G. (2001) *The Coming Collapse of China*. New York: Random House.

- Chen, J., Fei, Y., Lee P. T. & Tao X. (2019) "Overseas Port Investment Policy for China's Central and Local Governments in the Belt and Road Initiative". *Journal of Contemporary China*, 28(116)196-215. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1511392>
- Chou, B. & Ding, X. (2015) "A Comparative Analysis of Shenzhen and Kashgar in Development as Special Economic Zones". *East Asia*, 32:117–136. <https://doi.org/10.1007/s12140-015-9235-5>
- Dickson, B. J. (2017). "The Survival Strategy of the Chinese Communist Party". *The Washington Quarterly* 39(4)27–44. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2016.1261563>
- Dickson, B. J. (2016) *The Dictator's Dilemma: The Chinese Party's Strategy for Survival*. Oxford University Press.
- Dilthey, W. (1894). Ideias acerca de uma Psicologia Descritiva e Analítica (1894), In *Le Monde de L'Esprit*, I, trad. de M. Remy, Paris, Aubier, 1947
- Duarte, P. B. (2017) *A Faixa e Rota chinesa: a convergência entre Terra e Mar*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Dumbaugh, K. & Martin, M. F. (2009) "Understanding China's Political System". *Congressional Research Searches*, Report for Congress.
- Echeverry, S. S. (2016) Análisis del desarrollo institucional desde el enfoque institucional histórico. *Pap. Polít. Bogotá*, 21(1)81-100.
- Economy, E. (2018) *The Third Revolution*. Nova York: Orford University Press.
- Eagleton, J. (2014, 2 de Dezembro). "The Mixing of Well and River Water: Hong Kong under the 'One Country, Two Systems'". *Asia Dialogue*. Consultado em 28 de setembro de 2020. <https://theasiadialogue.com/2014/12/02/the-mixing-of-well-and-river-water-hong-kong-under-the-one-country-two-systems/>
- Ferdinand, P. (2016) "Westward ho—the China dream and 'one belt, one road': Chinese foreign policy under Xi Jinping". *International Affairs*, 92(4)941–957.
- Fewsmith, J. (2001) *China since Tiananmen*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fewsmith, J. & Nathan, A. J. (2019) "Authoritarian Resilience Revisited: Joseph Fewsmith with Response from Andrew J. Nathan". *Journal of Contemporary China*, 28(116), 167-179. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1511390>.
- Froissart, C. (2018) "Changing pattern of chinese society: comparing the Hu-Wen and Xi Jinping eras". In W.W. Lam (Org.) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party* (Chap. 22, pp. 352-371). New York: Routledge.
- Gang, C. (2020) "Politics of anti-corruption campaign". In Z. Yonguian & Gore L. L. P. *The Chinese Communist Party in Action*. Nova York: Routledge (Chap. 7, pp.137-158).

- Gallagher, M. Hanson, J.K. (2013) "Authoritarian Survival, Resilience, and the Selectorate Theory". In M. Demitrov (Ed.) *Why Communism Didn't Collapse: Understanding Regime Resilience in China, Vietnam, Laos, North Korea and Cuba*. England: Cambridge University Press (Chap. 7).
- Garrick, J. & Bennett, Y. C. (2018) "Xi Jinping Thought: Realisation of the Chinese Dream of National Rejuvenation?". *China Perspectives*, 1(2)99-105. <http://journals.openedition.org/chinaperspectives/7872>
- Giles, T. R. (1985) *Estado, Poder, Ideologia*. São Paulo: EPU.
- Gueorguiev, D. D. (2018) "Dictator's Shadow: Chinese Elite Politics Under Xi Jinping", *China Perspectives*, 1(2)17-26. <https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.7569>.
- Gunitsky, S. (2018) "Democratic Waves in Historical Perspective". *American Political Science Association*, 16(3)634-651. <https://doi.org/10.1017/S1537592718001044>
- Grünberg, N. & Drinhausen, K. (2019, 24 de Setembro). "The Party leads on everything: China's changing governance in Xi Jinping's new era". *China Monitor*, Mercator Institute for China Studies.
- Hall, P. A.; Taylor, C. R. (1996): "Political science and the three new institutionalisms", *MPIfG Discussion Paper*, 96(6), Colônia: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung.
- Han, R. (2018). *Contesting Cyberspace in China: Online Expression and Authoritarian Resilience*. Nova York: Columbia University Press.
- He, B. (2019) "The Domestic Politics of the Belt and Road Initiative and its Implications". *Journal of Contemporary China*, 28(116)180-195. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1511391>
- Heilmann, S. (2016). "Introduction: China's core executive: Leadership styles, structures and processes under Xi Jinping". In: S. Heilmann & M. Stepan, *China's Core Executive: Leadership styles, structures and processes under Xi Jinping*. Mercator Institute for China Studies. (1)14-17.
- Huntington, S.P. (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Jiang, J. (2020). "The Eyes and Ears of the Authoritarian Regime: Mass Reporting in China". *Journal of Contemporary Asia*. <https://doi.org/10.1080/00472336.2020.1813790>.
- Joseph, W. A. (2010). *Politics In China: An Introduction*. Nova York: Oxford University Press.
- Kendall-Taylor A. & Frantz, E. (2014) "How Autocracies Fall", *The Washington Quarterly*, 37(1) 35-47. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2014.893172>.
- Kewalramani, M. & Seth, R. (2020). "Networked protests & state responses: The case of Hong Kong 2019 – 20". *Takshashila Discussion Document*, 3:1-44.

- Kostka, G. (2018). "China's Social Credit Systems and Public Opinion: Explaining High Levels of Approval". <https://doi.org/10.2139/ssrn.3215138>.
- Kissinger, H. A. (2011) *Sobre a China*. Brasil: Editora Objetiva.
- Lam, W.W. (Org.) (2018) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party*. New York: Routledge.
- Lam, W. W. & Wong, Y. (2018) The Legacy of Mao Zedong. In W.W. Lam (Org.) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party* (Chap. 1, pp. 31-46). New York: Routledge.
- Lee, S. (2017) "An Institutional Analysis of Xi Jinping's Centralization of Power". *Journal of Contemporary China*, 26:105 :325–336.
- Lins, J. (2000) *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Colorado: Publishers, Inc.
- Lin, D. (2018) "The Chinese Communist Party Exploitation of Confucianism and Legalism". In W.W. Lam (Org.) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party*. (Chap. 3, pp. 47-58). New York: Routledge.
- Liu, H., Xu, Y., & Fan, X. (2020). "Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63(2), e008. Epub September 02, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202000208>.
- Lynch, T. (2019). "China Has Brought Forth a Xi Dada: How China is making and breaking the personality cult of Xi Jinping". *Politics in the Digital Age*, 3(1)77-89.
- MacFarquhar, R. (2016, Junho). "Leadership Styles at the Party centre: From Mao Zedong to Xi Jinping". In S. Heilmann & M. Stepan (Ed.) *China's Core Executive: Leadership styles, structures and processes under Xi Jinping*. Mercator Institute for China Studies. (Vo. 1, Chap 1, pp. 6-13).
- Marques, J. L. S. (2018) "Uma megalópole global". In T. Chan, P. Mooney, P. G. Figueiredo & J. L. S. Marques. *Faixa e Rota, uma iniciativa da China: O papel de Macau e dos países de língua portuguesa*. Fundação Macau: Macau (Chap.4, pp.97-122).
- Mazzi, D. H. A. (2020) *O projecto da Nova Rota da Seda: uma possível reordenação dos fluxos comerciais internacionais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
- Maizland, L. & Albert, E. (2021) "Hong Kong's Freedoms: What China Promised and How It's Cracking Down". *Council on Foreign Relations*. Consultado em 3 de Março de 2021. <https://www.cfr.org/backgrounder/hong-kong-freedoms-democracy-protests-china-crackdown>.
- McBride, J., Chatzky, A. (2019) "Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade?" *Council on Foreign Relations*. Consultado em 5 de Fevereiro de 2021. <https://www.cfr.org/backgrounder/made-china-2025-threat-global-trade>

- Mooney, P. (2018). "O projecto do século". In T. Chan, P. Mooney, P. G. Figueiredo & J. L. S. Marques. *Faixa e Rota, uma iniciativa da China: O papel de Macau e dos países de língua portuguesa*. Fundação Macau: Macau (Chap.2, pp.47-72).
- Norambuena, C. & Matamoros R. (2016) "Política migratoria Argentina: una mirada desde el institucionalismo histórico. Argentine immigration policy: a view from historical institutionalism". *Si Somos Americanos Revista de Estudios Transfronterizos*, 16(2)45-72. <http://dx.doi.org/10.4067/S0719-09482016000200002>.
- Nye, J. S. (2009) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: Public Affairs.
- Pasquino, G. (2010) *Curso de Ciência Política*. Editora Principia, 2ª Edição.
- Pei, M. (2012) "Is CCP Rule Fragile or Resilient?" *Journal of Democracy*, 23(1)27-41. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2012.0008>.
- Pei, M. (2016). "The Beginning of the End". *The Washington Quarterly*, 39:3:131-142. <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2016.1232640>.
- Peters, A. (2017) "The Chinese Dream: Xi Jinping thought on Socialism with Chinese characteristics for a new era". *Educational Philosophy and Theory*, 49(14)1299-1304. <https://doi.org/10.1080/00131857.2017.1407578>
- Pierson, P. (2000) "Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics". *American Political Science Review*, 94(2) 251–268.
- Przeworski, A. (1986) "Some Problems in the Transition to Democracy". In G. O'Donnel, P. C. Schmitter & L. Whitehead, (Ed) *Transitions from Authoritarian Rule, Vol. 3: Comparative Perspectives*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University (Vol. 3, pp. 47-63).
- Purbrick, M. (2019). "A report of the 2019 Hong Kong protests". *Asian Affairs*. <https://doi.org/10.1080/03068374.2019.1672397>.
- Pye, L. (1985) *Asian Power and Politics: The Cultural Dimensions of Authority*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Romana, H. B. (2005) *República Popular da China A Sede do Poder Estratégico: Mecanismos do Processo de Decisão*. Portugal: Almedina
- Reny, M. (2016) "Authoritarianism as a Research Constraint: Political Scientists in China". *Social Science Quarterly*, 97(4)909-922. <http://dx.doi.org/10.1111/ssqu.12345>.
- Ross, R., & Bekkevold, J. (Ed.) (2016). "China in the Era of Xi Jinping: Domestic and Foreign Policy Challenges". Washington, DC: Georgetown University Press. Consultado em 10 de agosto de 2020. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1c2crg2>

- Shek, T. L. D. (2020) Protests in Hong Kong (2019–2020): A perspective based on quality of life and well-being. *Applied Research Quality Life*, 15; 619-635. <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09825-2>.
- Shambaugh, D. (2008) *China's Communist Party: Atrophy and Adaptation*. Berkeley, UC Press; Washington, Woodrow Wilson Center Press.
- Shen, F. & Zhang, Z. (2018) Do circumvention tools promote democratic values? Exploring the correlates of anticensorship technology adoption in China. *Journal of Information, Technology and Politics*, 15 (92) 106-121.
- Shi-Kupfer, K. & Ohlberg, M. (2019) MERICS Papers on China. China's Digital Rise: Challenges for Europe. *Mercator Institute for China Studies* (7)
- Smith, M. J. (2009) *Power and the State*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Steinmo, S. (2008) Historical institutionalism. In D. Porta & M. Keating (Ed.) *Approaches and Methodologies in Social Sciences: A Plural Perspective*. England: Cambridge University Press.
- Sze, D., Chan, W. & Pun, N. (2020) Economic power of the politically powerless in the 2019 Hong Kong pro-democracy movement. *Critical Asian Studies*, 52(1)33-43. <http://dx.doi.org/10.1080/14672715.2019.170801>
- Takahara, A. (2018) "The CCP meritocratic cadre system" In W. W. Lam (Org.) *The Routledge Handbook of the Chinese Communist Party*. New York: Routledge (Chap. 10, pp. 153-164).
- Tang, G. & Yuen, R. (2016). "Hong Kong as the 'Neoliberal Exception' of China: Transformation of Hong Kong Citizenship Before and After the Transfer of Sovereignty". *Journal of Chinese Political Science*, 21:469–484. <https://doi.org/10.1007/s11366-016-9438-7>
- Tang, W. (2018) "The 'Surprise' of Authoritarian Resilience in China". *American Affairs*, 2(1)101-117.
- Vaz-Pinto, R. (2014) A Grande Guerra e a ascensão da Ásia – a China e o Japão. *Relações Internacionais - Centenário da Grande Guerra*, 42:107-116.
- Walder, A. (1988). *Communist Neo-traditionalism: Work and Authority in Chinese Industry*. Berkeley: University of California Press.
- Wang, Y. (2014) Coercive capacity and the durability of the Chinese communist state. *Communist and Post-Communist Studies*, 47:13–25.
- Weber, M. (1978) *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkeley: University of California Press.
- Wei, C. N. (2019) From Mao to Deng to Xi: How Incentives Work for China. *International Journal on World Peace*, 26(6)31-57.

- Weiss, J. C. (2019) "How Hawkish Is the Chinese Public? Another Look at 'Rising Nationalism' and Chinese Foreign Policy". *Journal of Contemporary China*, <https://doi.org/10.1080/10670564.2019.1580427>.
- Yang, D. L. (2004) *Remaking the Chinese Leviathan: Market Transition and the Politics of Governance in China*. Stanford: Stanford University Press.
- Yin, L. & Flew, T. (2018) "Xi Dada loves Peng Mama: Digital culture and the return of charismatic authority in China", *Thesis Eleven*, 144(1)80-99. <https://doi.org/10.1177/0725513618756098>.
- Yu, J., 2018. The belt and road initiative: domestic interests, bureaucratic politics and the EU-China relations. *Asia Europe Journal*, 144(1)80-99. <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0510-0>.
- Yongnian, Z. (2020). "The Chinese Communist Party: an interpretation". In Z. Yongnian & Gore L. L. P. *The Chinese Communist Party in Action*. Nova York: Routledge (Chap. 1, pp.13-32).
- Zeng, Z. & Eizenman, J. (2018) "The price of persecution: The long-term effects of the Anti-Rightist Campaign on economic performance in post-Mao China". *World Development*, 109: 249–260.
- Zhang, X. (2019) "Integration of CCP Leadership with Corporate Governance". *China Perspectives*, (1) 55-63. <https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.8770>
- Zhou, W. & Esteban, M. (2018) "Beyond Balancing: China's approach towards the Belt and Road Initiative". *Journal of Contemporary China*, 27(112)487-501. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.143347>.

ANEXO 1

ENTREVISTA

Transcrição da entrevista com Li Xing, PhD em Desenvolvimento e Relações Internacionais. É professor e pesquisador do Departamento de Política e Sociedade e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Aalborg, na Dinamarca. Entrevista realizada em 7 de novembro de 2019, via ligação online.

1) Do you believe in the decline of the Party?

No.

2) What is the connection between Hong Kong and the BRI in terms of Xi Jinping's resiliency?

About the BRI, not only consider the political system of China, but also have to understand China's development in a historical way. So the history is very important, to give the background of the BRI, that also shows the resilience of the government. The Chinese Government has come through 3 generations after Deng Xiaoping. Jiang Zemin, Hu Jintao and now Xi Jinping. You can say that the 1st generation is much more in the Deng doctrine, to keep a low profile, to work hard and enrich yourself, and not make a noise.

The 2nd generation of Hu Jintao which has still a little bit of Deng, but also an international role has enlarged, China has to make a new strategy, "to make some progress", not so humble anymore, but make some progress, some action, not being so aggressive.

When Xi Jinping took power in 2013, China has reached such a high level that its international role has giving tremendous impact. But exactly at this moment, China has also experienced domestic problems which are connected to its international role. China is the world's factory, produces everything for the world, so China consumes a lot of resources and now China is in a phase that US is gradually closing a law, many countries are becoming protectionist. China is in a dilemma which is that it has such an enormous capacity and needs a new strategy. One of this strategy is the BRI now Xi Jinping thinks about a project which can connects China with Europe. From the old silk road. In that sense China can export some of its productions to neighbor countries. China has over capacity and these countries have outer capacity so it's very compatible, in terms of compatibility is very positive por China. The BRI is also the result of China's political generations, from the old to the 2nd to the 3rd to the actual, so you can see that each generation faces different challenges and problems. Xi faces the problem that China high over

production and over capacity that he has to solve. Some other things for example, China wants to internationalize its currency and the BRI is a good way to do that. China's internal development shows that the east part of the country is more advanced than the West part. The BRI is forcing China to look to the West by doing so that it can start development growth in that area. BRI is also the product of the new Xi regime. The Xi regime is not coming out of the sky, it's hereditary of the past generations so you can see that the Chinese system has the great capacity to show the new way out to problems.

3) What about other strategies like the SCS? What changes does it bring into the Chinese society?

This is an idea that when the population is categorized you can check the behavior of each individual. Those people who support it think it's a big data system. Why China is able to develop one of most advanced technologies in terms of AI [Artificial Intelligence], is because of all the big data. China has a huge population to support the big data. You need big data in order to calculate people's behavior. If your credit is bad you can't buy a ticket to the high speed train they will sell it to you because you have a bad record. In other countries this is seen as a way to control people, the facial recognition is forbidden in the US and some other Western countries, they think it's an invasion of privacy, but in China they have a very unique cultural tradition and Chinese people they are less legally minded they are eager to experience new technology, they are eager to buy new telephone, it's a Chinese habit. The Chinese are less legally minded than the Western. In the West they began to question a new technology about its legal rights, political rights and human rights. So they have a lot of constraints in the West, but in China. On the one hand you can say that some of China can have implications on human rights issues, province issues and other issues, but on the other hand these big data, because of Chinese people massive support on the consumption behavior, China is able to generate the big data. And this big data is really speeding up China's technology. Many of China's technologies, such as AI, computer science, computer programming, all ahead of the US are because of the big data. And big data is also connected with some of the SCS, where China can generate big data. They use massive surveillance, they use big data analysis technology. So the SCS is not only social, it has a lot of implications.

4) Professor, so for what I understand, you believe that the SCS can work in China because of the cultural values, in opposition to the Western societies?

Basically it is right, because the Chinese system is the Confucius system. The Confucius system is a hierarchy system. China does not have any tradition of democracy, it is meritocracy. As I said in the beginning, we are meritocracy, we are not democracy. That confucianims advocate people to trust the empire, to trust the emperor. So basically the Chinese people, when they evaluate the Chinese government, the Chinese leader, they basically access them on the basis of merit, on the record of their merit. The Chinese people are not so keen on elections. As long as Chinese people can see that these technologies are making China progress, are leading china towards a global power, are leading China to be the front line of a major technology, a major market, they are happy. Of course the critics also have some points in pointing out that there might be some cases of privacy up reaching human rights abuses, especially in the case of dissidents. They can use the SCS to locate the dissidents. Not so much in Hong Kong because Hong Kong has a different system. It has its own communication on the SCS. So the Chinese government doesn't have Hong Kong data. But this can be suspicious. That the Hong Kong citizens are very much british minded, Western cultured, Western democracy inspired them greatly, so they have a very suspicious mind on the Chinese government.

5) Now talking about Hong Kong, during your article you point out 3 main moments where the Party thought it had an uncertain future. The last one you wrote, was the Tiananmen Massacre. There is a lot of comparison on Tiananmen with the situation in HK.

To me this is a total demonization of China. You can not compare. First that if Chinese government is going to do it, it doesn't have to wait until now. And there's a China army inside HK and they haven't so far ... So historically... so there is no comparison at all. The West has a very bad habit, If they dislike something, they always compare. For example, they always compare Chinese government, or any government they dislike with Hitler. I was in a conference a couple of weeks ago, one Japanese-American scholar compared the expansion of One Belt One Road to the Japanese invasion of East Asian in the 1930s. I argued against him saying that, I said that it insults China. He was very surprised to hear that. Anyway, Tiananmen Square has a lot of historical issues. So if you look at Tiananmen Square China was under the begging phase of the economic reform, the inflation was high and it was just after the Cultural Revolution, many people began to question the legitimacy of the Party. And some people, specially the intellectuals from the University, started to call for the multi party system, they called for Westernization, they called for democratization, etc. And they even question the legitimacy of the Party, which made the Party very scared. So you can see that incrimination was at high price of commodities. So residences

became also very angry so this opposed to students wanting to have democracy. And at that time China didn't have any experience at all. The Chinese Party state, and Chinese government, had never experienced such kind of demonstrations. They didn't have anything like a plastic bullet. They never experience this. This is the first time in the Communist Party's life that they experienced anti-Communist Party demonstrations, that's to disaster. But today, Hong Kong, of course Chinese government has very big confidence. It's a complete different situation. The Chinese government doesn't worry at all. Because it says well, your problem, this is not my problem. Xi Jinping has just openly supported the HK government, but Chinese government does not want to do anything extra. Because this is one country two systems. Second if you want to disdraw yourself, that is your problem. You have to also understand you write thesis you have to also give history. History is very important. The HK history. The demonstration today has less to do with the so called trust in the Chinese political system, so called democracy, so called HK independence. Let me give you my interpretation. A lot of people agree with me on this because this is something I have experienced myself. HK was handed back to China in 1997 but long before, when I was small, HK, because of the difference in the living expenses, any HK person that came to China was a big capitalist. Lets said they earned 5000 HK dollar which was a very normal salary at that time, 40 years ago. But in China, at that time, my salary was 150 HK dollar (I worked in Beijing and then I came to Denmark). It was 5 hundred times different. When any HK person that came to China at that time they could do anything they wanted. And they looked at themself as high status citizens. The British when they came to HK they behaved like a high status. But when HK came to China they behaved themselves like high class citizens. It's also as matter of fact, that economically they were. But look at them now, HK was almost replaced by Shenzhen. Macau is also very different from HK, Macau is very pro-China, and it's the richest region in the world. Much richer than HK, and Macau is very pro-China nationalist. And today, if you are HK generation, the HK generation is almost drained because of China economic growth in the past 40 years. HK has been empty in terms of production, of manufacture, it only has a financial road. Almost every economy has been replaced or taken over by China. If you are a HK young generation what is your future? You have no future at all. Which means younger people have because they are old. Because their high class identity is gone, is overtaken. These are the real background information for you, that the younger generation really have lost their hope. And also because of HK's inequality, that so many rich people in HK but all the other people have less. And the second reason is housing. HK's property price is almost the highest in the whole world. And there is no way for any younger generation to buy property, no way. So because of these limitations, these anxieties make people agitated towards that handover of China. Because they assume if they were not handed over to

China, if they were still under the British rule, they might be better off. So that kind of feeling pushed them to be a little bit increasingly anti-Chinese government. But until the Chinese government didn't interfere at all, that was very surprising to many Western countries. And also the behavior of Western countries was very, very dirty. In major conferences I was invited to, people talked about HK, I said do you have the right to support HK? Do you have the right to criticize China? But also do you have the right and should condemn violence. But the way HK demonstrated destroying properties, the way they attack people, the way they wear masks, cannot be tolerated here, in the west. You know, in many European countries it is prohibited to wear masks. If you support HK demonstrations rights, you should not condemn their rights. Look at NYC, when the American demonstrate, they will be tear gas, they will be driven away by the police immediately. In this, to be honest with you, in HK, it actually shows that the Chinese government is very much competent. Chinese government is on the competent side where HK demonstrators are becoming desperate. There are films that shows that the demonstrators got training courses, they got money supporters, and they maskers are so advanced, and their equipment are so advanced, even more advanced than the HK police. This issue has been raised by the lawyer. How can that be? That the demonstrators' equipments are better than the ones hold by the police? And their masks are very advanced, it can endure tear gas and many things. And also the Chinese government recently was very lucky, I'll give to you the situation. By coincidence, in Cataluña, in Spain, 2 years ago 85% of the population voted for independence. The reaction in the EU warned Cataluña that no one was going to accept or recognize them, and that they would be condemned. Spain army arrested many of them. One of them was condemned to 30 years. And people marched on the street and also became very violent. Their slogan was "we want to be a Hong Kong like demonstration". Why none of the Western countries wants to recognize Cataluña? It has the right to achieve its independence. The West democratic theories is that people should serve governance, autonomy rights. People should have they own independent rights. Tell me who will support Scottish independence rights? No one. If you want to have the people's independence rights you have many many regions of the world would be divided. The West is in a very difficult situation in facing HK. That shows that the Chinese government actually is much more on the side because Chinese mainland people are behind it. In many debate of the Chinese system, we all agree with is that all Chinese problems, the muslims problems, the tibet problem, HK problem, Taiwan problem, these four main problems, the mainland Chinese people are behind the government. This is a dilemma for the West. Because the West talks about democracy when there is Chinese people behind the government. Of course this is a fortune of the Chinese government because 92% of the population is Han Chinese. We have about 56 minority groups but they occupy 7% of the total population. Because of

the homogeneity of the population is an advantage. But on the other hand we give headaches to the West because they talk about democracy but now people are behind. And also I have other data, I can give you the data to support you, so you will be armed. IPSOS from the UK, they in recent years, they make a lot of public surveys, showing countries populations confidence in their government. The latest is 2016 or 2018, you can check. China ranks number 1. 85% of the population have confidence in their government. This is Western data, not Chinese. If it was Chinese data, you could be suspicious. Other data shows the confidence in the future, the young people's confidence in the future, that a majority of Chinese younger generation have confidence in their future. Which is opposite to the HK situation. Another data is Gallahorpe shows that in the last 3 years, including this year, China has surpassed the US in terms of international leadership. In terms of global public opinion, on the road to international leadership China has surpassed the US in the past 3 years, in terms of global viewing China, this is all more positive than the US. You can imagine that this situation has become such because in one time the US has always been number one.

7) Xi Jinping is always exposed in the media as one of the most powerful leaders in the world today. One of my questions concerns the comparison of Xi with Mao, do you believe that for him to gain more power, reinforced authoritarianism or to restore totalitarianism?

I think it's impossible for him to lead the country into totalitarianism. It's impossible, because I think the Xi Jinping strategy is to separate the political issues and economic issues. China has jumped double jump in terms of business environment. Today I received the data that China is ranking the number 31, previously China was number 80, 89, now china is a global favorite for business environment. Now Germany has made a survey among german CEOs, the results shows that the german business community has much more positive opinion on china business more than towards the US business. This is also very rare. If you talk about the market, China today, if you read Xi Jinping speeches to part of the world, specially his speeches to the global world economic forum, last year he was talking about fair trade, he was attacking US protectionism. So the world is completely changed. The Communist Party is even talking about fair trade and international pluralism. The US, the founder of liberal order, is becoming much more protectionist. This is a big contrast. But on the other hand I also agree with some of the criticism that the politically and also in terms of ideology and also political space, I think that somehow this room is getting smaller which I am myself is also very critical. You could also mention in your writing that some scholars that are also very critical towards this, my question is why he needs to transcend

ideological, political control, that nobody, no global force is enough to destroy China. Why is there such a necessity? So I put the question. I do not believe he is going to restore that kind of Maoist totalitarianism. No he doesn't have that kind of charismatic character. Mao was the only person in the Chinese modern History that enjoyed that kind of charismatic character. Nobody else is going to enjoy that status. Xi Jinping is in his mid 60s, he was born in the 1950s. He can't. I think that maybe he regards the current period as an important period because the country is going to experience tremendous growth both economically, social and internationally. So he wants to maybe make sure that nothing goes wrong. So he begins to put a lot of political control on the population and also in our university education, in which I am also very critical, I think it's not good. I think that academics should have the freedom of thinking. The Western media tend to demonize it, comparing it to Hitler, Stalin, it's not good at all.

8) About the charisma of the leader, some authors write that Deng, Mao e Xi are the charismatic leaders and Hu, Zemin and Jiabao are not. Do you agree?

Basically I agree that Hu Jintao, Jiang Zemin and Wen Jiabao, I don't think that they are charismatic. Mao definitely, Deng, definitely, without doubt. Because of the richness of their experience, because of the revolutionary experience. Because of the controversy to the revolution, to the new republic. Xi Jinping doesn't have an equal level of charisma. You can not compare. He has a certain character which people somehow agree that he is a strong leader. I don't think he is a charismatic leader. He might have some aspects of charismatic characters but I would categorize him as a strong leader. Strong leader based on the richness of his career. Because I am contributing to the Routledge Handbook of China Studies where I am trying to give a good introduction analysis on meritocracy in Chinese system. And on Xi Jinping I have his career history, the whole page it's a table from 1971 until now he accumulated in 40 years. He began as a team leader in a small farming commune, to a village leader, to a county leader, to a city leader, to a vice governor, to vice president. In 40 years he has had all kinds of posts. You can see from his career's history, his career 100% represents what I called a system of meritocracy.

9) Xi is a strong leader. You think is wrong to compare Xi to Deng and Mao. Because it's a different time.

I say this as an inside China view. Because every media has to reach its communicative purposes. In order to frame him into a certain image, deliberately compare him with Mao, so the comparison regenerates into Mao's lines of character. So it's very easy to put him as a dictator.

10) Do you think that the legitimization of the Party comes from the reforms of the institutions?

You know, one of the mistakes by URSS, when it collapses, instead of the reform of the institutions. It claims that the institution was totally wrong, and was totally a disaster. And even identify the Communist Party as illegal. So the Soviet Union went from one side to the other. It created a turmoil. Because many generals fought all their lives in the revolution and it suddenly is illegal. My father joined the Communist Party army when he was 14 year old and if you tell him that the Party is illegal he would commit suicide. This totally destroys people's identity history. But the Chinese government, what he was doing was trying to destroy by trying to reform. Deng is doing reform not reconstructing the system. Chinese reform not reconstruction. Deng was clever in terms of hearing the principles. One principle is Party leadership, you should not destroy it. Socialism is the basis of the system, you should not destroy it. And also Mao and Marx ideology you can not say they are totally wrong. You can't say that. So you can see what China is doing. They look at Chinese institutions, and say that these institutions are getting old, is decaying, are not productive, not generating any profit and now I'm turning that institution into profits. They find different ways to reform the Chinese institutions to marketize. For example, they put the responsibility out the city mayor, you have to generate 7, 8% in the economic growth in the next 5 years, every year, if you can't do it you're dismissed. So the mayor, in order to reach that goal, he has to have good relations with the market, develop good relations at the province, it has to service at the province. Has to reform its own institution, make every department reactive to the market signal. So the main status of the Chinese public institutions, like the mayor, provincial government office, become a client of the market so some people call it a market clientelism. It's like that the client itself becomes a service organ to the market. In the old days it's the power that is everything. But since the Chinese wanted to reform the institutions in line with the marketing principles, that the reform has to market size, make the institutions more reactive to the market signal, to the logic of capital. So that is a lot of reform in that line. So that's why it is very successful in the...but marketizing it also holds some basic principles. The Chinese meritocracy is also one of the principles that made China so successful in combination with the marketization process.

11) Can you give me any contact of dissidents?

Most of them are in the US. The problem with the dissidents is that they are very anti-government. So everything they say has to be anti. Because they can't afford saying good things about the government,

otherwise they are not politically distant anymore. And that is a dilemma about political distance. Because they have to keep saying, keep lying with their positions, otherwise they are not regarded in their political distance and they lose their value. For example, those student leaders in Tiananmen Square, in 1989, most of them were in the USA, and most of them kept silent because in the last 40 years China has transformed so much. So their opinions have become outdated. So most of them are not saying anything more. But there two of them stayed active so they went to Taiwan, they immediately went to China's opposite. They have to keep their positions on the opposite side of the government so that's the problem. You can easily get the opposite opinion of what I said from them.

ANEXO 2

ENTREVISTA

Entrevista com o Professor de ciência política chinesa, do Departamento de Ciência Política da George Washington University, Dr. Bruce J. Dickson. Realizada online, em 1 de novembro de 2019.

1) I don't believe that you are on the side of the researchers that believe the decline of the Party?

Yes, that's true. I think that people have been predicting the downfall of the Party the collapse of the regime for decades and that hasn't happened so I focus more on what keeps the Party in power, recognizing the trends that other people identify but also pointing out that the Party has been more adaptable than a lot of people recognize.

2) In your book you say that the Party doesn't need to adapt to a democracy. You say no country has greater potential to impact the US policy interest than China. About the Hong Kong riots, what do you think about their demand for democracy? What do you think about the outcomes of these riots by Xi's government?

I think that the HK protests point out a couple of key challenges for the Party but also in some ways in which I think that can work to the Party advantage. So in one hand HK is sort of separate status, not fully part of which we refer to mainland China, supposedly has its own laws and rules and regulations, etc. The leaders are chosen by Beijing. So the protests in HK are really about resistance to Beijing's efforts to control HK more directly and more completely and to move away from at least the democratic hopes that a lot of people in HK had. The protesters it seems to be a very unorganized organic type of movement. So there is really no one in charge so there for no one with who the HK authorities or Beijing could negotiate. So that's why they have being so long lasting because it has been really hard to crack down. There is really no individual or organization that is really in charge of things. A lot of resistance. The protests in HK has not only to do with Being influence but also sort of resentment toward the Chinese recently immigrated into HK. And a lot of people in HK kind of resent the fact that they moved in that they are not fully part of HK society but are increasingly influential. It's not an ethnic tension because they are all Han Chinese, so it's the same ethnic group. But including cultural differences and regional differences are on stake. The protesters in HK have Western notion of what democracy means. You have free and fair elections, you have competitive parties, a top leader is chosen through popular elections. So they are

using the definitions that Western democracies would recognize. My surveys in China shows they are using a different notion of what democracy means. Which have lots to do with institutions and prestigious in elections and more about what the government does on behalf of the people. So in that sense you even have a difference of opinion on what democracy means and what the goals are. But the way this can work to the Party's advantage is that there is not a lot of sympathy within China, within Chinese society they are seen as very different, they already have the rage of freedom and rights that the rest of people in China do not have. So the government has been able to talk about as a way to Western countries and Western influences having a big impact on the people of HK and the need to resist these kinds of influences and that message seems to resonate with a lot of people in China.

3) I would like to ask you about the governance of Xi Jinping. What are your thoughts on the programs like the CSC, what are your thoughts on this program? Do you think it will sustain his power?

The SCS is a good example of how the Xi Jinping and the Communist Party in general, are trying to use technology to better monitor society and both reward and punish different types of behavior and different types of speech. It's been tried in some experimental basis but it has the potential to really have a huge impact on rather or not rather you can get along, rather you can send your kids to college, rather you can get permission to travel outside the country it's all tied to the SCS, which it's based upon a wide range of activities including what your neighbors think of you, your credit rating, statements you make in your social media and so on. So can have a really chilling effect on people who have not had use to that type of surveillance. But now with technology and be able to analyse a large amount of data very quickly, this technology allows the Party to do things that it never dreamed of before. So could have a huge negative advantage if more people who nevertheless get caught by the SCS and are not able to do things that they just took for granted. Then it could have a whole backlash against it. So far the response in China has been really positive. Most people think that they are good people and they're not going to get punished for anything so they are in favour of it. When it actually rolls out on a national basis that will be the real test of how much the Party can control what the people say and do as well the response of the society to that type of monitoring and potential repression.

4) Do you believe that authoritarianism is being reinforced or is it going to establish a totalitarian regime?

I don't think it's moving back to a totalitarian regime. Society is too diverse, the links with the outside world are too numerous. The billion people to change jobs, to change where they live, to move to different cities, all these things are now possible that moving to a totalitarian system having that type of mobility would be extremely difficult. I don't think that the Party is trying to do that but it's trying to preempt any types of challenges towards it's authority. Right now there's not much of an opposition movement in the country, no political organization that you can identify, no individuals like Nelson Mandela that would be a symbol of the opposition and speak on behalf of society. So right now the Party doesn't really face any direct threats which makes some of these actions confusing. If it doesn't face any threats why is it working so hard to preempt those threats and to monitor through technology, SCS and other ways? It seems to be risk reverse but they see how authoritarian regimes in other countries throughout the world have collapsed suddenly and they are trying to learn from these experiences.

5) What do you think about the BRI as a strategy to sustain the Party?

It has a domestic and external aspect. The domestic one it's one that hasn't got much attention, so much of the BRI is focused on major infrastructure projects whether it's power grids, core facilities, railroads, roads, and so on, that most countries in the world desperately need. China has had much of its economic development in recent decades and has been building up its own infrastructure, but now it has really as much infrastructure as it needs, it has too much. So the BRI allows Chinese companies that have experience, they got workers and now gives them a new market to build into. Surrounding, closing these companies or not having to lay out workers, and now have been able to do what they have been doing in China for so long, and now doing in an external market so now it's a curious example of finding a new way of exporting Chinese know-how. For the international dimension it's obviously designed to spread Chinese influence in both political ways in hope that by helping these countries develop and building their infrastructure it will build support, good will towards China, better for relations between China and those countries. It has been kind of a mix so far, some countries have welcomed the investment, some countries that have been a backlash because it puts these governments deep into debts towards China. A lot of these projects are financed so these countries have to pay the money back some point and they are not all prepared to do so. That has also been a backlash from society because when these contracts were signed they committed the foreign governments to hire Chinese companies that were bringing Chinese workers to do the work instead of having the benefits of those contracts filter back into those local societies. It has been a sort of resentment towards that. But it's a huge ambitious program and I think in

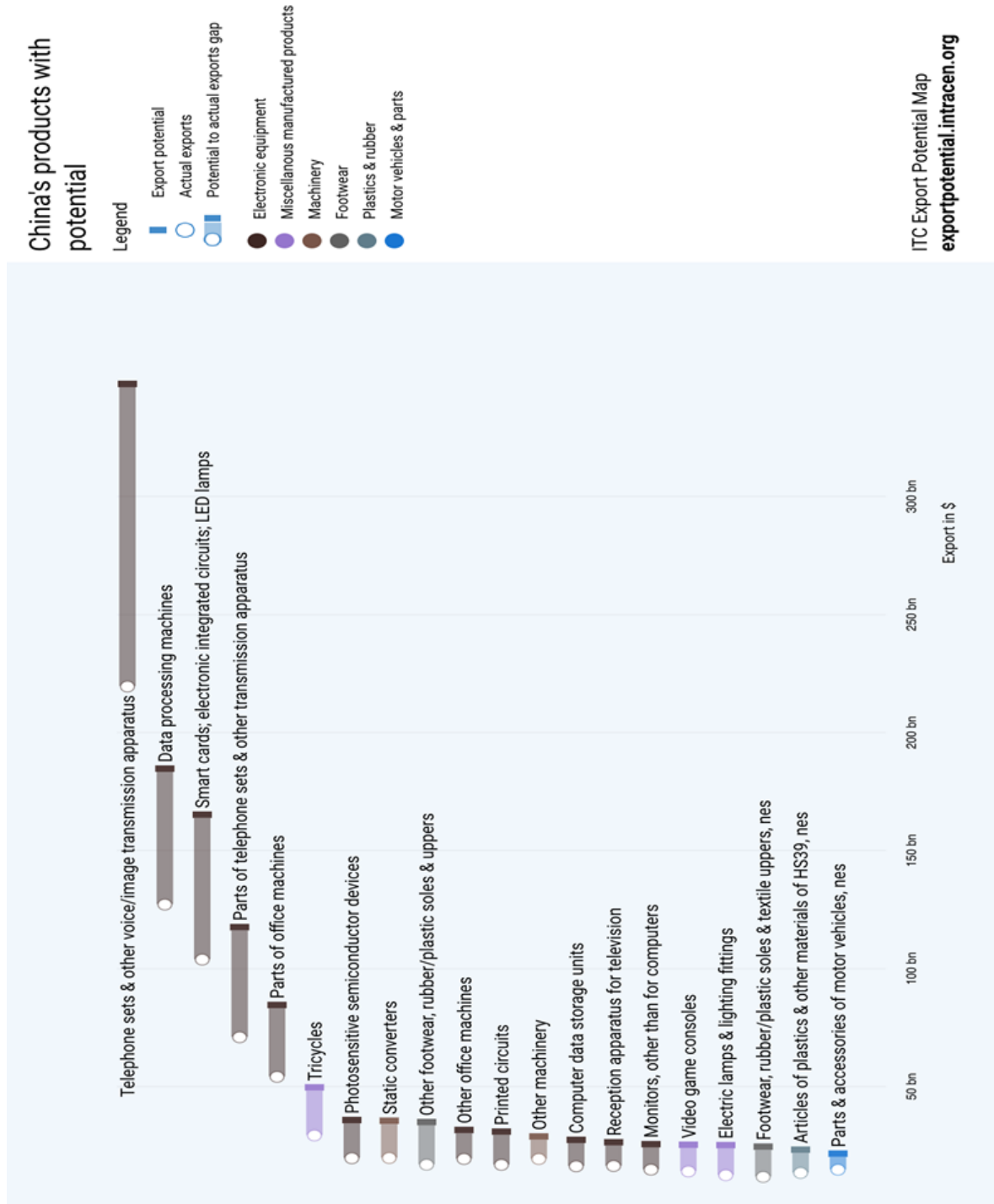
the USA we haven't focused so much on it because it's not happening at a transmitter point of not focusing on the USA in particular and North and South America more generally. But it's a huge influence everywhere else. I think both American scholars and American policy makers haven't been paying much attention to it.

6) How do you explain why the Chinese that study abroad still go back to China even when they understand the barriers in their home country?

It's the same trend in the USA. It has been early on when USA and China established diplomatic ties back in 1979, it was the beginning of the student exchange process a lot of Chinese students were coming to the USA and the thought was by having them coming to the USA, they would see a more open society and they would think "this is a great idea" and they would take those ideas home with them. That didn't work out for two reasons. One, a lot of people didn't go back because they looked for work and opportunities, especially people in the high tech areas, the jobs paid better and they did enjoy a more open or free working environment and political environment. But a lot of people didn't enjoy this experience because their language skills weren't quite as good, they weren't able to interact with the local people they came in touch with, they faced some amount of discrimination and resentment for being here. So they often go back to China with a sort of negative image based upon their experience. And a lot of the Chinese students that were going abroad just exploded. A lot of them were not prepared for the experience, if you travel abroad there is also some cultural shocks that you experience when you suddenly realize that this is a very different place, you are not quite sure how to act and there are reasons that some of the Chinese were very patriotic and they wanted to get an education in an international experience but they really want to go back home where their friends and family are but they see some opportunities that they don't see abroad. It's often surprising to us, you think "here is a taste of freedom, won't you want to stay?". But it's true for some people, but now, more and more plan to go home. What we have in the USA now, with the tension with China, it's harder for Chinese students to get visa to come here in the first place, so there's a concern that is going to be so many universities that rely upon Chinese students' exchange or full time students, paying full tuitions, if those numbers decline sharply, that's going to be a lot of schools with major bankruptcy problems.

ANEXO 3

Figura 1: Mapa de Exportações em Potencial



Fonte: Centro de Comércio Internacional, (2019). Disponível em:

<<https://exportpotential.intracen.org/en/products/gap-chart?toMarker=w&market=w&fromMarker=i&exporter=156&whatMarker=k>>